

**TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**

**CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS**

**DAS 389<sup>a</sup>, 390<sup>a</sup>, 391<sup>a</sup>, 392<sup>a</sup>, 393<sup>a</sup> E 394<sup>a</sup> SÉRIES DA 1<sup>a</sup> EMISSÃO DA**

**FORTESEC** 

**FORTE SECURITIZADORA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 12.979.898/0001-70

07 de agosto de 2020

---

## ÍNDICE

<b>CLÁUSULA I – DEFINIÇÕES, PRAZO E AUTORIZAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>CLÁUSULA II – REGISTROS E DECLARAÇÕES.....</b>	<b>17</b>
<b>CLÁUSULA III – CARACTERÍSTICAS DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS .....</b>	<b>18</b>
<b>CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DOS CRI E DA OFERTA .....</b>	<b>21</b>
<b>CLÁUSULA V – SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI .....</b>	<b>31</b>
<b>CLÁUSULA VI – CÁLCULO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO, REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI.....</b>	<b>32</b>
<b>CLÁUSULA VII – AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO DO CRI.....</b>	<b>37</b>
<b>CLÁUSULA VIII – GARANTIAS E ORDEM DE PAGAMENTOS.....</b>	<b>38</b>
<b>CLÁUSULA IX – REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO.....</b>	<b>44</b>
<b>CLÁUSULA X – DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA .....</b>	<b>46</b>
<b>CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....</b>	<b>50</b>
<b>CLÁUSULA XII – ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CRI.....</b>	<b>55</b>
<b>CLÁUSULA XIII – LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO .....</b>	<b>58</b>
<b>CLÁUSULA XIV – DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO .....</b>	<b>60</b>
<b>CLÁUSULA XV – COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE .....</b>	<b>62</b>
<b>CLÁUSULA XVI – TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES.....</b>	<b>63</b>
<b>CLÁUSULA XVII – FATORES DE RISCO.....</b>	<b>66</b>
<b>CLÁUSULA XVIII – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....</b>	<b>74</b>
<b>CLÁUSULA XIX – DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>CLÁUSULA XX – LEI E SOLUÇÃO DE CONFLITOS .....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>80</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO IV.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO V .....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO VI.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO VII.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO VIII .....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO IX.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO X .....</b>	<b>141</b>

## **TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DAS 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA FORTE SECURITIZADORA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Fidêncio Ramos 213, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Securitizadora"); e

**SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte";

Celebram o presente "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Forte Securitizadora S.A.*" ("Termo" ou "Termo de Securitização"), que prevê a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários pela Emissora ("Séries", "Emissão" e "CRI", respectivamente), nos termos da Lei 9.514, e da Instrução CVM 414, o qual será regido pelas cláusulas a seguir:

### **CLÁUSULA I – DEFINIÇÕES, PRAZO E AUTORIZAÇÃO**

1.1. Exceto se expressamente indicado: **(i)** palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Termo, terão o significado previsto abaixo; e **(ii)** o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural.

" <u>Agência de Rating</u> ":	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., agência responsável pela elaboração da classificação de risco, bem como suas atualizações posteriores;
" <u>Agente Fiduciário</u> ":	a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização;
" <u>Alienação Fiduciária de Quotas</u> ":	a alienação fiduciária das quotas de emissão da TC Operações à Emissora, em garantia do pagamento das Obrigações

Garantidas, firmada nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas;

“Amortização Extraordinária”: a amortização extraordinária dos CRI, a ser realizada nos termos da Cláusula VII, abaixo;

“Amortização(ões) Programada(s)”: as amortizações programadas dos CRI, a serem realizadas nas datas indicadas na Tabela Vigente do Anexo II, calculadas conforme Cláusula VI deste Termo de Securitização;

“Anexos”: os anexos ao presente Termo de Securitização, cujos termos são parte integrante e complementar deste Termo de Securitização, para todos os fins e efeitos de direito;

“Aplicações Financeiras Permitidas”: todos os recursos oriundos dos Créditos do Patrimônio Separado que estejam depositados na Conta Centralizadora deverão ser aplicados pela Emissora em: **(i)** títulos de emissão do Tesouro Nacional; **(ii)** certificados e recibos de depósito bancário de emissão das seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco S.A. ou Banco Santander (Brasil) S.A., em ambos os casos com liquidez diária; e/ou **(iii)** em fundos de investimento com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, não sendo a Emissora responsabilizada por qualquer garantia mínima de rentabilidade ou eventual prejuízo;

“Assembleia Geral” ou “Assembleia”: a assembleia geral de Titulares dos CRI, realizada na forma da Cláusula XII deste Termo de Securitização;

“Atualização Monetária”: IPCA;

“Avalistas”: São os senhores **WINSTON COSTA REZENDE**, pessoa física, brasileiro, engenheiro civil, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00664885873, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob nº 124.646.191-91, residente e domiciliado na Rua DP-03, Ch. 02 e 03, Vila Divino Pai Eterno, CEP 74835-658, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás; **GUSTAVO GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01070619730, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob nº 711.102.591-15, residente e domiciliado na Rua C-178, nº 526, Qd. 616, Lt. 8, Setor Nova Suíça, CEP 74280-070, na Cidade de Goiânia,

Estado de Goiás; **RODOLFO GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, divorciado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02516245512, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 008.049.741-10, residente e domiciliado na Av. Antonio Fidelis, Q. 104, Lt. 1/13, S/N, apto. 2406, Bloco C, Cond. Vivaz, CEP 74840-090, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás; **FILIFE GORNERO REZENDE**, pessoa física, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01939788370, expedida pelo DETRAN/GO, inscrito no CPF/ME sob o nº 000.981.271-79, residente e domiciliado na Rua DP-3, nº 0, Chácara 5-A, Casa 2, Pq. Amazônia, CEP 14840-027, na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás;

“Aviso de Recebimento”:

o comprovante escrito, emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, relativo ao recebimento de quaisquer notificações, com a assinatura da pessoa que recebeu e a data da entrega do documento, que possui validade jurídica para a demonstração do recebimento do objeto postal ao qual se vincula;

“B3 – Segmento CETIP UTVM”:

Significa a **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, Centro, CEP 01010-901, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.346.601/0001-25, segmento CETIP UTVM, devidamente autorizada pelo BACEN para a prestação de serviços de depositária de ativos escriturais e liquidação financeira;

“BACEN”:

o Banco Central do Brasil;

“Banco Liquidante”:

o Itaú Unibanco S.A., instituição contratada pela Emissora para prestar os serviços indicados no item 4.12., abaixo;

“Boletim de Subscrição”:

o boletim de subscrição por meio do qual os Investidores subscreverão os CRI;

“Brasil” ou “País”:

a República Federativa do Brasil;

“CCB”

são a CCB 1, a CCB 2, a CCB 3, a CCB 4, a CCB 5 e a CCB 6 em conjunto;

- “CCB 1”: é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500034-0, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCB 2” é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500035-9, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCB 3” é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500036-7, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCB 4” é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500037-5, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCB 5” é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500038-3, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCB 6” é a Cédula de Crédito Bancário nº 81500039-1, emitida em 06 de agosto de 2020 pela GR Construtora em favor da CHP, com aval dos Avalistas;
- “CCI”: são as CCI emitidas pela Cedente para representar os Créditos Imobiliários CCB;
- “Cedente”: é a **COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP**, companhia hipotecária, inscrita no CNPJ/ME sob nº 18.282.093/0001-50, com sede na Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90560-002;
- “Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira”: os Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira, celebrados entre a TC Operações e os Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente para utilização das unidades hoteleiras dos Empreendimentos Garantia;
- “Cessão Fiduciária”: a cessão fiduciária de recebíveis constituída em favor da Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, por meio do qual a GR Construtora cedeu e irá ceder fiduciariamente à Emissora os Créditos Cedidos Fiduciariamente, a que fará jus em decorrência da formalização dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade

	Hoteleira, em garantia do cumprimento das Obrigações Garantidas;
" <u>CETIP21</u> ":	o ambiente de negociação de títulos e valores mobiliários administrado e operacionalizado pela B3 – Segmento CETIP UTVM;
" <u>CMN</u> ":	o Conselho Monetário Nacional;
" <u>CNPJ/ME</u> ":	o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia;
" <u>Código Civil</u> ":	a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
" <u>Código de Processo Civil</u> ":	a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada;
" <u>COFINS</u> ":	a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
" <u>Colocação Mínima</u> ":	é a distribuição parcial dos CRI, no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na forma prevista na Instrução CVM nº 400, que autoriza o encerramento da distribuição dos CRI;
" <u>Condições Precedentes</u> ":	são as condições precedentes previstas no item 2.1. do Contrato de Cessão, às quais a integralização dos CRI está condicionada;
" <u>Conta Centralizadora</u> ":	a conta corrente de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., sob o nº 27898-1, agência 0393, na qual serão e permanecerão depositados os recursos dos Créditos do Patrimônio Separado, os quais se encontram segregados do restante do patrimônio da Emissora mediante a instituição de Regime Fiduciário;
" <u>Conta Autorizada da TC Operações</u> ":	a conta corrente nº 13058-8, agência 1011, no Banco Itaú Unibanco S.A., de titularidade da TC Operações, para realização de depósito de recursos devidos à GR Construtora, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
" <u>Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas</u> ":	" <i>Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia</i> " firmado em 06 de agosto de 2020, entre os sócios da TC Operações, na qualidade de fiduciantes, a Emissora, na qualidade de fiduciária, e a TC Operações, na qualidade de interveniente anuente, por meio do qual as quotas da TC

Operações foram alienadas fiduciariamente à Emissora, em garantia das Obrigações Garantidas;

- "Contrato de Cessão": *"Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças"* firmado em 06 de agosto de 2020, entre a Cedente, a Emissora, na qualidade de cessionária, a GR Construtora e os Avalistas, por meio do qual os Créditos Imobiliários CCB, representados pelas CCI, foram cedidos pela Cedente à Emissora;
- "Contrato de Cessão Fiduciária": *"Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos em Garantia e Outras Avenças"* firmado em 06 de agosto de 2020, entre a TC Operações, como fiduciante, a Emissora, como fiduciária, a GR Construtora e os Avalistas, como intervenientes, por meio do qual os Créditos Cedidos Fiduciariamente foram cedidos fiduciariamente pela TC Operações à Emissora;
- "Contrato de Distribuição": *"Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços, de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A."*, entre a Emissora e o Coordenador Líder;
- "Contrato de Servicing": um contrato para reger os serviços de monitoramento da carteira de Créditos Cedidos Fiduciariamente, a ser celebrado entre a Securitizadora, a GR Construtora e o Servicer;
- "Coobrigação": nos termos do artigo 296 do Código Civil e do Contrato de Cessão Fiduciária, a TC Operações responderá, solidariamente aos respectivos Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, abaixo definidos, por sua solvência em relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, assumindo a qualidade de coobrigada e responsabilizando-se pelo pagamento integral dos Créditos Cedidos Fiduciariamente;
- "Coordenador Líder": a **ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição devidamente autorizada pela CVM a prestar o serviço de distribuição de valores mobiliários;
- "Créditos Cedidos Fiduciariamente": são os créditos existentes e futuros a serem constituídos em decorrência da formalização dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira, e Créditos Cedidos Fiduciariamente decorrentes de novos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira celebrados em

substituição a Contrato de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira distratados, cuja cessão fiduciária é dada à Emissora em garantia das Obrigações Garantidas, conforme os termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

“Créditos do Patrimônio Separado”:

a composição dos créditos do Patrimônio Separado representada **(i)** pelos Créditos Imobiliários; **(ii)** pelos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme venham a ser constituídos e cedidos fiduciariamente à Emissora; **(iii)** pelo Fundo de Reserva; **(iv)** pelo Fundo de Obras; e **(v)** pelas respectivas garantias e bens ou direitos decorrentes dos itens “i” a “iv”, acima, conforme aplicável;

“Créditos Imobiliários CCB”:

os direitos de crédito decorrentes das CCB, que estabelecem que a GR Construtora está obrigada, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o pagamento (i) dos direitos creditórios oriundos dos Financiamentos Imobiliários, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos nas CCB, bem como (ii) de todos e quaisquer outros direitos creditórios devidos pela GR Construtora, ou titulados pela Cedente, por força das CCB, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nas CCB;

“CRI”:

os CRI Seniores e os CRI Subordinados, quando mencionados em conjunto;

“CRI em Circulação”, para fins de quórum:

consideram-se CRI em Circulação todos os CRI subscritos e integralizados, excluídos (i) aqueles mantidos em tesouraria pela Emissora; (ii) os de titularidade de empresas por ela controladas; e (iii) os CRI titulados por investidores em qualquer situação que configure conflito de interesse, observado o quanto previsto no artigo 115, da Lei das Sociedades por Ações;

“CRI Seniores”:

são os CRI da 389ª, 391ª e 393ª Série da 1ª Emissão da Securitizadora. Os CRI Seniores têm preferência no recebimento de juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos, em relação aos CRI Subordinados, sendo que as despesas de responsabilidade do Patrimônio Separado, são pagas antes dos CRI Seniores, de acordo com a Ordem de Pagamentos, conforme definida neste Termo de Securitização. Dessa forma, os CRI Subordinados não

poderão ser resgatados pela Emissora antes do resgate integral dos CRI Seniores;

“ <u>CRI Subordinados</u> ”:	são os CRI da 390 <sup>a</sup> , 392 <sup>a</sup> e 394 <sup>a</sup> Série da 1 <sup>a</sup> Emissão da Securitizadora. Os CRI Subordinados receberão juros remuneratórios, principal e encargos moratórios eventualmente incorridos somente após o pagamento dos CRI Seniores, de acordo com a Ordem de Pagamentos, conforme definida neste Termo de Securitização;
“ <u>CSLL</u> ”:	a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
“ <u>Custodiante</u> ”:	a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização;
“ <u>CVM</u> ”:	a Comissão de Valores Mobiliários;
“ <u>Data da Primeira Integralização</u> ”:	a data em que ocorrer a primeira integralização dos CRI pelos subscritores da respectiva Série;
“ <u>Data de Aniversário</u> ”:	o dia 20 (vinte) de cada mês;
“ <u>Data de Apuração</u> ”:	significa todo 5º (quinto) Dia Útil do mês posterior ao mês de competência, data utilizada para fins de verificação mensal das Razões de Garantia pela Securitizadora, conforme procedimento constante da Cláusula VIII, abaixo;
“ <u>Data de Emissão</u> ”:	07 de agosto de 2020;
“ <u>Data de Pagamento da Remuneração</u> ”:	cada uma das datas de pagamento da Remuneração, conforme indicadas na Tabela Vigente do Anexo II;
“ <u>Data de Vencimento Final</u> ”:	20 de julho de 2024;
“ <u>Data de Amortização Programada</u> ”:	cada uma das datas em que estão previstas para ocorrer as Amortizações Programadas, conforme indicadas na Tabela Vigente do Anexo II;
“ <u>Decreto 6.306</u> ”:	o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, conforme alterado;
“ <u>Despesas</u> ”:	todas e quaisquer despesas descritas na Cláusula XIV deste Termo de Securitização;
“ <u>Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente</u> ”:	são as pessoas físicas e/ou jurídicas devedoras dos Créditos Cedidos Fiduciariamente;

<u>“Dia Útil”</u> ou <u>“Dias Úteis”</u> :	qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo;
<u>“Documentos Comprobatórios”</u> :	são (i) os Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira, os demais documentos relacionados aos recebíveis deles decorrentes e aos Créditos Cedidos Fiduciariamente; e (ii) as CCB, bem como dos demais Documentos da Operação;
<u>“Documentos da Operação”</u> :	(i) as CCB; (ii) a Escritura de Emissão de CCI; (iii) o Contrato de Cessão; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária; (v) o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas; (vi) este Termo de Securitização; (vii) o Contrato de Distribuição; (viii) o Contrato de Servicing; (ix) os boletins de subscrição dos CRI; e (x) quaisquer aditamentos aos documentos mencionados acima;
<u>“Emissão”</u> :	a presente emissão dos CRI das 389 <sup>a</sup> , 390 <sup>a</sup> , 391 <sup>a</sup> , 392 <sup>a</sup> , 393 <sup>a</sup> e 394 <sup>a</sup> Séries da 1 <sup>a</sup> Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Forte Securitizadora S.A.;
<u>“Emissora”</u> ou <u>“Securitizadora”</u> :	a Forte Securitizadora S.A., conforme qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização;
<u>“Empreendimentos Alvo”</u> :	são os empreendimentos imobiliários hoteleiros relacionados no Anexo VII, a cujo reembolso ou desenvolvimento serão direcionados os recursos captados pela Devedora por meio das CCB;
<u>“Empreendimentos Garantia”</u> :	são os empreendimentos hoteleiros denominados “Village Pratygy Resort”, “Laghetto Allegro Pedras Altas”, “Condomínio Golden Foz Residence Service” e “Hotel Vila do Mar”;
<u>“Escritura de Emissão de CCI”</u> :	o <i>“Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural”</i> , celebrado em 06 de agosto de 2020, entre a Cedente e o Custodiante, para emissão das CCI;
<u>“Escriturador”</u> :	a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.194.353/0001-64;
<u>“Evento de Liquidação do Patrimônio Separado”</u> :	os eventos de liquidação do patrimônio separado descritos no item 13.1 deste Termo de Securitização;

<u>"Fundo de Reserva"</u> :	o fundo constituído pela Emissora nos termos da Cláusula VIII, na Conta Centralizadora, para fazer frente aos pagamentos das Obrigações Garantidas;
<u>"Fundo de Obras"</u> :	o fundo constituído pela Emissora no valor de R\$ 2.275.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais), mediante retenção do Preço da Cessão;
<u>"Garantias"</u> :	(i) Cessão Fiduciária; (ii) Alienação Fiduciária de Quotas; (iii) Fundo de Reserva; (iv) Fundo de Obras; e (v) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;
<u>"GR Construtora"</u> :	<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP: 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.582.853/0001-45;
<u>"Instrução CVM 358"</u> :	a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada;
<u>"Instrução CVM 400"</u> :	a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<u>"Instrução CVM 414"</u> :	a Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;
<u>"Instrução CVM 476"</u> :	a Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
<u>"Instrução CVM 539"</u> :	a Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada;
<u>"Instrução CVM 583"</u> :	a Instrução da CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada;
<u>"Investidores" ou "Titular(es) dos CRI"</u> :	os investidores que sejam titulares de CRI;
<u>"Investidor(es) Profissional(is)"</u> :	investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9-A da Instrução CVM 539;
<u>"Investidor(es) Qualificado(s)"</u> :	investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo

9-B da Instrução CVM 539;

“ <u>IOF/Câmbio</u> ”:	o Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio;
“ <u>IOF/Títulos</u> ”:	o Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos e Valores Mobiliários;
“ <u>IPCA</u> ”:	o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
“ <u>IRPJ</u> ”:	o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;
“ <u>IRRF</u> ”:	o Imposto de Renda Retido na Fonte;
“ <u>Lei 6.766</u> ”:	a Lei nº 6.766, de 30 de dezembro de 1979, conforme alterada;
“ <u>Lei 8.981</u> ”:	a Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, conforme alterada;
“ <u>Lei 9.514</u> ”:	a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada;
“ <u>Lei 10.931</u> ”:	a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada;
“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”:	a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
“ <u>MDA</u> ”:	Módulo de Distribuição de Ativos, ambiente de distribuição de títulos e valores mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 – Segmento CETIP UTVM;
“ <u>Medidor de Obras</u> ”:	empresa especializada contratada pela Emissora e custeada pela Devedora para a elaboração do Relatório de Medição;
“ <u>Multa Indenizatória</u> ”:	caso a legitimidade, existência, validade, eficácia ou exigibilidade dos Créditos Imobiliários CCB seja prejudicada, no todo ou em parte, ou a ilegitimidade, inexistência, invalidade, ineficácia ou inexigibilidade dos Créditos Imobiliários CCB seja reconhecida em decisão judicial ou arbitral com base na invalidação, nulificação, anulação, declaração de ineficácia, resolução, rescisão, rescisão, denúncia, total ou parcial, de qualquer um dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira, de modo que não seja cabível a decretação de seu vencimento antecipado, a GR Construtora se obriga, desde logo, em caráter irrevogável e irretratável, a pagar à Securitizadora uma multa que será equivalente ao Valor de Liquidação das CCB por Vencimento Antecipado acrescido de eventuais valores decorrentes de

multa, indenização, devolução dos Créditos Imobiliários CCB que afetem a Securitizadora, observado o quanto disposto no Contrato de Cessão;

“Obrigações Garantidas”:

correspondem a (i) todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela GR Construtora nas CCB, (ii) todas as obrigações decorrentes do Contrato de Cessão, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela GR Construtora, (iii) obrigações de amortização e pagamentos dos juros conforme estabelecidos no Termo de Securitização, (iv) todos os custos e despesas incorridos em relação à emissão e manutenção das CCI e aos CRI, inclusive, mas não exclusivamente e para fins de cobrança dos Créditos Imobiliários CCB e excussão das Garantias, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios dentro de padrão de mercado, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como (v) todo e qualquer custo incorrido pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário, e/ou pelos titulares dos CRI, inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado para arcar com tais custos;

“Oferta”:

a distribuição pública com esforços restritos dos CRI realizada nos termos da Instrução CVM 476, a qual (i) será destinada aos investidores descritos no item 4.2.1 deste Termo; (ii) será intermediada pelo Coordenador Líder; e (iii) será feita nos termos do item 4.2 deste Termo;

“Operação”:

a presente operação de securitização, que envolve a celebração de todos os Documentos da Operação;

“Ordem de Pagamentos”:

os valores recebidos em razão do pagamento dos Créditos Imobiliários deverão ser aplicados de acordo com a ordem de prioridade de pagamentos prevista na Cláusula VIII deste Termo;

“Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB”:

é o pagamento antecipado, realizado pela GR Construtora de forma voluntária, do saldo devedor das CCB, nos termos da CCB, pelo Valor do Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB;

“Patrimônio Separado”:

o patrimônio constituído após a instituição do Regime Fiduciário, composto pelos (i) Créditos do Patrimônio Separado; e (ii) Garantias. O Patrimônio Separado não se confunde com o patrimônio comum da Emissora e se destina exclusivamente à liquidação dos CRI, bem como ao

pagamento dos respectivos custos de administração e obrigações fiscais incluindo, mas não se limitando a, das Despesas;

- “PIS”: a Contribuição ao Programa de Integração Social;
- “Preço da Cessão”: é o preço que será pago pela Emissora à Cedente, a título de pagamento pela aquisição dos Créditos Imobiliários no montante, na forma, prazo e condições do Contrato de Cessão;
- “Preço de Integralização”: o preço de integralização dos CRI no âmbito da Emissão, correspondente: (i) ao Valor Nominal Unitário para os CRI da respectiva Série integralizados na Data da Primeira Integralização; ou (ii) ao Valor Nominal Unitário Atualizado da respectiva Série acrescido da Remuneração desde a Data da Primeira Integralização, de acordo com o presente Termo de Securitização;
- “Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal”: conforme definição constante da Cláusula VIII;
- “Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor”: conforme definição constante da Cláusula VIII;
- “Razões de Garantia”: conforme definição constante da Cláusula VIII;
- “Regime Fiduciário”: o regime fiduciário sobre os Créditos do Patrimônio Separado e as Garantias, instituído pela Emissora na forma do artigo 9º da Lei 9.514 para constituição do Patrimônio Separado. O Regime Fiduciário segrega os Créditos do Patrimônio Separado e as Garantias do patrimônio da Emissora até o integral cumprimento de todas as obrigações relativas aos CRI, incluindo, sem limitação, o pagamento integral do Valor Nominal Unitário Atualizado e o valor correspondente à Remuneração dos CRI, bem como eventuais encargos moratórios aplicáveis;
- “Relatório de Medição”: relatório de evolução de obras elaborado previamente à assinatura do Contrato de Cessão, fornecido pelo Medidor de Obras, cuja cópia integra o Anexo V ao Contrato de Cessão, que serviu de base para determinar o valor inicial do Fundo de Obras;
- “Remuneração”: taxa efetiva de juros de (i) 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e

	cinquenta e dois) Dias Úteis, para os CRI Seniores; e (ii) 17,50% (dezesete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, para os CRI Subordinados;
<u>“Resgate Antecipado”</u> :	o resgate antecipado total dos CRI que será realizado nas hipóteses da Cláusula VII, abaixo;
<u>“Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado”</u> :	significa o saldo do Valor Nominal Unitário ou do Valor Nominal Unitário Atualizado remanescente após amortizações, incorporação de juros e atualização monetária a cada período, se houver;
<u>“Série”</u> :	as 389 <sup>a</sup> , 390 <sup>a</sup> , 391 <sup>a</sup> , 392 <sup>a</sup> , 393 <sup>a</sup> e 394 <sup>a</sup> Séries da 1 <sup>a</sup> Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Forte Securitizadora S.A.;
<u>“Servicer”</u> :	a <b>CONVESTE SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. - ME</b> , inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.684.227/0001-21, com sede na Rua 72, nº 325, 13º andar, Ed. Trend Office, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP 74805-480;
<u>“Subordinação”</u> :	a espécie de preferência garantida aos CRI Seniores em relação aos CRI Subordinados, no sentido de que os primeiros são pagos pela Emissora antes que os posteriores, em estrita observância à Ordem de Pagamentos;
<u>“Tabela Vigente”</u> :	a tabela constante do Anexo II, que poderá vir a ser modificada pela Emissora de tempos em tempos nos termos do item 6.9.;
<u>“Taxa de Administração”</u> :	a taxa mensal de administração do Patrimônio Separado, no valor de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais), líquida de todos e quaisquer tributos, atualizada anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão, calculada <i>pro rata die</i> se necessário, a que a Emissora faz jus;
<u>“TC Operações”</u>	é a <b>TC OPERAÇÕES TURÍSTICAS LTDA.</b> , sociedade limitada com sede no Município de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Adib Auada, nº 35, Cj 212A Bloco A2, Jardim Lambreta, CEP 06710-700, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.511.764/0001-70;
<u>“Termo” ou “Termo de Securitização”</u> :	o presente Termo de Securitização de Créditos Imobiliários;
<u>“Valor de Liquidação das CCB”</u>	é o valor devido pela GR Construtora em razão do vencimento

<u>por Vencimento Antecipado”:</u>	antecipado das CCB, composto (i) pelo valor integral do saldo devedor das CCB (atualizado monetariamente até sua próxima data de pagamento, e com o juros incorridos até então), (ii) acrescido de multa compensatória de 2% (dois por cento) calculada sobre o saldo devedor, (iii) adicionado de todas as despesas e demais obrigações do Patrimônio Separado em aberto à época;
<u>“Valor do Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB”:</u>	é o valor devido pela GR Construtora pelo Pagamento Antecipado Voluntário das CCB, composto (i) pelo valor integral do saldo devedor das CCB (atualizado monetariamente até sua próxima data de pagamento, e com os juros incorridos até então), (ii) acrescido de multa compensatória de 2% (dois por cento) calculada sobre o saldo devedor, a qual incidirá somente até o 22º (vigésimo segundo) mês da Data de Emissão desta CCB (inclusive), e (iii) adicionado de todas as despesas e demais obrigações do Patrimônio Separado em aberto à época;
<u>“Valor Nominal Unitário”:</u>	significa o valor de cada CRI na Data de Emissão, correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais); e
<u>“Valor Nominal Unitário Atualizado”:</u>	significa o Valor Nominal Unitário atualizado de acordo com o disposto na Cláusula VI.

1.2. Todos os prazos aqui estipulados serão contados em Dias Úteis, exceto se expressamente indicado de modo diverso.

1.3. A Emissão regulada por este Termo de Securitização é realizada com base na deliberação tomada em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora, realizada em 18 de abril de 2013 e cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 162.463/13-3, na qual se aprovou a emissão de séries de CRI em montante de até R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

## **CLÁUSULA II – REGISTROS E DECLARAÇÕES**

2.1. Este Termo e eventuais aditamentos serão registrados e custodiados junto ao Custodiante, que assinará a declaração constante do Anexo VI.

2.2. Os CRI serão objeto de Oferta nos termos da Instrução CVM 476.

2.3. Em atendimento ao item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414, são apresentadas, nos Anexos III, IV, V e VI ao presente Termo, as declarações emitidas pelo Coordenador Líder, pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelo Custodiante, respectivamente.

2.4. Os CRI serão depositados:

- (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado pela B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, sendo a liquidação financeira realizada por meio da B3 – SEGMENTO CETIP UTVM; e
- (ii) para negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento e custódia eletrônica dos CRI realizada por meio da B3 – SEGMENTO CETIP UTVM.

2.5. Uma vez realizada a Colocação Mínima, ficará ao exclusivo critério da Emissora, por meio do Coordenador Líder, a colocação dos CRI remanescentes.

### **CLÁUSULA III – CARACTERÍSTICAS DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**

#### Créditos Imobiliários

3.1. Os Créditos Imobiliários vinculados ao presente Termo de Securitização e representados pelas CCI a que estão vinculados, bem como suas características específicas, estão descritos no Anexo I, nos termos do item 2 do Anexo III da Instrução CVM 414, em adição às características gerais descritas nesta Cláusula III.

3.2. A Emissora declara que os Créditos Imobiliários, de valor nominal total de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) na Data de Emissão, cuja titularidade foi obtida pela Emissora por meio da celebração do Contrato de Cessão, foram vinculados aos CRI da Emissão por via do presente Termo.

3.3. Os Créditos Imobiliários são segregados do restante do patrimônio da Emissora mediante instituição de Regime Fiduciário, na forma prevista pela Cláusula IX abaixo.

3.4. Até a quitação integral de todas e quaisquer obrigações assumidas no âmbito do presente Termo de Securitização, a Emissora obriga-se a manter os Créditos Imobiliários vinculados aos CRI agrupados em Patrimônio Separado, constituído especialmente para esta finalidade, nos termos da Cláusula IX abaixo.

3.5. Os recursos líquidos obtidos pela GR Construtora com o desembolso da CCB serão destinados (i) ao reembolso de gastos e despesas de natureza imobiliária relacionadas à aquisição, construção e reforma dos Empreendimentos Alvo indicadas no Anexo VIII; e (ii) ao pagamento dos custos e despesas, ainda não incorridos, diretamente atinentes à construção e/ou desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo, observadas as disposições descritas abaixo.

3.5.1. Na mesma data de integralização dos valores de CRI respectivos, os recursos destinados ao reembolso de gastos e despesas de natureza imobiliária relacionadas à

aquisição, construção e reforma dos Empreendimentos Alvo serão integralmente utilizados para o reembolso dos gastos e despesas de natureza imobiliária relacionadas à aquisição, construção e reforma dos Empreendimentos Alvo indicados no Anexo VIII.

3.5.1.1. A GR Construtora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e a Emissora, até a Data de Emissão, os comprovantes de reembolso dos gastos e despesas de natureza imobiliária relacionadas à aquisição, construção e reforma dos Empreendimentos Alvo indicados no Anexo VIII.

3.5.2. Os recursos destinados ao pagamento dos custos e despesas, ainda não incorridos, diretamente atinentes à construção e/ou desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo serão integralmente utilizados para a execução das obras e desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo de acordo com o cronograma do Anexo VII.

3.5.2.1. Cronograma Indicativo. Os recursos destinados ao pagamento dos custos e despesas, ainda não incorridos, diretamente atinentes à construção e/ou desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo deverão seguir, em sua integralidade, a destinação prevista no Anexo VII, até a Data de Vencimento dos CRI, nos termos do presente Termo de Securitização, conforme cronograma estabelecido, de forma indicativa e não vinculante, no Anexo VII deste Termo de Securitização, sendo que, caso necessário, a GR Construtora poderá realizar a Destinação dos Recursos em datas diversas das previstas no cronograma e orçamento de obras, observada a obrigação desta de realizar a integral destinação dos recursos até a Data de Vencimento. Se, por qualquer motivo, ocorrer qualquer atraso ou antecipação do cronograma e orçamento de obras, a GR Construtora deverá notificar o Agente Fiduciário e a Securitizadora, bem como aditar este Termo de Securitização ou quaisquer outros Documentos da Operação.

3.5.3. A GR Construtora, se comprometeu a encaminhar trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, à Securitizadora e ao Agente Fiduciário dos CRI, relatório de acompanhamento da destinação dos recursos, e, caso solicitado pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRI, encaminhar em até 10 (dez) Dias Úteis a contar da referida solicitação, os respectivos contratos, notas fiscais, faturas digitalizadas, comprovantes de pagamento, extratos bancários e/ou demonstrativos contábeis da GR Construtora, que permitam esclarecer a aplicação dos recursos obtidos pela GR Construtora por meio desta CCB, diretamente ou por meio de empresas contratadas, a qualquer tempo, até a comprovação da aplicação integral dos recursos oriundos das CCB.

3.5.4. Na hipótese de a Cedente, a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário virem a ser legal e validamente exigido(s) por qualquer autoridade, a comprovar a destinação do financiamento objeto das CCB, a GR Construtora deverá enviar, obrigatoriamente, à Cedente, à Securitizadora e/ou ao Agente Fiduciário, os documentos e informações necessários para a comprovação da utilização da totalidade dos recursos desembolsados pela Cedente, pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário nos termos previstos na

CCB, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação da GR Construtora, na medida da respectiva implementação, ou em prazo inferior, conforme tenha sido demandado.

3.5.5. Sem prejuízo do seu dever de diligência, a Emissora ou do Agente Fiduciário presumirão que os documentos originais ou cópias de documentos eventualmente encaminhados pela Devedora ou por terceiros a seu pedido, não foram objeto de fraude ou adulteração, não cabendo a estes a responsabilidade por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras dos eventuais documentos enviados pela Devedora, tais como notas fiscais, faturas e/ou comprovantes de pagamento e/ou demonstrativos contábeis da GR Construtora, objeto da destinação dos recursos, ou ainda qualquer outro documento que lhes seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações encaminhadas nos termos das cláusulas acima.

3.5.6. O descumprimento das obrigações dispostas nesta Cláusula deverá ser informado pelo Agente Fiduciário à Emissora, e poderá resultar no vencimento antecipado dos CRI.

3.6. Não será permitida qualquer eventual alteração com relação à destinação dos recursos obtidos das CCB.

#### Custódia

3.7. Uma via da Escritura de Emissão de CCI deverá ser mantida pelo Custodiante, o qual igualmente verificou os poderes de seus signatários.

#### Aquisição dos Créditos Imobiliários

3.8. A Cedente cedeu os Créditos Imobiliários à Emissora e, em contrapartida, receberá o Preço da Cessão, equivalente aos valores de integralização dos CRI, desconsiderados eventuais ágios, sujeito aos termos do Contrato de Cessão.

3.8.1. Nos termos e condições do Contrato de Cessão, a Cedente autorizou a Emissora a reter do Preço da Cessão os recursos necessários para:

- (i) o pagamento de todas e quaisquer despesas, honorários, encargos, custas e emolumentos decorrentes da estruturação, da securitização e viabilização da Emissão, inclusive as despesas com honorários dos assessores legais, do Custodiante, do Agente Fiduciário, do Coordenador Líder e da Emissora, conforme estimadas no Contrato de Cessão;
- (ii) a constituição do Fundo de Reserva; e
- (iii) a constituição do Fundo de Obras, nos termos do Contrato de Cessão.

3.8.1.1 A Emissora deverá comprovar ao Agente Fiduciário, através de extratos bancários e outros documentos que se façam necessários os itens (i), (ii) e (iii) acima descritos e a comprovação de transferência do Preço da Cessão, em até 15 (quinze) Dias Úteis após a integralização dos CRI.

3.9. Os pagamentos decorrentes dos Créditos Imobiliários CCB serão diretamente creditados pela GR Construtora na Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão, seja em decorrência da cessão definitiva dos Créditos Imobiliários CCB, representados pelas CCI, ou da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente.

3.10. Nos termos do Contrato de Cessão, os Créditos Imobiliários CCB passaram para a titularidade da Emissora, no âmbito do Patrimônio Separado.

#### Cobrança dos Créditos Imobiliários CCB

3.11. A administração ordinária e a cobrança dos Créditos Imobiliários CCB será realizada pela Emissora.

### **CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DOS CRI E DA OFERTA**

4.1. Os CRI da presente Emissão, cujo lastro se constitui pelos Créditos Imobiliários, possuem as seguintes características:

<b>CRI Sênior I</b>	<b>CRI Subordinado I</b>
1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;	1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;
2. Série: 389 <sup>a</sup> ;	2. Série: 390 <sup>a</sup> ;
3. Quantidade de CRI: 7.200 (sete mil e duzentos);	3. Quantidade de CRI: 4.800 (quatro mil e oitocentos);
4. Valor Global da Série: R\$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais);	4. Valor Global da Série: R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);
5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);	5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Sênior I;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 17,50% (dezesete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados I;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

<p>13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;</p> <p>14. Local de Emissão: São Paulo/SP;</p> <p>15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;</p> <p>16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;</p> <p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>	<p>13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;</p> <p>14. Local de Emissão: São Paulo/SP;</p> <p>15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;</p> <p>16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;</p> <p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>
---	---

<b>CRI Sênior II</b>	<b>CRI Subordinado II</b>
1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;	1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;
2. Série: 391 <sup>a</sup> ;	2. Série: 392 <sup>a</sup> ;

3. Quantidade de CRI: 7.200 (sete mil e duzentos);

4. Valor Global da Série: R\$7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais);

5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Sênior II;

3. Quantidade de CRI: 4.800 (quatro mil e oitocentos);

4. Valor Global da Série: R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);

5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 17,50% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados II;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;

14. Local de Emissão: São Paulo/SP;

15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;

16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;

14. Local de Emissão: São Paulo/SP;

15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;

16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;

<p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>	<p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>
--	--

<b>CRI Sênior III</b>	<b>CRI Subordinado III</b>
1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;	1. Emissão: 1 <sup>a</sup> ;
2. Série: 393 <sup>a</sup> ;	2. Série: 394 <sup>a</sup> ;
3. Quantidade de CRI: 2.400 (dois mil e quatrocentos);	3. Quantidade de CRI: 1.600 (um mil e seiscentos);
4. Valor Global da Série: R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil);	4. Valor Global da Série: R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais);
5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);	5. Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;	6. Data do Primeiro Pagamento da Remuneração: 20 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Sênior III;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;

7. Prazo de Emissão: 48 (quarenta e oito) meses, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 20 de agosto de 2020; e o último na Data de Vencimento Final;

8. Índice de Atualização Monetária: IPCA/IBGE;

9. Remuneração: Taxa efetiva de juros de 17,50% (dezesete inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente a partir da data da Primeira Integralização dos CRI Subordinados III;

10. Periodicidade de Pagamento da Amortização Programada e da Remuneração: Mensal, de acordo com a Tabela Vigente constante do Anexo II ao Termo de Securitização;

11. Regime Fiduciário: Sim;

12. Ambiente de Depósito, Distribuição, Negociação, Custódia Eletrônica e Liquidação Financeira: conforme previsto no item 2.4. do Termo de Securitização;

13. Data de Emissão: 07 de agosto de 2020;

<p>14. Local de Emissão: São Paulo/SP;</p> <p>15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;</p> <p>16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;</p> <p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>	<p>14. Local de Emissão: São Paulo/SP;</p> <p>15. Data de Vencimento Final: 20 de julho de 2024;</p> <p>16. Garantias: (i) Fiança e Coobrigação; (ii) Fundo de Reserva; (iii) Fundo de Obras; (iv) Cessão Fiduciária; (v) Alienação Fiduciária de Quotas; e (vi) outras garantias que, eventualmente, venham a ser constituídas para garantir o cumprimento das Obrigações Garantidas;</p> <p>17. Garantia Flutuante: Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora;</p> <p>18. Curva de Amortização: de acordo com a tabela de amortização dos CRI, constante do Anexo II do Termo de Securitização.</p>
---	---

## Distribuição

4.2. Os CRI serão objeto da Oferta, sendo esta automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476. A Oferta será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 12, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA.

4.2.1. A Oferta será destinada apenas a Investidores Profissionais, ou seja, investidores que atendam às características descritas nos termos do artigo 9º-A da Instrução CVM 539,

observado que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores profissionais; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 9º-A da Instrução CVM 539 deverão possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e, atestar por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o modelo do Boletim de Subscrição.

4.2.2. Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM 476, os CRI da Oferta serão ofertados a, no máximo, 75 (setenta e cinco) potenciais Investidores Profissionais e subscritos ou adquiridos por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, observada a disponibilidade de CRI.

4.3. Por ocasião da subscrição, os Investidores deverão declarar, por escrito, no Boletim de Subscrição, estarem cientes de que:

- (i) a Oferta não foi registrada na CVM;
- (ii) possuem investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo este requisito aplicável às pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 9º-A da Instrução CVM 539; e
- (iii) os CRI ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e na Instrução CVM 414.

4.4. O início da Oferta deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM no prazo de 5 (cinco) dias contados da primeira procura a potenciais investidores, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores ou mediante protocolo físico, e deverá conter as informações indicadas no Anexo 7-A da Instrução CVM 476. A Oferta será realizada conforme pactuado no Contrato de Distribuição.

4.5. O prazo de colocação da respectiva Série será de até 6 (seis) meses contados da comunicação de seu início. Caso a Oferta não seja encerrada dentro desse prazo, o Coordenador Líder deverá informar a CVM, apresentando os dados então disponíveis, complementando-os semestralmente até o encerramento da Oferta, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de início da Oferta, conforme dispõe o art. 8º-A da Instrução CVM 476.

4.5.1. Em conformidade com o artigo 8º da Instrução CVM 476, o encerramento da Oferta de cada Série deverá ser informado pelo Coordenador Líder à CVM, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do seu encerramento, devendo referida comunicação ser encaminhada por intermédio da página da CVM na rede mundial de computadores e conter as informações indicadas no Anexo 8 da Instrução CVM 476.

4.6. Os CRI da presente Emissão, ofertados nos termos da Oferta, somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição dos CRI pelos Investidores Profissionais.

4.6.1. Observadas as restrições de negociação acima, os CRI da presente Emissão somente poderão ser negociados entre Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 9-B da Instrução CVM 539 e desde que observado o disposto nos artigos 13 e 15, §8º, da Instrução CVM 476, a menos que a Emissora obtenha o registro de oferta pública perante a CVM nos termos do caput do artigo 21 da Lei nº 6.385, de 1976, e da Instrução CVM 400 e apresente prospecto da Oferta à CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

4.7. É admitida a distribuição parcial dos CRI, na forma prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, e o encerramento da distribuição dos CRI caso sejam subscritos e integralizados CRI no montante mínimo indicado no Contrato de Distribuição. Decorridos 6 (seis) meses do início da oferta com esforços restritos ("Prazo de Colocação"), e tendo ocorrido a Colocação Mínima, é facultado à Emissora solicitar ao Coordenador Líder a continuação da distribuição, que deverá realizar, para tanto, a comunicação devida nos termos do §2º do artigo 8º da Instrução CVM 476.

4.7.1. Em razão da possibilidade de distribuição parcial de CRI e nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, os Investidores Profissionais poderão, no ato da aceitação à Oferta, condicionar sua adesão à Oferta a que haja distribuição (i) da totalidade dos CRI objeto da Oferta; ou (ii) de uma quantidade mínima de CRI, equivalente à totalidade dos CRI por ele subscritos nos termos do respectivo Boletim de Subscrição, que não poderá ser inferior à Colocação Mínima.

4.7.2. No caso da Cláusula 4.7.1 acima, na falta de manifestação, presumir-se-á o interesse do Investidor Profissional em receber a totalidade dos CRI indicados no respectivo Boletim de Subscrição.

4.8. Caso não tenha sido alcançada a Colocação Mínima até o final do Prazo de Colocação, os CRI serão cancelados pela Emissora, que deverá devolver aos Investidores o Preço de Integralização com recursos livres integrantes do Patrimônio Separado, cabendo também à Emissora devolver à Cedente os Créditos Imobiliários CCB representados pelas CCI, por meio da B3.

4.8.1. Nesta hipótese, a Emissora e Agente Fiduciário deverão tomar as devidas providências para retornar a Operação ao *status quo ante*, inclusive por meio da celebração de aditamentos/distratos aos Documentos da Operação, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da ocorrência do cancelamento dos CRI e respectiva devolução do Preço de Integralização aos Investidores.

### Escrituração

4.9. Os CRI serão depositados, pela Emissora, junto ao Escriturador para fins de custódia eletrônica e de liquidação financeira de eventos de pagamentos na B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, nos termos do item 2.4, acima.

4.10. Os CRI serão emitidos sob a forma nominativa e escritural. Serão reconhecidos como comprovante de titularidade: (i) o extrato de posição de depósito expedido pela B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, em nome do respectivo Titular dos CRI; ou (ii) o extrato emitido pelo Escriturador, a partir de informações que lhe forem prestadas com base na posição de custódia eletrônica constante da B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, considerando que a custódia eletrônica dos CRI esteja na B3 – SEGMENTO CETIP UTVM.

### Banco Liquidante

4.11. O Banco Liquidante será contratado pela Emissora para operacionalizar o pagamento e a liquidação de quaisquer valores devidos pela Emissora aos Titulares dos CRI, executados por meio da B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, nos termos do item 2.4, acima.

### Destinação de Recursos

4.12. Observado o quanto disposto no item 3.8 acima, os recursos obtidos com a integralização dos CRI serão utilizados exclusivamente pela Emissora para os pagamentos previstos no Contrato de Cessão, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento, à Cedente, do Preço da Cessão.

4.13. A destinação dos recursos captados pela GR Construtora por meio das CCB seguirá o disposto no item 3.5 acima.

## **CLÁUSULA V – SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI**

5.1. Os CRI serão subscritos dentro do prazo de distribuição na forma do §2º do artigo 7-A da Instrução CVM 476, no mercado primário, e serão integralizados pelo Preço de Integralização, o qual será pago à vista (ou no prazo indicado no respectivo Boletim de Subscrição), em moeda corrente nacional, por intermédio dos procedimentos estabelecidos pela B3 – SEGMENTO CETIP UTVM: (i) nos termos do respectivo Boletim de Subscrição; e (ii) para prover recursos a serem destinados pela Emissora conforme item 3.6. e 4.8., acima.

5.2. Cada CRI deverá ser integralizado na data a ser informada pela Emissora nos Boletins de Subscrição, observadas as Condições Precedentes, podendo ser admitido ágio ou deságio no momento da subscrição.

## CLÁUSULA VI – CÁLCULO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO ATUALIZADO, REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI

### Valor Nominal Unitário Atualizado

6.1. Os CRI serão atualizados nos termos dos itens 6.1.1. e 6.1.2 abaixo.

6.1.1. O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Unitário Atualizado dos CRI, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis, a partir da Data da Primeira Integralização da respectiva Série até a data de seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário dos CRI ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI (“Valor Nominal Atualizado dos CRI”).

6.1.2. O cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI da respectiva Série será realizado da seguinte forma:

$$VNa = VNe \times C,$$

onde:

**VNa:** Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNe:** Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, do período imediatamente anterior, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

**C** = fator acumulado das variações mensais da Atualização Monetária, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

Onde:

**NI<sub>k</sub>** = valor do número-índice da Atualização Monetária divulgado no mês anterior ao mês de atualização (*e.g.* para o mês de atualização outubro, utilizar-se-á o índice divulgado em setembro, que se refere a agosto);

**NI<sub>k-1</sub>** = valor do número-índice da Atualização Monetária divulgado no mês anterior ao mês “k” (*e.g.* utilizar-se-á o índice divulgado em agosto, que se refere a julho);

**dup** = número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização da Série a ser considerada, ou a última Data de Aniversário, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo “dup” um número inteiro; e

**dut** = número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização da Série a ser considerada, ou a Data de Aniversário anterior, inclusive, e a próxima Data de Aniversário, exclusive, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice da Atualização Monetária, sendo “dut” um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}}\right)^{\frac{dup}{dut}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O fator resultante da expressão  $\frac{dup}{dut}$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, sem arredondamento.

O fator resultante da expressão  $\frac{NI_k}{NI_{k-1}}$  é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice da Atualização Monetária deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Considera-se Data de Aniversário o dia 20 (vinte) de cada mês.

Caso o número-índice da Atualização Monetária ainda não esteja disponível até 05 (cinco) dias antes da referida data de pagamento, utilizar-se-á a variação positiva da Atualização Monetária referente ao período anterior. A variação positiva será utilizada provisoriamente para fins de cálculo. Caso haja efetivo pagamento com a utilização da variação positiva, o saldo devedor do CRI não será ajustado no momento da divulgação do número índice e nem haverá compensações entre as partes.

A Atualização Monetária será aplicável desde que a variação seja positiva, devendo a variação negativa ser desconsiderada. Não serão devidas quaisquer compensações entre a Cedente e a Emissora, ou entre a Emissora e os Titulares dos CRI, em razão do critério adotado.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos.

## Remuneração

6.2. A Remuneração dos CRI compreenderá os juros remuneratórios conforme item 4.1., acima, calculados a partir de um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data da Primeira Integralização da respectiva Série de CRI, calculados de forma exponencial e cumulativa

*pro rata temporis* sobre o respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, ou o respectivo Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, de acordo com a seguinte fórmula:

6.2.1. Cálculo da Remuneração: A Remuneração será calculada da seguinte forma:

$$J = VNa \times (FJ - 1), \text{ onde:}$$

**J** = valor unitário da Remuneração calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VNa** = conforme definido acima;

**FJ** = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FJ = (1 + i)^{\frac{\text{dup}}{252}}$$

Onde:

**i** = a Remuneração, conforme indicada no item 4.1., informada com 4 (quatro) casas decimais;

**dup** = Número de Dias Úteis entre a Data da Primeira Integralização da Série a ser considerada, a Data de Aniversário anterior, data de última incorporação ou data do evento anterior, inclusive, e a data de cálculo, exclusive.

6.3. A Remuneração será devida desde a Data da Primeira Integralização da respectiva Série e será paga a partir da primeira Data de Pagamento da Remuneração (inclusive), sendo o pagamento da Remuneração devido em cada uma das Datas de Pagamento da Remuneração relacionadas na Tabela Vigente constante no Anexo II deste Termo de Securitização, até a Data de Vencimento Final da respectiva Série. Após a liquidação do CRI, a Tabela Vigente poderá ser alterada pela Emissora para ajustar as novas datas de pagamento e amortizações das Séries subsequentes de acordo com as datas em que forem liquidadas, sem necessidade de aditamento ao presente. Em razão de tratar-se de operacional corriqueiro e inerente à administração do Patrimônio Separado pela Securitizadora, a alteração da Tabela Vigente não precisará ser aprovada em sede de Assembleia, nem ser refletida em aditamento ao Termo de Securitização, devendo ser, no entanto, validada pelo Agente Fiduciário da Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento.

6.4. O primeiro período de capitalização de cada Série será compreendido entre a respectiva Data da Primeira Integralização, inclusive, e a respectiva primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive. Os demais períodos de capitalização serão compreendidos entre a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, exclusive. Os períodos se sucedem sem solução de continuidade até Data de Vencimento Final da respectiva Série.

6.5. O pagamento da Remuneração da respectiva Série será realizado: (i) nas Datas de Pagamento da Remuneração; ou (ii) nas datas em que houver pagamento de um Resgate Antecipado e/ou Amortização Extraordinária dos CRI.

6.6. No caso de Resgate Antecipado, a Remuneração será devida somente até a data do pagamento da antecipação, não sendo devido qualquer valor, a qualquer título, em relação ao período que remanesceria, caso a antecipação não ocorresse.

6.7. Fica ajustado, ainda, que não serão devidos juros de mora, multas ou quaisquer acréscimos aos valores a serem pagos no período compreendido entre as respectivas datas de recebimento pela Securitizadora dos valores referentes aos Créditos Imobiliários CCB e as respectivas Datas de Pagamento da Remuneração, ou datas em que forem recebidos os recursos a título de Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB, vencimento antecipado das CCB, incidência da Multa Indenizatória ou qualquer outro tipo de pagamento pelos Créditos Imobiliários CCB.

#### Amortização

6.8. As Amortizações Programadas dos CRI ocorrerão conforme o cálculo previsto na fórmula abaixo e serão realizadas nas Datas de Amortização Programada indicadas na Tabela Vigente do Anexo II:

6.8.1. Cálculo da Amortização: O cálculo da amortização será realizado com base na seguinte fórmula:

$$\mathbf{AM_i = VN_a \times TA}$$

onde:

**AM<sub>i</sub>** = Valor unitário da i-ésima parcela de amortização. Valor em reais, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VN<sub>a</sub>** = conforme definido no item 6.1.2, acima;

**TA** = taxa de amortização da respectiva Série, expressa em percentual, com 4 (quatro) casas decimais, conforme indicada na Tabela Vigente do Anexo II.

6.8.2. Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado após cada amortização:

$$\mathbf{VN_r = VN_a - AM_i}$$

**VN<sub>r</sub>** = valor remanescente após a i-ésima amortização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

**VN<sub>a</sub>** = conforme definido acima; e

**AMi** = conforme definido acima.

Após o pagamento da i-ésima parcela de amortização VNR assume o lugar de VNa.

6.8.3. Na hipótese de, cumulativamente, (a) o Patrimônio Separado dispor de recursos, (b) terem sido respeitados os procedimentos operacionais de recebimento de recursos dispostos neste Termo de Securitização e, mesmo assim, (c) haver atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares dos CRI por motivo que possa ser imputado exclusivamente à Emissora, serão devidos pela Emissora, a partir do vencimento da parcela (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis* por dias corridos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

6.8.4. Deverá haver um intervalo de, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis entre o recebimento dos pagamentos referentes aos Créditos Imobiliários pela Emissora e respectivo pagamento de suas obrigações referentes aos CRI. Em razão da necessidade do intervalo ora previsto, não haverá qualquer remuneração dos valores recebidos pela Emissora durante a prorrogação ora mencionada. As datas descritas no Anexo II já contemplam o intervalo previsto nesta cláusula.

6.9. A Tabela Vigente dos CRI inicialmente será aquela descrita no Anexo II, a qual poderá ser alterada pela Emissora a qualquer momento em função de reflexos da Ordem de Pagamento, dos recebimentos dos Créditos Imobiliários, e demais hipóteses previstas no Contrato de Cessão Fiduciária no presente Termo de Securitização. Quando da integralização das Séries no tempo, o Anexo II poderá ser alterado pela Emissora para ajustar as novas datas de pagamento e amortizações, sem necessidade de aditamento ao presente. Em razão de tratar-se de operacional corriqueiro e inerente à administração do Patrimônio Separado pela Securitizadora, a alteração da Tabela Vigente não precisará ser aprovada em sede de Assembleia, nem ser refletida em aditamento ao Termo de Securitização, devendo ser, no entanto, validada pelo Agente Fiduciário da Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento.

6.9.1. A nova tabela vigente deverá ser encaminhada para a B3 (segmento CETIP UTMV) e para o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis de sua alteração.

6.10. Após a Data da Primeira Integralização da respectiva Série, os CRI terão seu valor de amortização ou, nas hipóteses definidas neste Termo de Securitização, valor de resgate, calculados pela Emissora com base na Remuneração aplicável.

6.11. Na Data de Vencimento Final da respectiva Série, a Emissora deverá proceder à liquidação total dos CRI pelo Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração devida e não paga, além de eventuais encargos, se houver.

6.12. O não comparecimento dos Titulares de CRI para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas neste Termo de

Securitização não lhes dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhes, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.13. Os pagamentos dos CRI serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 – SEGMENTO CETIP UTVM. Caso, por qualquer razão, os CRI não estejam custodiados eletronicamente na B3 – SEGMENTO CETIP UTVM na data de seu pagamento, a Emissora deixará, em sua sede, o respectivo pagamento à disposição do respectivo Titular dos CRI. Nesta hipótese, a partir da referida data de pagamento, não haverá qualquer tipo de remuneração ou acréscimo sobre o valor colocado à disposição do Titular dos CRI na sede da Emissora.

6.13.1. Na hipótese prevista no item 6.13 acima, os recursos pertencentes ao Titular dos CRI ficarão investidos em qualquer das Aplicações Financeiras Permitidas até que venham ser a ele transferidos.

## **CLÁUSULA VII – AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E RESGATE ANTECIPADO DO CRI**

### Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado

7.1. A Emissora deverá promover a amortização extraordinária parcial dos CRI da respectiva Série a ser amortizada, proporcionalmente a seu Valor Nominal Unitário Atualizado, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI (“Amortização Extraordinária”), ou o resgate antecipado total dos CRI (“Resgate Antecipado”), sempre que houver antecipação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB, vencimento antecipado das CCB, incidência da Multa Indenizatória ou qualquer outro tipo de pagamento pelos Créditos Imobiliários CCB, e sempre de forma proporcional, independentemente de qual Crédito Imobiliário tenha sido antecipado ou recomprado.

7.1.1. A Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado serão realizados preservando-se a proporção entre o saldo devedor da totalidade dos Créditos Imobiliários CCB e o saldo devedor dos CRI, e (i) quando motivados por antecipação dos Créditos Imobiliários ou Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB, ou Multa Indenizatória referente a Créditos Imobiliários individuais, observarão a proporção entre os saldos devedores de cada uma das Séries dos CRI (se aplicável), e (ii) quando motivados por vencimento antecipado das CCB, ou pagamento de Multa Indenizatória referente a toda carteira de Créditos Imobiliários, observarão a Ordem de Pagamentos prevista na Cláusula VIII abaixo.

7.2. O Resgate Antecipado ou a Amortização Extraordinária serão feitos por meio do pagamento (a) do Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado à época, na hipótese de Resgate Antecipado, ou (b) do efetivo valor a ser amortizado pela Emissora, no caso da Amortização Extraordinária, em ambos os casos acrescidos da Remuneração devida desde a Data de Primeira Integralização ou da Data de Pagamento da

Remuneração imediatamente anterior até a data do Resgate Antecipado ou da Amortização Extraordinária.

7.3. Na hipótese de Amortização Extraordinária dos CRI, se necessário, a Emissora elaborará e disponibilizará ao Agente Fiduciário e à B3 – SEGMENTO CETIP UTVM uma nova Tabela Vigente, recalculando o número e os percentuais de amortização das parcelas futuras, na mesma conformidade das alterações que tiverem sido promovidas no cronograma de amortização dos Créditos Imobiliários utilizados como lastro da Emissão, sem necessidade de aditamento ao Termo de Securitização ou realização de Assembleia, devendo ser, no entanto, validada pelo Agente Fiduciário da Emissão, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento.

7.4. Em qualquer dos casos acima, o Resgate Antecipado dos CRI será realizado sob a ciência do Agente Fiduciário e alcançará, indistintamente, todos os CRI integralizados, observada a Ordem de Pagamento, proporcionalmente ao seu Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado na data do evento, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário, os Investidores e a B3 – SEGMENTO CETIP UTVM sobre a realização do evento no prazo de 02 (dois) Dias Úteis de antecedência de seu pagamento.

7.4.1. Os CRI resgatados antecipadamente serão obrigatoriamente cancelados pela Emissora.

## **CLÁUSULA VIII – GARANTIAS E ORDEM DE PAGAMENTOS**

8.1. Os CRI gozarão das Garantias descritas abaixo e não contarão com garantia flutuante da Emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha o Patrimônio Separado da Emissão, não será utilizado para satisfazer as obrigações assumidas no âmbito do presente Termo de Securitização.

### Aval

8.2. As CCB contam com o aval dos Avalistas.

### Cessão Fiduciária

8.3. Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, em garantia do fiel e cabal pagamento de todo e qualquer montante devido com relação às Obrigações Garantidas, a TC Operações cedeu fiduciariamente à Emissora os Créditos Cedidos Fiduciariamente, nos termos da Lei 9.514. O Contrato de Cessão Fiduciária será submetido a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das Partes signatárias e esta garantia perdurará até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas. Enquanto vigorar a Cessão Fiduciária, os recursos oriundos dos pagamentos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente serão depositados na Conta Centralizadora e serão utilizados de acordo com a seguinte ordem ("Ordem de Pagamentos"):

a) Despesas do Patrimônio Separado;

- b) Multa e juros de mora relacionados aos CRI, caso existam;
- c) Remuneração dos CRI Sêniores;
- d) Amortização Programada dos CRI Sêniores;
- e) Remuneração dos CRI Subordinados;
- f) Amortização Programada dos CRI Subordinados;
- g) Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado dos CRI, observado o Termo de Securitização, em razão da antecipação de Créditos Imobiliários Totais;
- h) Recomposição do Fundo de Reserva;
- i) Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado dos CRI, de forma proporcional, para reenquadramento das Razões Mínimas de Garantia; e
- j) Devolução do excedente à TC Operações, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

8.3.1. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser registrado pela TC Operações e/ou pela GR Construtora, às suas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de São Paulo/SP, Cotia/SP e Goiânia/GO. A TC Operações e/ou a GR Construtora deverão realizar referido protocolo de registro em até 5 (cinco) dias contados da data da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária, obrigando-se a apresentar via registrada em 30 (trinta) dias contados de tal data, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, em caso de exigências por parte do Cartório competente.

8.3.2. Observados os termos do Contrato de Cessão Fiduciária, até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, a GR Construtora deverá mensalmente assegurar que os valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados na Conta Centralizadora ao longo de um mês de competência anterior a uma Data de Apuração (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária), seja equivalente a, pelo menos, 120% (cento e vinte por cento) das Obrigações Garantidas do mês da mesma Data de Apuração, até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas ("Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal"). Para facilitar o entendimento, a fórmula abaixo será utilizada para a verificação do cumprimento da Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal:

$$CIT_m \geq RG_m \times PMT$$

Onde:

$CIT_m$  = *Créditos Imobiliários Totais do mês anterior, com exceção das Antecipações*

$RG_m$  = *Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal*

$PMT$  = *Parcela do CRI a ser paga no mês atual*

8.3.2.1. Os valores de antecipação e pré-pagamentos de Créditos Cedidos Fiduciariamente não serão considerados para fins do cálculo da Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal, sendo destinados diretamente à amortização antecipada e extraordinária dos CRI, na forma da Ordem de Pagamentos

8.3.3. Em complemento à Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal e, até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, a GR Construtora deverá mensalmente assegurar que (i) o valor presente do saldo devedor da totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente de um mês de referência, consideradas somente suas parcelas com vencimento dentro do prazo de amortização dos CRI, (ii) descontado à taxa de juros dos CRI, seja equivalente a, pelo menos, 120% (cento e vinte por cento), até o adimplemento integral das Obrigações Garantidas, do (a) saldo devedor dos CRI integralizados até então, posicionado no último dia do mesmo mês de referência, (b) subtraídos os valores integrantes do Fundo de Reserva ("Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor" e, em conjunto à Razão Mínima de Garantia do Fluxo Mensal, "Razões de Garantia"). Para facilitar o entendimento, a fórmula abaixo será utilizada para a verificação do cumprimento da Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor:

$$VP(CIT_t) \geq RG_{SD} \times (SD_{CRI})$$

Onde:

VP = Valor presente à taxa de emissão dos CRI;

$CIT_{TI}$  = Créditos Cedidos Fiduciariamente elegíveis;

$RG_{SD}$  = Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor; e

$SD_{CRI}$  = Saldo devedor dos CRI integralizados até o momento, menos o valor do Fundo de Reserva.

8.3.3.1 O cálculo da Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor considerará apenas os Créditos Cedidos Fiduciariamente que preencherem os seguintes requisitos ("Critérios de Elegibilidade"):

- a) nenhuma parcela em atraso por mais de 120 (cento e vinte) dias;
- b) ser oriundo dos respectivos Empreendimentos Garantia ;
- c) os 10 (dez) maiores Devedores individuais não poderão ser responsáveis por mais de 20% (vinte por cento) do volume total dos Créditos Imobiliários Totais;
- d) os Créditos Imobiliários Totais não poderão ter concentração superior a 10% (dez por cento) em pessoas físicas (natural) ou jurídicas pertencentes ao grupo econômico das Cedentes; e
- e) uma única pessoa física (natural) não poderá ser Devedor de volume superior a 5% (cinco por cento) do saldo devedor dos Créditos Imobiliários Totais.

8.2.4. Não verificada a Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor a qualquer tempo em qualquer uma das Datas de Apuração, a GR Construtora deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis de notificação da Securitizadora, realizar o pagamento antecipado parcial das CCB

em montante suficiente à amortização extraordinária ou resgate antecipado dos CRI para reenquadramento da Razão Mínima de Garantia do Saldo Devedor.

8.2.5. Nos termos do artigo 296 do Código Civil e do Contrato de Cessão Fiduciária, a TC Operações responderá, solidariamente aos respectivos Devedores, por sua solvência em relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, assumindo a qualidade de coobrigada e responsabilizando-se pelo pagamento integral dos Créditos Cedidos Fiduciariamente.

#### Alienação Fiduciária de Quotas

8.4. Mediante a Alienação Fiduciária de Quotas, em garantia do fiel e cabal pagamento de todo e qualquer montante devido com relação às Obrigações Garantidas, os sócios da TC Operações alienaram fiduciariamente à Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, e do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 55 da Lei 10.931, dos artigos 18 a 20 da Lei 9.514, conforme alterada, e das disposições pertinentes do Código Civil, suas respectivas participações societárias, correspondendo à 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da TC Operações.

8.4.1 A TC Operações deverá protocolar a Alienação Fiduciária de Quotas para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das Partes signatárias. As vias registradas deverão ser apresentadas em 60 (sessenta) dias contados desta data.

8.4.2 A TC Operações deverá protocolar a alteração de seu contrato social na Junta Comercial do Estado de São Paulo evidenciando cláusula de gravame sobre referidas quotas. As vias registradas deverão ser apresentadas em 60 (sessenta) dias contados desta data.

#### Fundo de Reserva

8.5. Será constituído um Fundo de Reserva pela Securitizadora com recursos retidos do Preço da Cessão, que deverá corresponder, no mínimo, às 2 (duas) próximas parcelas de juros e amortização relativas aos CRI efetivamente integralizados, depositados na Conta Centralizadora para fazer frente aos pagamentos das Obrigações Garantidas. Os recursos do Fundo de Reserva também estarão abrangidos pela instituição do Regime Fiduciário e deverão ser aplicados em Aplicações Financeiras Permitidas.

8.6. Sempre que ocorrer o inadimplemento das Obrigações Garantidas, a Securitizadora poderá utilizar os recursos do Fundo de Reserva para complementar referido pagamento, sempre respeitando, no mínimo, o valor da parcela imediatamente vincenda de amortização e juros dos CRI, e observados os critérios de futura recomposição do Fundo de Reserva.

8.7. Toda vez que o Fundo de Reserva estiver descomposto, assim entendido com saldo insuficiente para cobrir 2 (duas) vezes a média das parcelas de pagamento dos CRI, a

Securizadora poderá promover sua recomposição pela notificação à GR Construtora ordenando que esta aporte os recursos faltantes dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da referida notificação.

### Fundo de Obras

8.8.A Emissora está autorizada a constituir o Fundo de Obras no valor de R\$ 2.275.000,00 (dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) para a conclusão das obras do Empreendimento Imobiliário, com base no primeiro Relatório de Medição, que constitui o Anexo VI do Contrato de Cessão. Referido relatório, serviu de base para determinar o valor inicial do Fundo de Obras, e servirá de “marco zero” para que futuros Relatórios de Medição possam medir a evolução das obras. Conforme solicitado pela GR Construtora, o Medidor de Obras visitará o Empreendimento Imobiliário e fará um novo Relatório de Medição, que trará um comparativo de evolução das obras contra o Relatório de Medição imediatamente anterior. A Emissora fará a liberação de recursos do Fundo de Obras em valor correspondente à evolução constatada.

8.8.1. Caso os custos de obras venham, num dado Relatório de Medição, a superar o estimado na constituição do Fundo de Obras ou a superar o valor remanescente no Fundo de Obras, a diferença a maior deverá ser arcada pela GR Construtora, de modo que futuras liberações do Fundo de Obras não considerarão tal diferença (*i.e.* num cenário de evolução de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e diferença para a GR Construtora de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a próxima liberação corresponderá a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)).

8.8.2. Os recursos do Fundo de Obras serão aplicados pela Emissora, na qualidade de administradora da Conta Centralizadora, em Aplicações Financeiras Permitidas, sendo que quaisquer rendimentos decorrentes destes investimentos integrarão automaticamente o Fundo de Obras.

8.8.3. Após a conclusão das obras, eventuais recursos remanescentes no Fundo de Obras, incluindo os rendimentos, líquidos de eventuais retenções de impostos, decorrentes das Aplicações Financeiras Permitidas, serão liberados para a GR Construtora na forma da Ordem de Pagamentos.

8.8.4. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário os documentos relativos as Garantias, acima descritos, devidamente registrados nos competentes cartórios, conforme cada caso.

### Disposições Comuns às Garantias

8.9. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, das Garantias. Na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas, a Securizadora poderá, a seu exclusivo critério, executar uma ou mais Garantias, simultaneamente ou não, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas, de acordo com a conveniência da Securizadora, em benefício dos investidores dos CRI, ficando ainda estabelecido que, desde que observados os procedimentos previstos no Contrato de

Cessão, a excussão das Garantias independerá de qualquer providência preliminar por parte da Securitizadora, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza. A excussão de uma das Garantias não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais.

8.10. As Garantias referidas acima foram ou serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável, vigendo até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, observado o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do recebimento, pela Securitizadora, da Quitação do Agente Fiduciário, para formalização da liberação dos Créditos Imobiliários Totais, nos termos da Cláusula 10.1.1 do Contrato de Cessão.

8.11. As Garantias outorgadas têm os valores atribuídos abaixo, e foram avaliadas conforme a seguir:

Garantia	Valor	Cobertura da Emissão	Avaliação
Aval do Sr. Winston Costa Rezende	Estimado em R\$ 1.209.413,54 (um milhão duzentos e nove mil quatrocentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos)	Equivalente a 4% (quatro por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Conforme IRPF 2019, bens e direitos
Aval do Sr. Gustavo Gornero Rezende	Estimado em R\$1.327.964,30 (um milhão trezentos e vinte e sete mil novecentos e sessenta e quatro e trinta centavos)	Equivalente a 5% (cinco inteiros por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Conforme IRPF 2019, bens e direitos
Aval do Sr. Rodolfo Gornero Rezende	Estimado em R\$ 551.035,49 (quinhentos e cinquenta e um mil trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos)	Equivalente a 2% (dois por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Conforme IRPF 2019, bens e direitos
Aval do Sr. Filipe Gorneiro Rezende	Estimado em R\$ 812.114,41 (oitocentos e doze mil cento e quatorze reais quarenta e um centavos)	Equivalente a 3% (três por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Conforme IRPF 2019, bens e direitos
Cessão Fiduciária	Estimado em R\$36.236.975,06 (trinta e seis milhões duzentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e cinco reais e seis centavos)	Equivalente a 129% (cento e vinte e nove por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Atribuído mediante o cálculo do valor presente dos Créditos da Cessão Fiduciária já constituídos, posicionado em 31 de maio de 2020, conforme Relatório do Servicer..
Coobrigação da TC Operações sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente	R\$36.236.975,06 (trinta e seis milhões duzentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e cinco reais e seis centavos)	Equivalente a 129% (cento e vinte e nove por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Atribuído mediante o cálculo do valor presente dos Créditos da Cessão Fiduciária já constituídos, posicionado em 31 de maio de 2020, conforme Relatório do Servicer.
Alienação Fiduciária de Quotas	R\$ 6.635.450,00 (seis milhões seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais) , equivalente ao capital social da TC Operações. Referido valor poderá ser revisto a qualquer tempo pela Securitizadora mediante avaliação das Quotas realizada por empresa independente	Equivalente a 24% (vinte e quatro inteiro por cento) do valor de emissão dos CRI – R\$28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais)	Avaliada conforme Demonstrações Financeiras 2019, patrimônio líquido subtraído dos empréstimos circulantes e não circulantes

Garantia

Valor

Cobertura da Emissão

Avaliação

contratada pela Securitizadora, às expensas da GR Construtora, especificamente para tal finalidade.

## **CLÁUSULA IX – REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

9.1. Nos termos previstos pela Lei 9.514, é instituído regime fiduciário sobre os Créditos do Patrimônio Separado, sobre as Garantias a eles vinculadas, e sobre a Conta Centralizadora e quaisquer valores lá depositados, os quais deverão ser aplicados em Aplicações Financeiras Permitidas.

9.2. Os Créditos do Patrimônio Separado, sujeitos ao Regime Fiduciário ora instituído, são destacados do patrimônio da Emissora e passam a constituir patrimônio distinto, que não se confunde com o da Emissora, destinando-se especificamente ao pagamento dos CRI e das demais obrigações relativas ao Patrimônio Separado, e manter-se-ão apartados do patrimônio da Emissora até que se complete o resgate de todos os CRI a que estejam afetados, nos termos do artigo 11, da Lei 9.514.

9.2.1. Exceto nos casos previstos em legislação específica, em nenhuma hipótese os Titulares dos CRI terão o direito de haver seus créditos contra o patrimônio da Emissora, sendo sua realização limitada à liquidação dos Créditos do Patrimônio Separado.

9.2.2. A insuficiência dos bens do Patrimônio Separado não dará causa à declaração de sua quebra, cabendo, nessa hipótese, ao Agente Fiduciário convocar Assembleia Geral para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do Patrimônio Separado.

9.3. Os Créditos do Patrimônio Separado: (i) responderão apenas pelas obrigações inerentes aos CRI e pelo pagamento das despesas de administração do Patrimônio Separado e respectivos custos e obrigações fiscais, conforme previsto neste Termo de Securitização; (ii) estão isentos de qualquer ação ou execução de outros credores da Emissora que não sejam os Titulares de CRI; e (iii) não são passíveis de constituição de outras garantias ou excussão, por mais privilegiadas que sejam, exceto conforme previsto neste Termo de Securitização.

9.4. O presente Termo de Securitização, seus respectivos anexos e eventuais aditamentos serão registrados para custódia no Custodiante em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração, devendo a Emissora, portanto, entregar ao Custodiante 1 (uma) via original do Termo de Securitização.

### Administração do Patrimônio Separado

9.5. Observado o disposto nesta Cláusula IX, a Emissora, em conformidade com a Lei 9.514: (i) administrará o Patrimônio Separado instituído para os fins desta Emissão; (ii) promoverá as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade; (iii) manterá seu registro contábil independente do restante de seu patrimônio próprio e de outros patrimônios separados

administrados; e (iv) elaborará e publicará suas respectivas demonstrações financeiras em conformidade com a Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, considerado o exercício iniciado em 01 de julho, com término em 06 de agosto de cada ano.

9.5.1. A Emissora somente responderá pelos prejuízos que causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária ou, ainda, por desvio de finalidade do Patrimônio Separado.

9.5.2. A Emissora fará jus ao recebimento da Taxa de Administração, calculada *pro rata die* se necessário, a qual será custeada com recursos do Patrimônio Separado, especialmente pelo Fundo de Reserva, e será paga mensalmente, no mesmo dia de pagamento dos CRI. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da Taxa de Administração, os titulares dos CRI arcarão com a Taxa de Administração.

9.5.3. A Taxa de Administração continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRI, caso a Emissora ainda esteja atuando em nome dos titulares dos CRI, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação da Emissora. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da Taxa de Administração, os Titulares dos CRI arcarão com a Taxa de Administração, ressalvado seu direito de em um segundo momento se reembolsarem com o(s) devedor(es) dos Créditos Imobiliários após a realização do Patrimônio Separado.

9.5.4. A Taxa de Administração será acrescida dos valores dos tributos que incidem sobre a prestação desses serviços (pagamento com *gross up*), tais como: (i) ISS, (ii) PIS; e (iii) COFINS, excetuando-se o imposto de renda de responsabilidade da fonte pagadora, bem como outros tributos que venham a incidir sobre a Taxa de Administração, sendo certo que serão acrescidos aos pagamentos valores adicionais, de modo que a Emissora receba os mesmos valores que seriam recebidos caso nenhum dos impostos elencados neste item fosse incidente.

9.5.5. O Patrimônio Separado, especialmente o Fundo de Reserva, ressarcirá a Emissora de todas as despesas incorridas com relação ao exercício de suas funções, tais como, notificações, extração de certidões, contratação de especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, ou assessoria legal aos titulares dos CRI, publicações em geral, transportes, alimentação, viagens e estadias, voltadas à proteção dos direitos e interesses dos titulares de CRI ou para realizar os Créditos do Patrimônio Separado. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a efetivação da despesa em questão.

9.5.6. Adicionalmente, em caso de inadimplemento dos CRI ou reestruturação de suas características após a Emissão, será devido à Securitizadora, pelo Patrimônio Separado, remuneração adicional no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por homem-hora de trabalho dedicado à (i) execução de garantias dos CRI, e/ou (ii) participação em

Assembleias Gerais e a consequente implementação das decisões nelas tomadas, paga em 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pela Securitizadora, de “relatório de horas” à parte que originou a demanda adicional.

9.5.6.1. Entende-se por “reestruturação” a alteração de condições relacionadas (i) às garantias, (ii) às condições essenciais dos CRI, tais como datas de pagamento, remuneração e índice de atualização, Data de Vencimento Final, fluxos operacionais de pagamento ou recebimento de valores, carência ou *covenants* operacionais ou financeiros, e (iii) ao vencimento ou resgate antecipado dos CRI.

9.5.6.2. O pagamento da remuneração prevista neste item ocorrerá sem prejuízo da remuneração devida a terceiros eventualmente contratados para a prestação de serviços acessórios àqueles prestados pela Securitizadora, e será preferencialmente paga pelo Patrimônio Separado.

## **CLÁUSULA X – DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

10.1. Sem prejuízo das demais declarações expressamente previstas na regulamentação aplicável, neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação, a Emissora, neste ato declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias à celebração deste Termo de Securitização, à Emissão e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam este Termo de Securitização têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário ou a Emissora de exercer plenamente suas funções;
- (v) este Termo de Securitização constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (vi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação

governamental que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

10.2. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Termo de Securitização, a Emissora obriga-se, adicionalmente, a:

- (i) nos termos da Lei 9.514, administrar o Patrimônio Separado, mantendo seu registro contábil independente do restante de seu patrimônio próprio e de outros patrimônios separados administrados;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações, sempre que solicitado:
  - (a) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM e que devam a ela ser entregues por qualquer meio;
  - (b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, cópias de todos os documentos e informações, inclusive financeiras e contábeis, fornecidos pela Cedente dos Créditos Imobiliários e desde que por ela entregues, nos termos da legislação vigente;
  - (c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que lhe sejam razoavelmente solicitados, permitindo que os representantes do Agente Fiduciário tenham acesso a seus livros e registros contábeis, bem como aos respectivos relatórios de gestão e posição financeira referentes ao Patrimônio Separado;
  - (d) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data em que forem publicados ou enviados à CVM, cópia dos avisos de fatos relevantes e atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e da diretoria da Emissora que, de alguma forma, envolvam os interesses dos titulares dos CRI; e
  - (e) cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela Emissora em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, ou em prazo inferior se assim exigido pelas circunstâncias.
- (iii) manter em estrita ordem a sua contabilidade a fim de atender as exigências contábeis impostas pela CVM às companhias abertas, em acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade do Brasil, permitindo ao Agente Fiduciário o acesso a seus livros e demais registros contábeis, e submeter suas contas e demonstrações contábeis, inclusive aquelas relacionadas ao Patrimônio Separado, a exame por empresa de auditoria;

- (iv) preparar (a) relatório de despesas mensais incorridas pelo Patrimônio Separado, (b) quando aplicável, relatório de custos referentes à defesa dos direitos, garantias e prerrogativas dos Titulares de CRI, inclusive a título de reembolso ao Agente Fiduciário, e (c) relatório indicando o valor dos ativos integrantes do Patrimônio Separado, segregados por tipo e natureza de ativo;
- (v) informar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis de seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado das CCB, bem como sobre qualquer descumprimento, por qualquer parte, das obrigações indicadas nos Documentos da Operação, ou por eventuais prestadores de serviços contratados em razão da Emissão, sendo que a ocorrência de qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado deverá ser informada no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis de seu conhecimento;
- (vi) utilizar recursos do Patrimônio Separado para efetuar o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos, garantias e prerrogativas dos Titulares dos CRI ou para a realização de seus créditos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua apresentação. As despesas a que se refere esta alínea compreenderão, inclusive:
  - (a) publicação de relatórios, avisos e notificações previstos neste Termo de Securitização, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas por lei;
  - (b) extração de certidões;
  - (c) despesas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
  - (d) eventuais auditorias ou levantamentos periciais que venham a ser imprescindíveis em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações devidas pela Emissora, pelos prestadores de serviço contratados em razão da Emissão, e/ou da legislação aplicável.
- (vii) manter sempre atualizado seu registro de companhia aberta na CVM;
- (viii) manter contratados, durante a vigência deste Termo de Securitização, prestadores de serviço habilitados para desempenhar todas as funções necessárias ao controle dos Créditos Imobiliários CCB e suas Garantias, e à manutenção, administração e viabilização do Patrimônio Separado, tendo a faculdade de substituí-los por outros habilitados para tanto a qualquer momento, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos investidores;

- (ix) não realizar negócios e/ou operações, ou mesmo praticar quaisquer atos, alheios, em desacordo ou que não estejam expressamente previstos em seu objeto social (conforme definido em seu estatuto social) ou nos Documentos da Operação;
- (x) comunicar o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis, sobre quaisquer ocorrências que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício dos direitos, garantias e prerrogativas da Emissora no âmbito do Patrimônio Separado e que possam afetar negativamente os interesses da comunhão dos Titulares dos CRI, tendo, adicionalmente, a obrigação de informar todos os fatos relevantes acerca da Emissão e da própria Emissora diretamente ao Agente Fiduciário no mesmo prazo, bem como aos participantes do mercado, conforme aplicável, observadas as regras da CVM;
- (xi) manter:
  - (a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
  - (b) seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na Junta Comercial, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações, pela legislação tributária e pelas demais normas regulamentares; e
  - (c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xii) manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento, diretamente ou por meio de seus agentes, serviço de atendimento aos Titulares dos CRI;
- (xiii) fornecer aos Titulares dos CRI, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contados de solicitação, quaisquer informações relativas ao Patrimônio Separado;
- (xiv) informar e enviar, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário indicado na Instrução CVM 583 que venham a ser por ele solicitados e que não possam ser obtidos de forma independente;
- (xv) calcular diariamente, em conjunto com o Agente Fiduciário, o valor unitário dos CRI; e
- (xvi) fazer constar, nos contratos celebrados com os auditores independentes, que o Patrimônio Separado não responderá pelo pagamento de quaisquer verbas devidas nos termos de tais contratos.

10.3. A Emissora se responsabiliza pela exatidão das informações e declarações ora prestadas ao Agente Fiduciário e aos participantes do mercado de capitais, incluindo, sem limitação, os Titulares dos CRI, ressaltando que analisou diligentemente os documentos relacionados com os CRI, tendo contratado assessor legal para a elaboração de opinião legal para verificação de sua legalidade, legitimidade, existência, exigibilidade, validade, veracidade, ausência de vícios, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas aos investidores e ao Agente Fiduciário, declarando que os mesmos encontram-se perfeitamente constituídos e na estrita e fiel forma e substância descritos pela Emissora neste Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

## **CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

11.1. A Emissora nomeia e constitui, como Agente Fiduciário, a SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificada que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da Lei 9.514, da Instrução CVM 414 e do presente Termo de Securitização, representar, perante a Emissora e quaisquer terceiros, os interesses da comunhão dos Titulares de CRI.

11.2. O Agente Fiduciário declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e neste Termo de Securitização, o qual igualmente aceita em todo seu teor, cláusulas e condições;
- (ii) está devidamente autorizado a celebrar este Termo de Securitização e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração deste Termo de Securitização e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iv) verificou a legalidade e a ausência de vícios da operação objeto do presente Termo de Securitização com base nas informações prestadas pela Emissora;
- (v) os Créditos Imobiliários e suas Garantias consubstanciam Patrimônio Separado, vinculados única e exclusivamente aos CRI;
- (vi) não se encontra em nenhuma situação (a) de impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, por analogia, e artigo 6º da Instrução CVM 583, nem (b) de conflito de interesse, conforme artigo 5º da Instrução da CVM 583, declarando, ainda, não possuir qualquer relação com a Emissora ou com o(s) devedor(es) dos Créditos Imobiliários que o impeça de exercer suas funções de forma diligente;

- (vii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º da Instrução CVM 583, tratamento equitativo a todos os titulares de certificados de recebíveis imobiliários e outros valores mobiliários de eventuais emissões realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série; e
- (viii) na presente data verificou que atua em outras emissões de títulos e valores mobiliários da Emissora, conforme descritas e caracterizadas no Anexo X deste Termo de Securitização.

11.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura deste Termo de Securitização, devendo permanecer no cargo até (i) a integral quitação das Obrigações Garantidas, por via da realização dos Créditos do Patrimônio Separado ou de quitação outorgada pelos Titulares dos CRI; ou (ii) sua efetiva substituição pela Assembleia Geral.

11.4. Constituem deveres do Agente Fiduciário, além daqueles previstos no artigo 11 da Instrução CVM 583, conforme venha a ser alterada ou substituída de tempos em tempos:

- (i) prestar as informações indicadas nos artigos 15 e 16 da Instrução CVM 583;
- (ii) elaborar relatório anual destinado aos Titulares dos CRI, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 15 da Instrução CVM 583, descrevendo os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, e relativos à execução das obrigações da Emissora, à administração do Patrimônio Separado e suas Garantias, e conter, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 15 da Instrução CVM 583;
- (iii) colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos Titulares dos CRI no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, nas páginas do Agente Fiduciário, Emissora e CVM na rede mundial de computadores, onde deve permanecer pelo prazo de pelo menos 3 (três) anos;
- (iv) manter disponível, em sua página na rede mundial de computadores, lista atualizada das emissões em que exerce função de agente fiduciário;
- (v) adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, bem como à realização dos Créditos do Patrimônio Separado, bem como suas respectivas Garantias, caso a Emissora não o faça;
- (vi) exercer, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado, a administração do Patrimônio Separado;

- (vii) promover, na forma prevista neste Termo de Securitização, a liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, conforme aprovado em Assembleia Geral;
- (viii) manter os Titulares dos CRI, na forma da Instrução CVM 583, informados acerca de toda e qualquer informação que possa vir a ser de seu interesse, inclusive, sem limitação, com relação a ocorrência de um evento de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários CCB e/ou Evento de Liquidação do Patrimônio Separado;
- (ix) convocar Assembleia Geral nos casos previstos neste Termo de Securitização, incluindo, sem limitação, na hipótese de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado, ou de ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários CCB, para deliberar sobre a forma de administração ou liquidação do Patrimônio Separado, bem como a nomeação do liquidante, caso aplicável;
- (x) divulgar o valor unitário, calculado pela Emissora, disponibilizando-o aos Titulares dos CRI, por meio eletrônico, através do *website* <http://www.simplificpavarini.com.br>, ou via central de atendimento; e
- (xi) fornecer, uma vez satisfeitas as Obrigações Garantidas e extinto o Regime Fiduciário, à Emissora termo de quitação de suas obrigações de administração do Patrimônio Separado, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis.

11.5. O Agente Fiduciário receberá da Emissora, com recursos do Patrimônio Separado, como remuneração pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei aplicável e deste Termo de Securitização, parcelas anuais no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil a contar da Data da Primeira Integralização e as demais, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

11.5.1. No caso de inadimplemento no pagamento dos CRI ou de reestruturação das condições dos CRI após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Titulares dos CRI; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das condições dos CRI os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e remuneração, e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado dos CRI, desde que não estejam previstos no presente Termo de Securitização. Os eventos relacionados a amortização dos CRI não são considerados reestruturação dos CRI.

11.5.2. A remuneração definida nos itens 11.5 e 11.5.1 acima continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRI, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando em nome dos Titulares dos CRI, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos

meses de atuação do Agente Fiduciário. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os Titulares dos CRI arcarão com sua remuneração, ressalvado seu direito de num segundo momento se reembolsarem com a Cedente após a realização do Patrimônio Separado.

11.5.3. A remuneração não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, as quais serão cobertas pelo Patrimônio Separado, observando-se que a Emissora será comunicada sobre tais despesas, sempre que possível, previamente, por escrito.

11.5.4. Caso a Emissora atrase o pagamento de quaisquer das remunerações previstas acima, estará sujeita a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IPCA/IBGE, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, adotando-se, ainda, o índice que vier a substituir esse índice em caso de não divulgação, o qual incidirá desde a data de mora até a data de efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, se necessário.

11.5.5. As parcelas de remuneração serão atualizadas, anualmente, a partir da Data de Emissão dos CRI pela variação acumulada do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas "*pro-rata die*", se necessário.

11.5.6. As parcelas serão acrescidas de (i) ISS; (ii) PIS; (iii) COFINS; (iv) CSLL; e (v) IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

11.5.7. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Titulares dos CRI deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Titulares dos CRI e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora com recursos dos Créditos do Patrimônio Separado. Tais despesas a serem adiantadas pelos Titulares dos CRI incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Titulares dos CRI. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Titulares dos CRI, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Titulares dos CRI para cobertura do risco de sucumbência.

11.5.8. No caso de inadimplemento da Emissora, resultante comprovadamente de sua culpa e dolo, e desde que não decorrente da falta de recursos do Patrimônio Separado disponíveis, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para

resguardar os interesses dos Titulares dos CRI deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Titulares de CRI e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Titulares de CRI. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Titulares de CRI, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

11.6. O Agente Fiduciário poderá ser substituído e continuará exercendo suas funções até que um novo Agente Fiduciário assuma, nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação, falência, ou qualquer outro caso de vacância, devendo ser realizada uma Assembleia Geral para que seja eleito o novo Agente Fiduciário, nos termos e procedimentos indicados nos artigos 7º a 10 da Instrução CVM 583.

11.7. O Agente Fiduciário poderá, ainda, ser destituído, mediante a imediata contratação de seu substituto a qualquer tempo, pelo voto favorável de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação, reunidos em Assembleia Geral convocada na forma prevista pela Cláusula XII, abaixo.

11.8. O Agente Fiduciário eleito em substituição assumirá integralmente os deveres, atribuições e responsabilidades constantes da legislação aplicável e deste Termo de Securitização. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deve ser objeto de aditamento ao presente Termo de Securitização.

11.9. Nos casos em que o Agente Fiduciário vier a assumir a administração do Patrimônio Separado, incluindo, mas não se limitando a, casos de Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Titulares dos CRI, devendo para tanto:

- (i) declarar, observadas as hipóteses dos Documentos da Operação, antecipadamente vencidos os CRI e seu lastro, e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Titulares dos CRI;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para que os Titulares dos CRI realizem seus créditos; e
- (iv) representar os Titulares dos CRI em processos de liquidação, declaração de insolvência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial e pedido de falência formulado por terceiros em relação à Emissora.

11.10. O Agente Fiduciário responde perante os Titulares dos CRI e a Emissora pelos prejuízos que lhes causar por culpa, dolo, descumprimento de disposição legal regulamentar ou deste Termo de Securitização, negligência, imprudência, imperícia ou administração temerária devidamente apurados por sentença judicial transitada em julgado, ou ainda, por desvio de finalidade do Patrimônio Separado, desde que sob sua gestão/administração.

11.11. O Agente Fiduciário poderá tomar todas as medidas necessárias para avaliar se o valor das Garantias é suficiente para cobrir as Obrigações Garantidas, solicitando à Securitizadora todos os documentos necessários para tanto.

## **CLÁUSULA XII – ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CRI**

12.1. As Assembleias Gerais que tiverem por objeto deliberar sobre matérias de interesse dos Titulares dos CRI serão convocadas, discutidas e deliberadas de acordo com os quóruns e demais disposições previstas nesta Cláusula XII.

12.1.1. São exemplos de matérias de interesse dos Titulares dos CRI: (i) remuneração e amortização dos CRI; (ii) despesas da Emissora, não previstas neste Termo; (iii) direito de voto e alterações de quóruns da Assembleia Geral; (iv) novas normas de administração do Patrimônio Separado, opção por sua liquidação ou execução das Garantias; (v) substituição do Agente Fiduciário, salvo nas hipóteses expressamente previstas no presente instrumento; (vi) escolha da entidade que substituirá a Emissora, nas hipóteses expressamente previstas no presente instrumento, entre outros.

12.1.2. As Assembleias Gerais que tiverem por objeto deliberar sobre matérias de interesse exclusivo de cada Série, assim entendidas aquelas que não afetam ou prejudicam os direitos da outra Série, somente serão convocadas e tais matérias somente serão deliberadas pelos Titulares dos CRI da respectiva série, conforme os quóruns e demais disposições desta Cláusula XII. Em caso de dúvida sobre a competência exclusiva da Assembleia Geral de cada Série, prevalecerá a regra geral.

12.2. A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos CRI em Circulação, excluídos, para os fins deste quórum, os CRI que não possuírem o direito de voto, mediante publicação de edital em jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de suas informações societárias, por 3 (três) vezes em dias consecutivos, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, exceto se outro prazo seja determinado por força de lei ou norma aplicável.

12.2.1. A convocação também poderá ser feita mediante correspondência escrita enviada, por meio eletrônico ou postagem, a cada Titular dos CRI, podendo, para esse fim, ser utilizado qualquer meio de comunicação cuja comprovação de recebimento seja possível, e desde que o fim pretendido seja atingido, tais como envio de correspondência com Aviso de Recebimento, fac-símile e correio eletrônico (e-mail), exceto se outra forma seja determinada por força de lei ou norma aplicável.

12.3. Independentemente da convocação prevista nesta cláusula, será considerada regular a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os Titulares dos CRI que tenham direito de voto, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações.

12.4. A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora ou o Agente Fiduciário, de acordo com quem realizou a convocação, indicar; as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião. É permitido aos Titulares dos CRI participar da Assembleia Geral por meio de conferência eletrônica e/ou videoconferência, nos termos legais e/ou normativos aplicáveis.

12.5. Aplicar-se-á à Assembleia Geral, no que couber, o disposto na Lei 9.514 e na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias de acionistas, salvo no que se refere aos representantes dos Titulares dos CRI, que poderão ser quaisquer procuradores, Titulares dos CRI ou não, devidamente constituídos há menos de 1 (um) ano, por meio de instrumento de mandato válido e eficaz e na Instrução da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020. Cada CRI em Circulação corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

12.6. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, excluídos os CRI que eventualmente não possuírem direito de voto.

12.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral e prestar aos Titulares dos CRI as informações que lhe forem solicitadas. De igual maneira, a Emissora poderá convocar quaisquer terceiros para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

12.8. A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a convocou:

- (i) ao Diretor Presidente ou Diretor de Relações com Investidores da Emissora;
- (ii) ao representante do Agente Fiduciário;
- (iii) ao Titular dos CRI eleito pelos demais; ou
- (iv) àquele que for designado pela CVM.

12.8.1. As deliberações em Assembleias Gerais serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares dos CRI em Circulação que representem a maioria dos presentes na Assembleia que tenham direito de voto, exceto nas deliberações em Assembleias Gerais que impliquem (i) na não declaração de vencimento antecipado dos CRI e de seu lastro, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, (ii) na alteração da remuneração, atualização monetária ou amortização dos CRI, ou de suas datas de pagamento, (iii) na alteração da Data de Vencimento dos CRI, (iv) em desoneração, substituição ou modificação dos termos e condições das garantias da Emissão, (v) alterações das Razões de Garantia, ou (vi) em alterações deste item 12.8.1., que dependerão de aprovação de,

no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos favoráveis de Titulares dos CRI em Circulação que tenham direito de voto.

12.9. Este Termo de Securitização e os demais Documentos da Operação poderão ser alterados, independentemente de deliberação de Assembleia Geral ou de consulta aos Titulares dos CRI, sempre que tal alteração (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares, bem como de demandas das entidades administradoras de mercados organizados ou de entidades autorreguladoras, (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da Emissora ou dos prestadores de serviços, (iii) envolver redução da remuneração dos prestadores de serviço descritos neste Termo; (iv) decorrer de correção de erro formal, esclarecimento de redações, ou quando verificado erro de digitação, e desde que a alteração não acarrete qualquer alteração na remuneração, no fluxo de pagamentos e nas garantias dos CRI; ou (vi) se destinar ao ajuste de disposições que já estejam previamente estipuladas em tais instrumentos, para fins de atualização ou consolidação.

12.10. As deliberações tomadas em Assembleias Gerais, observados o respectivo *quórum* de instalação e de deliberação estabelecido neste Termo de Securitização, serão consideradas válidas e eficazes e obrigarão os Titulares dos CRI, quer tenham comparecido ou não à Assembleia Geral, ou que tenham se absterido de votar, ou votado contra.

12.11. A Emissora e o Agente Fiduciário não prestarão qualquer tipo de opinião ou farão qualquer juízo sobre a orientação definida pelos Titulares dos CRI, comprometendo-se tão somente a manifestar-se conforme instrução recebida dos Titulares dos CRI, a menos que a orientação recebida resulte em manifesta ilegalidade. Neste sentido, a Emissora e o Agente Fiduciário não possuem qualquer responsabilidade sobre o resultado e efeitos jurídicos decorrentes da orientação dos Titulares dos CRI, independentemente desta causar prejuízos aos Titulares dos CRI.

12.12. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula XII, deverá ser convocada Assembleia Geral dos Titulares toda vez que a Emissora, na qualidade de titular dos Créditos Imobiliários, tiver de exercer ativamente seus direitos estabelecidos nos Documentos da Operação, para que os Titulares dos CRI deliberem sobre como a Emissora deverá exercê-los.

12.12.1. A Assembleia Geral mencionada no item 12.12., acima, deverá ser realizada com, no mínimo, 1 (um) Dia Útil de antecedência da data em que se encerra o prazo para a Emissora, na qualidade de titular dos Créditos Imobiliários, manifestar-se frente à Cedente ou aos garantidores, nos termos dos Documentos da Operação.

12.12.2. Somente após receber do Agente Fiduciário a orientação definida pelos Titulares dos CRI, quando assim exigido nos termos deste Termo ou da regulamentação aplicável, a Emissora deverá exercer seu direito e manifestar-se no âmbito dos Documentos da Operação conforme lhe for orientado. Caso os Titulares dos CRI não compareçam à Assembleia Geral, ou não cheguem a uma definição sobre a orientação, ou ainda o Agente Fiduciário não informe a Emissora sobre a orientação de voto definida, a Emissora deverá permanecer silente frente à Cedente ou Devedores Solidários no âmbito dos Documentos da Operação, sendo certo que, seu silêncio, neste caso, não será

interpretado como negligência em relação aos direitos dos Investidores, não podendo ser imputada à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário qualquer responsabilização decorrente de ausência de manifestação.

12.13. Não podem votar nas Assembleias Gerais e nem fazer parte do cômputo para fins de apuração do quórum de aprovação: (i) a Securitizadora, seus sócios, diretores e funcionários e respectivas partes relacionadas (incluindo controladas e controladoras); (ii) os prestadores de serviços da emissão, seus sócios, diretores e funcionários e respectivas partes relacionadas (incluindo controladas e controladoras); e (iii) qualquer Titular, de quaisquer dos CRI, que tenha interesse conflitante com os interesses do patrimônio em separado no assunto a deliberar.

12.13.1. A vedação do item 12.13., acima, não se aplica nas seguintes hipóteses: (i) os Titulares do CRI sejam, exclusivamente, as pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iii), do item 12.13., acima; ou (ii) houver aquiescência, expressa e manifestada na própria Assembleia Geral, da maioria dos demais Titulares, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à assembleia em que se dará a permissão de voto.

### **CLÁUSULA XIII – LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

13.1. A ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (em conjunto, os “Eventos de Liquidação do Patrimônio Separado”) poderá ensejar a assunção imediata da administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que, nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar em até 2 (dois) Dias Úteis uma Assembleia Geral para deliberar sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado:

- (i) pedido ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, independentemente de aprovação do plano de recuperação por seus credores ou deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal;
- (iii) decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora;
- (iv) qualificação, pela Assembleia Geral, de um evento de vencimento antecipado dos Créditos Imobiliários CCB como Evento de Liquidação do Patrimônio Separado;
- (v) não observância pela Emissora dos deveres e das obrigações previstos nos instrumentos celebrados com os prestadores de serviço da Emissão, tais como agente fiduciário, banco liquidante, custodiante e escriturador, desde que, comunicada para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça nos prazos previstos no respectivo instrumento aplicável;

- (vi) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações não pecuniárias previstas neste Termo de Securitização, sendo que, nesta hipótese, a liquidação do Patrimônio Separado poderá ocorrer desde que tal inadimplemento perdure por mais de 30 (trinta) dias, contados da notificação formal e comprovadamente realizada pelo Agente Fiduciário à Emissora; e
- (vii) inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias previstas neste Termo de Securitização que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado e desde que exclusivamente a ela imputado. O prazo ora estipulado será contado de notificação formal e comprovadamente realizada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

13.2. A Assembleia Geral mencionada no item 13.1., acima, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

13.2.1. Caso a Assembleia Geral a que se refere o item 13.2 acima não seja instalada, o Agente Fiduciário deverá liquidar o Patrimônio Separado.

13.3. A Assembleia Geral convocada para deliberar sobre qualquer Evento de Liquidação do Patrimônio Separado decidirá, pela maioria absoluta dos votos dos Titulares dos CRI em Circulação, sobre a forma de administração e/ou eventual liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado.

13.4. A Assembleia Geral prevista no item 13.1., acima, deverá ser realizada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, sendo que a segunda convocação da Assembleia Geral poderá ser realizada em conjunto com a primeira convocação. Ambas as publicações previstas nesta cláusula serão realizadas na forma prevista pela Cláusula XII, acima.

13.5. Em referida Assembleia Geral, os Titulares dos CRI deverão deliberar: **(i)** pela liquidação, total ou parcial, do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser nomeado o liquidante e as formas de liquidação; ou **(ii)** pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou nomeação de outra instituição administradora, fixando, em ambos os casos, as condições e termos para sua administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a Emissora caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado.

13.6. A liquidação do Patrimônio Separado será realizada mediante transferência, em dação em pagamento, dos Créditos do Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário (ou à instituição administradora cuja contratação seja aprovada pelos Titulares dos CRI, na Assembleia Geral prevista no item 13.4., acima), na qualidade de representante dos Titulares dos CRI, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora decorrente dos CRI.

13.6.1. Na hipótese do inciso (v) do item 13.1., acima, e destituída a Emissora, caberá ao Agente Fiduciário ou à referida instituição administradora **(i)** administrar os Créditos do Patrimônio Separado, **(ii)** esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos Créditos Imobiliários, bem como de suas respectivas garantias, caso aplicável, **(iii)** ratear os recursos obtidos entre os Titulares dos CRI na proporção de CRI detidos, observado o disposto neste Termo de Securitização, e **(iv)** transferir os créditos oriundos dos Créditos Imobiliários e garantias eventualmente não realizados aos Titulares dos CRI, na proporção de CRI detidos.

13.7. A realização dos direitos dos Titulares dos CRI estará limitada aos Créditos do Patrimônio Separado, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 da Lei 9.514, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora.

#### **CLÁUSULA XIV – DESPESAS DO PATRIMÔNIO SEPARADO**

14.1. Serão de responsabilidade da Securitizadora o pagamento, com recursos do Patrimônio Separado e em adição aos pagamentos de Amortização Programada, Remuneração e demais previstos neste Termo ("Despesas"):

- (i) as despesas com a gestão, realização e administração do Patrimônio Separado e na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, incluindo, sem limitação, o pagamento da Taxa de Administração;
- (ii) as despesas com prestadores de serviços contratados para a Emissão, tais como instituição custodiante, empresas de guarda e registrador dos documentos que representem os Créditos Imobiliários, empresa de monitoramento de garantias, escriturador, banco liquidante, câmaras de liquidação onde os CRI estejam depositados para negociação, bem como quaisquer outros prestadores julgados importantes para a boa e correta administração do Patrimônio Separado;
- (iii) as despesas com gestão dos Créditos Imobiliários Totais, como aquelas incorridas com boletagem, cobrança, seguros, gerenciamento de contratos, inclusão destes no sistema de gerenciamento, auditoria jurídica e financeira de contratos e, implantação de carteira;
- (iv) os honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, contadores, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridos para atender as exigências impostas pela CVM às companhias abertas e securitizadoras, para resguardar os interesses dos Titulares dos CRI, e para realização dos Créditos do Patrimônio Separado, inclusive quanto à sua contabilização e auditoria financeira;

- (v) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguardar os interesses dos Titulares dos CRI e a realização dos Créditos do Patrimônio Separado;
- (vi) honorários e demais verbas e despesas ao Agente Fiduciário, bem como demais prestadores de serviços eventualmente contratados mediante aprovação prévia em Assembleia Geral, em razão do exercício de suas funções nos termos deste Termo de Securitização;
- (vii) remuneração e todas as verbas devidas às instituições financeiras onde se encontrem abertas as contas correntes integrantes do Patrimônio Separado;
- (viii) despesas com registros e movimentação perante a CVM, B3 – SEGMENTO CETIP UTVM, Juntas Comerciais e Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e demais custos de liquidação, registro, negociação e custódia de operações com ativos, conforme o caso, da documentação societária da Emissora relacionada aos CRI, a este Termo de Securitização e aos demais Documentos da Operação, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
- (ix) custos e despesas necessários à realização de Assembleias Gerais, inclusive quanto à convocação, informe e correspondência a investidores, na forma da regulamentação aplicável;
- (x) parcela de prejuízos não coberta por eventuais apólices de seguro contratadas e não decorrente de culpa ou dolo dos prestadores de serviço no exercício de suas funções;
- (xi) eventuais prêmios de seguro ou custos com derivativos;
- (xii) contribuições devidas às entidades administradoras do mercado organizado em que os CRI sejam admitidos à negociação, e gastos com seu registro para negociação;
- (xiii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas (incluindo verbas de sucumbência) incorridas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o Patrimônio Separado;
- (xiv) honorários e despesas incorridas na contratação de serviços para procedimentos extraordinários especificamente previstos nos Documentos da Operação e que sejam atribuídos à Emissora;
- (xv) quaisquer taxas, impostos, tributos, encargos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Emissora e/ou ao Patrimônio Separado, ou que recaiam sobre os bens, direitos e

obrigações do Patrimônio Separado, e/ou que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas neste Termo de Securitização;

- (xvi) registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na legislação e em regulamentações específicas das securitizadoras;
- (xvii) toda e qualquer despesa incorrida pela Securitizadora ou por quem a substituir, no exercício e necessária ao exercício da administração do Patrimônio Separado, incluindo, mas não se limitando a, despesas com viagens e hospedagem, logística de transporte e envio de documentos, participação em assembleias, emolumentos relativos a certidões e registros legais; e
- (xviii) quaisquer outros horários, custos e despesas previstos neste Termo de Securitização.

14.2. Constituirão despesas de responsabilidade dos Titulares dos CRI, que não incidem no Patrimônio Separado, os tributos previstos na Cláusula XVI, abaixo.

14.3. Em caso de Pagamento Antecipado Voluntário Integral das CCB, de insuficiência de recursos no Fundo de Reserva e/ou não recebimento de recursos dos Créditos Imobiliários CCB, as Despesas serão suportadas pelo Patrimônio Separado e, caso não seja suficiente, pelos Titulares dos CRI. Em última instância, as Despesas que eventualmente não tenham sido salgadas na forma deste item serão acrescidas à dívida dos Créditos Imobiliários CCB e gozarão das mesmas garantias dos CRI, preferindo a estes na ordem de pagamento.

14.4. Em caso de insuficiência de recursos do Patrimônio Separado para fazer frente às Despesas aqui dispostas, inclusive no tocante à defesa dos direitos e interesses dos titulares dos CRI, a Securitizadora poderá solicitar aos titulares dos CRI aportes adicionais de recursos à adoção de quaisquer medidas que impliquem a realização de tais Despesas. Neste caso, o valor dos recursos aportados será incorporado ao valor devido aos titulares dos CRI na forma deste Termo de Securitização, a ser pago na medida das forças dos ativos integrantes do Patrimônio Separado. O aporte aqui disposto será comunicado pela Securitizadora por escrito diretamente aos titulares dos CRI e ao Agente Fiduciário, ou em sede de Assembleia, em valor proporcional à quantidade de CRI de titularidade de cada um deles, sendo certo que a Securitizadora disporá, na comunicação aqui referida, o prazo, montante e forma de realização do aporte aqui disposto, assim como a finalidade a que se destina.

## **CLÁUSULA XV – COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE**

15.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes, nos termos deste Termo de Securitização, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

| Para o Agente Fiduciário:

**Forte Securitizadora S.A.**

At.: Sr. Rodrigo Ribeiro  
Rua Fidêncio Ramos, 213, conj. 41, CEP  
04.551-010, São Paulo – SP  
Telefone: (11) 4118-0640  
E-mail: gestao@fortesec.com.br

**Simplific Pavarini Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

At.: Matheus Gomes Faria / Pedro Paulo Farne  
d'Amoed Fernandes de Oliveira  
Rua Joaquim Floriano 466, Bloco B, conj. 1401,  
Itaim Bibi, São Paulo, SP  
Telefone: (11) 3090-0447  
E-mail: spestruturacao@simplificpavarini.com.br

15.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, por fax, telegrama ou por e-mail nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem, quando assim solicitado. Cada Parte deverá comunicar às outras a mudança de seu endereço, ficando responsável a Parte que não receba quaisquer comunicações em virtude desta omissão.

15.1.2. A mudança, por uma Parte, de seus dados deverá ser por ela comunicada por escrito à outra Parte.

15.2. As informações periódicas da Emissão e/ou da Emissora serão disponibilizadas ao mercado e à CVM, nos prazos legais e/ou regulamentares, através do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM.

15.3. Os fatos e atos relevantes de interesse dos Titulares dos CRI, bem como as convocações para as respectivas assembleias gerais, serão objeto de publicação no jornal no qual a Emissora divulga suas informações societárias, obedecidos os prazos legais e/ou regulamentares.

**CLÁUSULA XVI – TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS INVESTIDORES**

16.1. Os Titulares dos CRI não devem considerar unicamente as informações contidas neste Termo de Securitização para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento em CRI, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, inclusive quanto a outros tributos, eventualmente aplicáveis a esse investimento, ou a ganhos porventura auferidos em transações com CRI.

**Imposto de Renda Pessoas Físicas e Jurídicas Residentes no Brasil**

16.2. Como regra geral, os rendimentos em CRI auferidos por pessoas jurídicas não-financeiras estão sujeitos à incidência do IRRF, a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas, de acordo com o prazo da aplicação geradora dos rendimentos tributáveis: (a) até 180 dias: alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento); (b) de 181 a 360 dias: alíquota

de 20% (vinte por cento); (c) de 361 a 720 dias: alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) e (d) acima de 720 dias: alíquota de 15% (quinze por cento). Este prazo de aplicação é contado da data em que o investidor efetuou o investimento, até a data do resgate (artigo 1º da Lei 11.033 e artigo 65 da Lei 8.981).

16.3. Não obstante, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, sociedade de seguro, de previdência privada, de capitalização, corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, sociedade de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro.

16.4. O IRRF retido, na forma descrita acima, das pessoas jurídicas não-financeiras tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, é considerado antecipação do imposto de renda devido, gerando o direito a ser reduzido do IRPJ apurado em cada período de apuração (artigo 76, I da Lei 8.981). O rendimento também deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. As alíquotas do IRPJ correspondem a 15% (quinze por cento) e adicional de 10%, (dez por cento) sendo o adicional calculado sobre a parcela do lucro real que exceder o equivalente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano; a alíquota da CSLL, para pessoas jurídicas não-financeiras, corresponde a 9% (nove por cento).

16.5. Desde 1º de julho de 2015 e por meio do Decreto nº 8.426, de 1º de abril de 2015, as receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas, ainda que parcialmente, ao regime não-cumulativo de apuração da contribuição ao PIS e à COFINS, devem ser tributadas a 0,65% (sessenta e cinco décimos) pela contribuição ao PIS e 4% (quatro por cento) pela COFINS. As receitas financeiras das demais pessoas jurídicas, em regra geral, não se sujeitam a essas contribuições.

16.6. Com relação aos investimentos em CRI realizados por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, regra geral, há dispensa de retenção do IRRF.

16.7. Não obstante a isenção de retenção na fonte, os rendimentos decorrentes de investimento em CRI por essas entidades, via de regra, e à exceção dos fundos de investimento, serão tributados pelo IRPJ, à alíquota de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento); e pela CSLL, à alíquota de 15% a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme o artigo 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e das alterações introduzidas pela Lei nº 13.169, publicada em 7 de outubro de 2015. As carteiras de fundos de investimentos (exceto fundos imobiliários) estão, em regra, isentas do IR (artigo 28, parágrafo 10, da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997). Ademais, no caso das instituições financeiras, os rendimentos decorrentes de investimento em CRI estão potencialmente sujeitos à Contribuição ao PIS e à COFINS às alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente.

16.8. Para as pessoas físicas, os rendimentos gerados por aplicação em CRI estão isentos de imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), por força do artigo 3º, inciso II, da Lei 11.033/04. Nos termos do artigo 55, parágrafo único, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585, de 31 de agosto de 2015, tal isenção abrange, ainda, o ganho de capital auferido na alienação ou cessão dos CRI.

16.9. Pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, ou seja, o imposto não é compensável (artigo 76, II, da Lei 8.981). As entidades imunes estão dispensadas da retenção do imposto na fonte desde que declarem sua condição à fonte pagadora (artigo 71 da Lei 8.981, com a redação dada pela Lei 9.065, de 20 de junho de 1995).

### **Investidores Residentes ou Domiciliados no Exterior**

16.10. Em relação aos Investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior que investirem em CRI no País de acordo com as normas previstas na Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao mesmo tratamento fiscal pelo imposto de renda dispensado aos Investidores residentes, mencionados acima. Exceção é feita para o caso de Investidor domiciliado em país ou jurisdição considerado como de tributação favorecida, assim entendido aquele que não tributa a renda ou que a tributa à alíquota inferior a 20% (vinte por cento), ocasião em que haverá incidência de imposto de renda, em princípio, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento). A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.037, de 04 de junho de 2010, e alterações posteriores, relaciona as jurisdições com tributação favorecida.

16.11. Os rendimentos obtidos por investidores pessoas físicas residentes ou domiciliados no exterior em investimento em CRI, por sua vez, são isentos de tributação, inclusive no caso de investidores residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida, nos termos do art. 85, § 4º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585, de 31 de agosto de 2015.

### **Imposto sobre Operações Financeiras – IOF**

#### IOF/Câmbio

16.12. Regra geral, as operações de câmbio relacionadas aos investimentos estrangeiros realizados nos mercados financeiros e de capitais de acordo com as normas e condições do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014), inclusive por meio de operações simultâneas, incluindo as operações de câmbio relacionadas aos investimentos em CRI, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota zero no ingresso e à alíquota zero no retorno dos recursos, conforme Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007 e alterações posteriores. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, relativamente a transações ocorridas após esta eventual alteração.

#### IOF/Títulos

16.13. As operações com CRI estão sujeitas à alíquota zero do IOF/Títulos, conforme Decreto nº 6.306, e alterações posteriores. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

## **CLÁUSULA XVII – FATORES DE RISCO**

17.1. O investimento em CRI envolve uma série de riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam à Emissora, ao(s) Devedor(es) dos Créditos Imobiliários e aos próprios CRI objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas neste Termo de Securitização, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessário antes de tomar uma decisão de investimento. Exemplificamos nesta Cláusula, de forma não exaustiva, alguns dos riscos envolvidos na aquisição dos CRI.

a) Direitos dos Credores da Emissora: A presente Emissão tem como lastro os Créditos Imobiliários, os quais constituem Patrimônio Separado do patrimônio comum da Emissora. As Leis 9.514 e 10.931 possibilitam que os Créditos Imobiliários sejam segregados dos demais ativos e passivos da Emissora. No entanto, como se trata de uma legislação recente, ainda não há jurisprudência firmada com relação ao tratamento dispensado aos demais credores da Emissora no que se refere a créditos trabalhistas, fiscais e previdenciários, em face do que dispõe o artigo 76 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A Medida Provisória nº 2.158-35, ainda em vigor, em seu artigo 76, estabelece que “as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos com relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos”. Ademais, em seu parágrafo único, ela prevê que “desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação.

Por força da norma acima citada, os Créditos Imobiliários e os recursos dele decorrentes, inclusive as Garantias, não obstante serem objeto do Patrimônio Separado, poderão ser alcançados por credores fiscais, trabalhistas e previdenciários da Emissora e, em alguns casos, por credores trabalhistas e previdenciários de pessoas físicas e jurídicas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora, tendo em vista as normas de responsabilidade solidária e subsidiária de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico existentes em tais casos. Caso isso ocorra, concorrerão os detentores destes créditos com os detentores dos CRI, de forma privilegiada, sobre o produto de realização dos Créditos Imobiliários Totais, em caso de falência. Nesta hipótese, é possível que Créditos Imobiliários Totais não venham a ser suficientes para o pagamento integral dos CRI após o pagamento daqueles credores.

b) Risco da não realização da carteira de Créditos Imobiliários: A Emissora é uma companhia emissora de títulos representativos de créditos imobiliários, tendo como objeto social a aquisição

e securitização de créditos imobiliários através da emissão de certificados de recebíveis imobiliários, cujos patrimônios são administrados separadamente. O Patrimônio Separado tem como principal fonte de recursos os Créditos Imobiliários. Desta forma, qualquer atraso ou falta de recebimento de tais valores pela Emissora poderá afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as obrigações decorrentes dos CRI. Na hipótese de a Emissora ser declarada insolvente, o Agente Fiduciário deverá assumir a custódia e administração dos Créditos Imobiliários e dos demais direitos e acessórios que integram o Patrimônio Separado. Em Assembleia Geral, os Titulares dos CRI poderão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado ou optar pela liquidação deste, que poderá ser insuficiente para o cumprimento das obrigações da Emissora perante os Titulares dos CRI.

c) Pagamento Condicionado e Descontinuidade: As fontes de recursos da Emissora para fins de pagamento aos Investidores decorrem direta ou indiretamente: **(i)** dos pagamentos dos Créditos Imobiliários; e **(ii)** da liquidação das Garantias. Os recebimentos oriundos das alíneas acima podem ocorrer posteriormente às datas previstas para pagamento de juros e amortizações dos CRI, podendo causar descontinuidade do fluxo de caixa esperado dos CRI. Após o recebimento dos sobreditos recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios legais cabíveis para a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Imobiliários e Garantias, caso estes não sejam suficientes, a Emissora não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar o pagamento de eventuais saldos aos Investidores;

d) Falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora: Ao longo do prazo de duração dos CRI, a Emissora poderá estar sujeita a eventos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial. Dessa forma, apesar de terem sido constituídos o Regime Fiduciário e o Patrimônio Separado sobre os Créditos Imobiliários e as Garantias, eventuais contingências da Emissora, em especial as fiscais, previdenciárias e trabalhistas, poderão afetar tais Créditos Imobiliários, principalmente em razão da falta de jurisprudência em nosso país sobre a plena eficácia da afetação de patrimônio.

e) Riscos Financeiros: Há três espécies de riscos financeiros geralmente identificados em operações de securitização no mercado brasileiro: (i) riscos decorrentes de possíveis descompassos entre as taxas de remuneração de ativos e passivos; (ii) risco de insuficiência de garantia por acúmulo de atrasos ou perdas; e (iii) risco de falta de liquidez;

f) Risco Tributário: este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação ou majoração de tributos, nova interpretação ou, ainda, interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando a Emissora ou os Titulares dos CRI a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas;

g) Risco de Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado: Os CRI estarão sujeitos, na forma definida neste Termo, a eventos de amortização extraordinária total ou resgate antecipado. A efetivação destes eventos poderá resultar em dificuldades de re-investimento por parte dos Investidores à mesma taxa estabelecida como remuneração dos CRI.

h) Risco de Integralização dos CRI com Ágio: Os CRI poderão ser integralizados pelo investidor com ágio, calculado em função da rentabilidade esperada pelo investidor ao longo do

prazo de amortização dos CRI originalmente programado. Em caso de antecipação do pagamento dos Créditos Imobiliários, os recursos decorrentes dessa antecipação serão imputados pela Emissora na amortização extraordinária ou resgate antecipado dos CRI, nos termos previstos neste Termo, hipótese em que o valor a ser recebido pelo investidor poderá não ser suficiente para reembolsar integralmente o investimento realizado, frustrando a expectativa de rentabilidade que motivou o pagamento do ágio. Neste caso, nem o Patrimônio Separado, nem mesmo a Emissora, disporão de outras fontes de recursos para satisfação dos interesses dos Investidores.

i) Risco de Estrutura: A presente Emissão tem o caráter de “operação estruturada”; desta forma e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações de parte a parte, estipulados através de contratos públicos ou privados tendo por diretriz a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro, no que tange a operações de CRI, em situações de *stress*, poderá haver perdas por parte dos Investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.

j) Risco de constituição da Cessão Fiduciária: A Cessão Fiduciária tem por objeto créditos futuros decorrentes da utilização de unidades hoteleiras. Caso a utilização destas unidades hoteleiras, por qualquer motivo, não ocorra, tal Garantia poderá restar prejudicada. Além disso, os Termos de Cessão Fiduciária, que, nos termos do Contrato de Cessão, tratarão da inclusão de novos e/ou da modificação das características de antigos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira no rol de Créditos Cedidos Fiduciariamente, são celebrados trimestralmente, de tal forma que no interim entre a celebração de cada Termo de Cessão Fiduciária, a Cessão Fiduciária não terá, nos instrumentos que a formalizam, a descrição precisa de seu objeto, o que poderá dificultar sua excussão.

k) Risco de não formalização da Alienação Fiduciária de Quotas: Caso haja a subscrição dos CRI sem que tenham ocorrido os registros e arquivamentos necessários para dar efeito à Alienação Fiduciária de Quotas, os Titulares dos CRI assumirão o risco de que eventual execução desta Garantia e poderá ser prejudicado por eventual falta de registro.

l) Risco em Função da Dispensa de Registro: A Oferta, distribuída nos termos da Instrução CVM 476, está automaticamente dispensada de registro perante a CVM, de forma que as informações prestadas pela Emissora e pelo Coordenador Líder não foram objeto de análise pela referida autarquia federal.

m) A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes dos CRI depende do pagamento da GR Construtora: Os CRI são lastreados nos Créditos Imobiliários CCB, os quais foram vinculados aos CRI por meio do estabelecimento de regime fiduciário, constituindo Patrimônio Separado do patrimônio da Emissora. Os Créditos Imobiliários CCB representam créditos detidos pela Emissora contra a GR Construtora. Assim, o recebimento integral e tempestivo pelo Titular dos CRI do montante devido conforme este Termo de Securitização depende do cumprimento total, pela GR Construtora, de suas obrigações assumidas na CCB, em

tempo hábil para o pagamento pela Emissora dos valores decorrentes dos CRI. Sendo assim, a ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira da GR Construtora poderá afetar negativamente a capacidade destes em honrar suas obrigações nos termos das CCB, e, por conseguinte, o pagamento dos CRI pela Emissora.

n) Riscos relacionados à suficiência e redução do valor das Garantias: As Garantias dos CRI podem sofrer reduções e depreciações de modo que seu valor se torne inferior ao saldo devedor dos CRI, como, por exemplo, na ocorrência de inadimplência dos Créditos Cedidos Fiduciariamente em valor maior do que inicialmente previsto ou a diminuição do valor patrimonial ou de mercado das quotas alienadas fiduciariamente. Eventuais reduções e depreciações nas Garantias poderão comprometer a capacidade de pagamento dos Créditos Imobiliários Totais, e, consequentemente, dos CRI.

o) Riscos relacionados à distribuição de dividendos pela GR Construtora: Não há, nos Documentos da Operação, qualquer obrigação que restrinja a distribuição de dividendos por parte da GR Construtora a seus sócios. Caso a GR Construtora distribua dividendos de forma recorrente, sua situação econômica, assim como, a Alienação Fiduciária de Quotas, poderá restar economicamente depreciada, prejudicando sua capacidade de cobrir as Obrigações Garantidas, e, consequentemente, o pagamento dos CRI aos Investidores.

p) Risco decorrente da sub-rogação dos garantidores nos direitos de crédito da Securitizadora por conta da excussão das Garantias: Caso qualquer dos garantidores venha a se sub-rogar em qualquer direito de crédito da Securitizadora contra a GR Construtora em razão da excussão de qualquer Garantia, a satisfação do direito deste garantidor poderá concorrer com a satisfação do direito da Securitizadora, o que pode prejudicar o direito da Securitizadora e afetar negativamente a capacidade de pagamento dos CRI.

q) Risco de insuficiência do patrimônio da GR Construtora e do valor de liquidação das Garantias. O patrimônio da GR Construtora e o valor de liquidação das Garantias podem não ser suficientes para satisfazer integralmente às Obrigações Garantidas.

r) Riscos decorrentes dos documentos não analisados ou apresentados na Due Diligence: Para fins dessa Oferta, foi contratado um escritório especializado para análise jurídica dos principais aspectos relacionados à GR Construtora, aos sócios da GR Construtora e dos Empreendimentos Alvo e antecessores da cadeia dominial dos imóveis sobre o qual se encontram ("Relatório de Auditoria"). Entretanto, nem todos os documentos necessários para a completa análise da Devedora, dos Avalistas, da TC Operações e de seus sócios e dos Empreendimentos Alvo e dos antecessores da cadeia dominial dos imóveis foram apresentados e, consequentemente, analisados. Dessa forma, a auditoria realizada não pode ser entendida como exaustiva ou plenamente satisfatória, uma vez que existem pontos não apresentados ou analisados, conforme indicados no Relatório de Auditoria, os quais podem impactar negativamente a Oferta ou a estrutura dos CRI, devendo os potenciais Titulares dos CRI realizar a sua própria investigação quanto aos pontos não apresentados ou analisados na referida auditoria antes de tomar uma decisão de investimento.

- s) Riscos de desapropriação e sinistro das unidades hoteleiras: Existe o risco de as unidades hoteleiras serem desapropriadas pelo poder público, no todo ou parte, bem como de sofrer sinistro total ou parcial durante o prazo desta operação, podendo prejudicar, assim, o pagamento dos Créditos Imobiliários CCB e dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Todas essas hipóteses podem impactar negativamente o recebimento dos Créditos Imobiliários CCB e dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e, conseqüentemente, a remuneração dos CRI.
- t) Risco relacionado à locação dos imóveis nos quais as unidades hoteleiras se localizam: As unidades hoteleiras se localizam em imóveis explorados sob o regime de locação pela TC Operações. Caso os contratos de locação expirem e não sejam renovados, ou sejam rescindidos por qualquer razão, as unidades hoteleiras podem se tornar indisponíveis aos Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, o que poderá afetar seu pagamento e, conseqüentemente, o fluxo de pagamento dos CRI.
- u) Risco relacionado à possibilidade de incidência de ações e medidas judiciais sobre as unidades hoteleiras: Há a possibilidade de incidência de ações e medidas judiciais sobre as unidades hoteleiras, o que pode obstar sua disponibilidade, afetando os Créditos Cedidos Fiduciariamente e, por conseqüência, prejudicando a capacidade de pagamento dos CRI.
- v) Risco do quórum de deliberação em Assembleia Geral: as deliberações a serem tomadas em Assembleias Gerais são aprovadas respeitando os quóruns específicos estabelecidos no presente Termo. O titular de pequena quantidade dos CRI pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável.
- w) Risco decorrente de pagamentos realizados diretamente à Cedente: Conforme previsto no Termo de Securitização, a Cedente se obriga a repassar à Securitizadora todo e qualquer recurso que venham a receber diretamente da GR Construtora. A transferência pela Cedente será feita em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que receber tal recurso. Até que o repasse seja feito, os recursos oriundos destes pagamentos permanecerão sob a posse da Cedente, ficando sujeitos ao risco de bloqueios ou materialização de outras contingências da Cedente, o que pode prejudicar sua transferência à Conta Centralizadora e, conseqüentemente, afetar o pagamento das amortizações e da remuneração dos CRI.
- x) Risco decorrente da realização da cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente pela GR Construtora: A GR Construtora realizará a cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Caso a GR Construtora não a realize de forma diligente e eficaz, poderá a Securitizadora, nos termos do Contrato de Cessão, assumir a cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Até que esta medida seja tomada, a cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente poderá ser prejudicada.
- y) Restrição à Negociação e Baixa Liquidez no Mercado Secundário: nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, os CRI somente poderão ser negociados no mercado secundário após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua subscrição pelos seus respectivos titulares. Adicionalmente, o atual mercado secundário de certificados de recebíveis imobiliários no Brasil apresenta baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRI que permita sua alienação pelos subscritores desses valores

mobiliários caso estes decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, o Titular dos CRI poderá encontrar dificuldades para negociá-los no mercado secundário, devendo estar preparado para manter os CRI em sua carteira até a Data de Vencimento Final da respectiva Série.

z) Riscos associados à compra, incorporação, execução das obras e venda de empreendimentos imobiliários: A GR Construtora se dedica, direta ou indiretamente, à compra e venda de imóveis, e pretende continuar desenvolvendo tais atividades. Existem riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos, volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, escassez de mão-de-obra de alto nível, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e mudanças nas leis ambientais e de zoneamento. As atividades da GR Construtoras podem ser especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- A conjuntura econômica do Brasil pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, particularmente no segmento em que a GR Construtora atua, em razão da desaceleração da economia e consequente redução de rendas, aumento das taxas de juros e de inflação, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores;
- O grau de interesse dos compradores por um novo projeto lançado ou o preço de venda de um imóvel pode ficar significativamente abaixo do esperado, fazendo com que as atividades da GR Construtora se tornem menos lucrativas;
- Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor como um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução, por parte dos clientes, da confiança em outras companhias que atuam no setor, incluindo a GR Construtora;
- A GR Construtora pode ser afetada pelas condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta de empreendimentos similares aos de seu investimento nas regiões onde atuam ou podem atuar no futuro;
- A GR Construtora corre o risco de os compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade dos empreendimentos imobiliários em que investe e das áreas onde estão localizados;
- As margens de lucros da GR Construtora podem ser afetadas em função de aumento nos seus custos operacionais, incluindo investimentos, prêmios de seguro, tributos incidentes sobre imóveis ou atividades imobiliárias, mudança no regime tributário aplicável à construção civil e tarifas públicas;
- A GR Construtora pode ser afetada pela interrupção de fornecimento de materiais de construção e equipamentos; e

- A ocorrência de quaisquer dos riscos acima pode causar um efeito adverso relevante sobre as atividades, condição financeira e resultados operacionais da GR Construtora.

aa) Risco Decorrente de Ações Judiciais: Este pode ser definido como o risco decorrente de eventuais condenações judiciais da GR Construtora ou da TC Operações, nas esferas cível, fiscal, trabalhista, ambiental, dentre outras, o que pode impactar a capacidade econômico-financeira da GR Construtora e, conseqüentemente, sua capacidade de honrar as obrigações assumidas nas CCB e neste Termo.

bb) Risco de Questionamentos Judiciais dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira: Não pode ser afastada a hipótese de que decisões judiciais futuras entendam pela ilegalidade de uma ou mais cláusulas dos Contratos de Cessão de Direito de Uso de Unidade Hoteleira, inclusive, mas não se limitando às taxas de juros, encargos, aplicação de multas, entre outros fatores.

cc) Riscos relacionados ao Servicer: Como a administração e a cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente serão prestadas pela GR Construtora sob o monitoramento do Servicer, há a possibilidade de ocorrer falhas na prestação de tais serviços ou de estes não serem prestados de forma eficiente e contínua, o que poderá prejudicar o monitoramento do fluxo de pagamento dos Créditos Imobiliários Lotes.

dd) Risco relacionado à posição minoritária dos Titulares dos CRI: Não há imposição de limites para aquisição dos CRI no âmbito da Oferta. Dessa forma, é possível que um mesmo Investidor seja titular de mais da metade dos CRI, hipótese em que não será possível à Emissora, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador Líder garantir que as decisões de tal Investidor não irão de encontro aos interesses dos Titulares dos CRI em posição minoritária.

ee) Riscos específicos decorrentes da pandemia de infecção do novo Coronavírus (Sars-Cov-2): Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou pandemia global em virtude do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), sendo os estados membros responsáveis por estabelecer melhores práticas para a criação de medidas preventivas e tratamento de pessoas infectadas.

Neste momento, ainda não é possível prever com acuidade os efeitos que tal pandemia terá sobre a economia global. Não há, atualmente, previsão de quando serão oferecidos tratamentos para a cura da COVID-19 ou vacinas que possam evitar a contaminação das pessoas pelo novo Coronavírus. Diante deste cenário, é razoável se esperar que o aumento de casos de infecção e mortes, sobrecarga de sistemas de saúde ao redor do globo, a tomada de medidas preventivas de isolamento social e quarentenas, com esvaziamento do comércio e indústrias, causem a redução forçada das atividades econômicas nas regiões mais atingidas, podendo haver recessão e desemprego.

As consequências da pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), bem como de quaisquer outras potenciais pandemias ou surtos de doenças, poderão afetar a Emissão com relação aos seguintes aspectos:

- (i) Mudanças Adversas no Cenário Macroeconômico Global: tendo em vista que a pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), assim como outras pandemias que possam surgir, têm como característica comum a dificuldade de previsão de seus efeitos finais, tais pandemias poderão causar mudanças adversas no cenário macroeconômico global, que podem resultar, entre outros fatores, em recessão, crescimento das taxas de desemprego e aumento no índice de inadimplência global, o que poderá prejudicar as condições econômico-financeiras da GR Construtora, da TC Operações, dos Avalistas e dos Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento dos CRI;
- (ii) Capacidade de Pagamentos: Uma crise econômica global com repercussão no Brasil poderia afetar negativamente os negócios e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da GR Construtora, da TC Operações, das Avalistas e dos Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, e, conseqüentemente, dos Créditos Imobiliários CCB e Garantias;
- (iii) Autorizações e Licenças: Medidas de isolamento social, quarentena ou a sobrecarga do poder público poderão afetar o funcionamento de órgãos públicos e causar demora na, ou mesmo impedir, a concessão de quaisquer tipos de autorizações e/ou licenças para o exercício das atividades da GR Construtora e da TC Operações;
- (iv) Carteira dos Créditos Cedidos Fiduciariamente: A restrição de circulação de pessoas e uma crise econômica poderão afetar a realização de novas vendas e a performance da carteira de Créditos Cedidos Fiduciariamente, inclusive pelo aumento de rescisões, resilições, distratos ou qualquer tipo de extinção de Contratos de Cessão de Direito de Uso;
- (v) Operação Hoteleira: Medidas de isolamento social e quarentena poderão determinar o fechamento temporário de hotéis e/ou restringir o acesso de seus usuários e empregados, o que poderá afetar a regular condução da operação hoteleira da TC Operações e gerar efeitos na performance dos Créditos Cedidos Fiduciariamente; e
- (vi) Prestadores de Serviços: Medidas de isolamento social e quarentena poderão limitar o acesso de empregados às instalações e afetar a regular prestação de serviços por todo e qualquer prestador contratado pela GR Construtora e/ou pela Securitizadora no âmbito da presente Emissão.

A Emissora não pode prever se, ou quando, eventuais novas medidas serão adotadas por autoridades a respeito da pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2), ou mesmo o impacto de

tais medidas na economia do país, nas operações e na capacidade financeira da GR Construtora, da TC Operações, dos Avalistas e dos Devedores dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Além disso, a Emissora não pode garantir que outros fatores, além dos acima indicados, não possam impactar negativamente a Emissão, bem como não pode garantir sua extensão, os impactos e as reais consequências à Emissão.

ff) Risco de Colocação Mínima: Caso não seja atingido o montante para a Colocação Mínima, a Oferta será cancelada. Caso haja integralização e a Oferta seja cancelada, os valores depositados serão devolvidos aos respectivos Investidores Profissionais acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas Aplicações Financeiras Permitidas, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de liquidação, com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos Investidores Profissionais, estes deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos. Além disso, a GR Construtora poderá ter recebido parte dos valores do desembolso das CCB e/ou do Preço de Cessão, conforme o caso, e a Colocação Mínima não ter sido atingida. Nessa hipótese, pode haver dificuldade em se obter a devolução de tais valores para repasse aos investidores.

gg) Riscos relacionados aos Avalistas. Os Avalistas são pessoas físicas e respondem com seu patrimônio pessoal pela dívida representada pela CCB. Caso ocorram quaisquer fatos que depreciem ou reduzam o patrimônio pessoal dos Avalistas, a garantia representada pelo aval poderá restar prejudicada, afetando negativamente a capacidade de pagamento dos Créditos Imobiliários CCB e, por consequência, dos CRI.

hh) Demais Riscos: Os CRI estão sujeitos às variações e condições dos mercados de atuação da Cedente, que são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

## **CLÁUSULA XVIII – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

18.1. Os CRI objeto desta Emissão poderão ser objeto de análise de classificação de risco pela Agência de Rating.

18.2. O relatório será disponibilizado pela Emissora ao Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação e estará disponível no site da Agência de Rating.

18.3. A classificação de risco da Emissão deverá ser atualizada anualmente, às expensas da Cedente. A Emissora disponibilizará ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data de seu recebimento, qualquer relatório emitido por agência de classificação de risco a respeito desta Emissão. A Séries objeto das primeiras liquidações serão objeto da primeira avaliação, sendo que cada renovação contemplará as demais Séries liquidadas até então.

## **CLÁUSULA XIX – DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Os direitos de cada Parte previstos neste Termo de Securitização e seus anexos **(i)** são cumulativos com outros direitos previstos em lei, a menos que expressamente os excluam; e **(ii)** só admitem renúncia por escrito e específica. O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Termo não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular nem qualquer alteração aos termos deste Termo.

19.2. A tolerância e as concessões recíprocas **(i)** terão caráter eventual e transitório; e **(ii)** não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução, novação ou ampliação de qualquer poder, faculdade, pretensão ou imunidade de qualquer das Partes.

19.3. Este Termo de Securitização é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores ou cessionários.

19.4. Todas as alterações do presente Termo de Securitização somente serão válidas se realizadas por escrito e aprovadas cumulativamente: **(i)** por Assembleia Geral, observados os quóruns previstos neste Termo de Securitização e excetuados os casos do item 12.9, acima; e **(ii)** pela Emissora.

19.5. É vedada a cessão, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações aqui previstos, sem expressa e prévia concordância da outra Parte.

19.6. Caso qualquer das disposições venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

19.7. Os Documentos da Operação constituem o integral entendimento entre as Partes.

19.8. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações sociais e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

19.9. As palavras e as expressões sem definição neste instrumento deverão ser compreendidas e interpretadas em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

19.10. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, caso o vencimento coincida com um dia que não seja considerado um Dia Útil, sem que haja qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

## **CLÁUSULA XX – LEI E SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

20.1. As Partes se comprometem a empregar seus melhores esforços para resolver por meio de negociação amigável qualquer controvérsia relacionada a este Termo de Securitização, bem como aos demais Documentos da Operação.

20.2. A constituição, a validade e interpretação deste Termo de Securitização, incluindo da presente cláusula de resolução de conflitos, serão regidos de acordo com as leis substantivas da República Federativa do Brasil vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.

20.3. Qualquer conflito relativo a este Termo de Securitização ou resultante da relação dele advinda será resolvido por meio de arbitragem, de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem Empresarial do Brasil – CAMARB (“Câmara”), cujo regulamento (“Regulamento”) as partes adotam e declaram conhecer.

20.3.1. As especificações dispostas neste Termo, com relação ao rito arbitral, têm prevalência sobre as regras do Regulamento da Câmara acima indicada.

20.4. A parte que, em primeiro lugar, der início ao procedimento arbitral deve manifestar sua intenção à Câmara, indicando a matéria que será objeto da arbitragem, o seu valor e o(s) nomes(s) e qualificação(ões) completo(s) da(s) parte(s) contrária(s) e anexando cópia deste Termo. A mencionada correspondência será dirigida ao presidente da Câmara, através de entrega pessoal ou por serviço de entrega postal rápida.

20.5. A controvérsia será dirimida por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento, competindo ao presidente da Câmara indicar árbitros e substitutos no prazo de 5 (cinco) dias, caso as partes não cheguem a um consenso, a contar do recebimento da solicitação de instauração da arbitragem, através da entrega pessoal ou por serviço de entrega postal rápida.

20.6. Os árbitros ou substitutos indicados firmarão o termo de independência, de acordo com o disposto no artigo 14, § 1º, da Lei nº 9.307/1996, considerando a arbitragem instituída.

20.7. A arbitragem processar-se-á na Cidade de São Paulo - SP e os árbitros decidirão de acordo com as regras de direito.

20.8. A sentença arbitral será proferida no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do termo de independência pelo árbitro e substituto.

20.9. A parte que solicitar a instauração da arbitragem arcará com as despesas que devam ser antecipadas e previstas na tabela de custas da Câmara. A sentença arbitral fixará os encargos e as despesas processuais que serão arcadas pela parte vencida.

20.10. A sentença arbitral será espontânea e imediatamente cumprida em todos os seus termos pelas partes.

20.10.1. As partes envidarão seus melhores esforços para solucionar amigavelmente qualquer divergência oriunda deste Termo, podendo, se conveniente a todas as partes, utilizar procedimento de mediação.

20.11. Não obstante o disposto nesta cláusula, cada uma das partes se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de **(i)** assegurar a instituição da arbitragem, **(ii)** obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia a arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes, **(iii)** executar obrigações pecuniárias líquidas e certas devidas nos termos deste instrumento, e **(iv)** executar qualquer decisão da Câmara, inclusive, mas não exclusivamente, do laudo arbitral. Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário, o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, será o único competente para conhecer de qualquer procedimento judicial, renunciando expressamente as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

20.12. De modo a otimizar e a conferir segurança jurídica à resolução dos conflitos prevista nesta cláusula, relativos a procedimentos de arbitragem oriundos e/ou relacionados a outros contratos firmados pelas partes relativos à Operação e desde que solicitado por qualquer das partes no procedimento de arbitragem, a Câmara deverá consolidar o procedimento arbitral instituído nos termos desta cláusula com qualquer outro em que participe qualquer uma das partes e/ou que envolvam ou afetem de qualquer forma o presente Termo, incluindo mas não se limitando a procedimentos arbitrais oriundos dos demais documentos da Operação, desde que a Câmara entenda que: **(i)** existam questões de fato ou de direito comuns aos procedimentos que tornem a consolidação dos processos mais eficiente do que mantê-los sujeitos a julgamentos isolados; e **(ii)** nenhuma das partes no procedimento instaurado seja prejudicada pela consolidação, tais como, dentre outras, um atraso injustificado ou conflito de interesses.

20.13. As disposições constantes nesta cláusula de resolução de conflitos são consideradas independentes e autônomas em relação ao Termo de Securitização, de modo que todas as obrigações constantes nesta cláusula devem permanecer vigentes, ser respeitadas e cumpridas pelas Partes, mesmo após o término ou a extinção do Termo de Securitização por qualquer motivo ou sob qualquer fundamento, ou ainda que o Termo de Securitização, no todo ou em Parte, venha a ser considerado nulo ou anulado.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

*(assinaturas seguem na página seguinte)*

*(o restante desta página foi deixado intencionalmente em branco)*

(Página de assinaturas do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A., celebrado entre Forte Securitizadora S.A. e a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 07 de agosto de 2020)

### FORTE SECURITIZADORA S.A.

DocuSigned by:  
Ulirgara Reda  
Assinado por: UBIRAJARA CARDOSO DA ROCHA NETO:30920487840  
CPF: 30920487840  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 10:14 BRT  
ICP Brasil  
A9D02068BD3E49B68D65C164B637CD5

Nome:

Cargo:

DocuSigned by:  
Felipe Daniel Cesato Biscuola  
Assinado por: FELIPE DANIEL CESCATO BISCUOLA:33529377880  
CPF: 33529377880  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 09:45 BRT  
ICP Brasil  
C13764DF4ADA57B155B491790121DA

Nome:

Cargo:

### SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DocuSigned by:  
Matheus Gomes Faria  
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA:05813311769  
CPF: 05813311769  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 13:00 BRT  
ICP Brasil  
3A570DEECFA2430B980042F4C305495F

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

### Testemunhas:

1. DocuSigned by:  
Felipe Felip  
Assinado por: FELIPE FELIX DA SILVA:42509498851  
CPF: 42509498851  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 09:44 BRT  
ICP Brasil  
73A62CD5B85849C69890E713B71F858B

Nome:

RG:

2. DocuSigned by:  
Camila Coelho  
Assinado por: CAMILA VALENTE GONCALVES COELHO:11972031767  
CPF: 11972031767  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 10:14 BRT  
ICP Brasil  
DCB2D0717C4A446BA41216197577DBDD

Nome:

RG:

**ANEXO I**  
**DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**  
**DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS CCB**

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº</b> <b>4307</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4307	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,</b> sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR – GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.,</b> sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500034-0, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
--	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56.975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024
7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.

7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.12. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4308</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4308	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b> , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500035-9, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
--	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024
7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos

	dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.
7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.12. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº</b> <b>4309</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4309	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,</b> sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.,</b> sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500036-7, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
--	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024
7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos

	dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.
7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.12. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4310</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4310	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b> , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500037-5, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
--	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

<b>Empreendimento</b>	<b>Localização</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Cartório de Registro de Imóveis</b>	<b>Tipo</b>
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024

7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.
7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.12. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4311</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4311	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b> , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500038-3, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
--	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	9,47% (nove inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024

7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.
7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.10. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

<b>CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO Nº 4312</b>	<b>DATA DE EMISSÃO:</b> 06 de agosto de 2020
--	--

<b>SÉRIE</b>	1	<b>NÚMERO</b>	4312	<b>TIPO DE CCI</b>	<b>INTEGRAL</b>
--------------	---	---------------	------	--------------------	-----------------

<b>1. EMISSORA</b>					
RAZÃO SOCIAL: <b>COMPANHIA HIPOTECÁRIA PIRATINI – CHP</b>					
CNPJ/MF: 18.282.093/0001-50					
ENDEREÇO: Avenida Cristovão Colombo, nº 2955 – Cj. 501, Floresta					
COMPLEMENTO	-	CIDADE	Porto Alegre	UF	RS

<b>2. INSTITUIÇÃO CUSTODIANTE</b>					
<b>SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.</b> , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002.					

<b>3. DEVEDORA</b>					
<b>GR - GORNERO E REZENDE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.</b> , sociedade limitada, com sede na Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na Rua C-178, Quadra 616, Lote 09, nº 514, CEP 74280-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.110.712/0001-45.					

<b>4. TÍTULO</b>					
Cédula de Crédito Bancário nº 81500039-1, emitida pela Devedora nesta data em favor da Cedente, por meio da qual a Emissora concedeu o Financiamento Imobiliário à Devedora, para fazer frente a despesas havidas para o desenvolvimento dos Empreendimentos Alvo.					

<b>5. VALOR DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS:</b> R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA e adicionado do valor equivalente à Remuneração, calculada nos termos da CCB.					
---	--	--	--	--	--

## 6. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo
VILLAGE PRATAGY RESORT	Rodovia AL 101 Norte, KM 10, 10202 - Pescaria, AL, CEP: 57039-600	106	3º Registro Geral de Imóveis Maceió	Empreendimento Hoteleiro
LAGHETTO ALLEGRO PEDRAS ALTAS	R. Cel. João Corrêa, 287 - Centro, Gramado - RS, CEP: 95670-000	28.409	Ofício dos Registros Públicos de Gramado	Empreendimento Hoteleiro
CONDOMÍNIO GOLDEN FOZ RESIDENCE SERVICE	Rua Rui Barbosa, 394, Centro de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, CEP 85851-170	33667 a 33676; 34982 a 34991;	Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu	Empreendimento Hoteleiro
VILA DO MAR	Via Costeira, 4223, Natal, CEP 59089-700	14.120	3º Ofício de Notas de Natal	Empreendimento Hoteleiro
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro

## 7. CONDIÇÕES DE EMISSÃO

7.1. PRAZO TOTAL	48 (quarenta e oito) meses
7.2. VALOR DE PRINCIPAL	R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), conforme atualizado mensalmente pelo IPCA.
7.3. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	Mensal, de acordo com a variação mensal do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da CCB.
7.4. REMUNERAÇÃO	17,50% (dezessete inteiros e meio por cento) ao ano
7.5. DATA DE EMISSÃO	06 de agosto de 2020
7.6. DATA DE VENCIMENTO FINAL	18/07/2024
7.7. PRÉ-PAGAMENTO	Será admitido o pré-pagamento de parte ou da integralidade do saldo devedor da CCB, nos termos dos itens 2 e 3 da "Seção IV – Condições da Operação" da CCB.

7.8. ENCARGOS MORATÓRIOS:	Multa moratória de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, além da atualização monetária referida acima, com cálculo <i>pro rata die</i> , se necessário.
7.9. PERIODICIDADE DE PAGAMENTO	Mensal
7.10. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO	18 de agosto de 2020
7.11. DATA DO PRIMEIRO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	18 de julho de 2024
7.12. GARANTIA	Aval dos Avalistas.

**ANEXO II**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

**ANEXO II - Série 389ª - Sênior**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7736%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8762%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0001%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.1694%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.3173%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4017%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5481%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6507%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7565%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8591%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9693%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8909%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0715%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0864%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1603%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.2980%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.3468%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4596%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6501%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6524%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.8085%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9409%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2035%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.4804%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9795%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	7.1576%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.5386%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.8765%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.3123%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.9496%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5997%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.2019%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	11.1141%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.9655%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.2209%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.5817%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.2026%

39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.8797%
40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.4102%
41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	17.0278%
42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.7775%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.5051%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	22.1254%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.2515%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.8831%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.3283%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

**ANEXO II - Série 390ª - Subordinada**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.5724%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7247%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8776%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8429%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.1990%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.2585%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4347%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5392%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6214%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7240%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8344%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6893%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9485%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9305%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9996%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1624%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.1270%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.2584%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.5523%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4689%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6214%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.7745%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9868%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2354%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.8212%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9679%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.3775%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.6894%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.0724%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.7663%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5038%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.0095%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	10.9858%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.8498%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.0418%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.3868%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.0232%
39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.6894%

40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.2812%
41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	16.8289%
42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.6003%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.3544%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	21.9256%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.0100%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.7400%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.1770%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

**ANEXO II - Série 391ª - Sênior**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7736%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8762%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0001%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.1694%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.3173%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4017%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5481%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6507%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7565%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8591%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9693%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8909%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0715%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0864%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1603%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.2980%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.3468%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4596%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6501%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6524%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.8085%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9409%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2035%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.4804%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9795%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	7.1576%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.5386%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.8765%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.3123%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.9496%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5997%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.2019%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	11.1141%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.9655%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.2209%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.5817%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.2026%
39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.8797%
40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.4102%
41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	17.0278%

42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.7775%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.5051%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	22.1254%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.2515%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.8831%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.3283%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

**ANEXO II - Série 392ª - Subordinada**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.5724%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7247%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8776%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8429%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.1990%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.2585%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4347%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5392%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6214%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7240%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8344%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6893%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9485%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9305%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9996%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1624%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.1270%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.2584%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.5523%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4689%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6214%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.7745%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9868%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2354%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.8212%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9679%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.3775%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.6894%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.0724%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.7663%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5038%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.0095%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	10.9858%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.8498%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.0418%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.3868%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.0232%
39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.6894%

40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.2812%
41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	16.8289%
42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.6003%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.3544%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	21.9256%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.0100%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.7400%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.1770%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

**ANEXO II - Série 393ª - Sênior**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7736%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8762%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0001%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.1694%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.3173%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4017%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5481%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6507%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7565%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8591%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9693%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8909%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0715%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	5.0864%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1603%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.2980%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.3468%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4596%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6501%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6524%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.8085%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9409%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2035%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.4804%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9795%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	7.1576%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.5386%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.8765%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.3123%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.9496%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5997%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.2019%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	11.1141%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.9655%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.2209%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.5817%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.2026%
39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.8797%

40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.4102%
41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	17.0278%
42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.7775%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.5051%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	22.1254%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.2515%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.8831%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.3283%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

**ANEXO II - Série 394<sup>a</sup> - Subordinada**  
**DATAS DE PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO E AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA DOS CRI**

<b>Nº Ordem</b>	<b>Data</b>	<b>Juros</b>	<b>Incorpora</b>	<b>Amortização</b>	<b>%AM</b>
1	20/08/2020	SIM	NÃO	SIM	3.5724%
2	20/09/2020	SIM	NÃO	SIM	3.7247%
3	20/10/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8776%
4	20/11/2020	SIM	NÃO	SIM	3.8429%
5	20/12/2020	SIM	NÃO	SIM	4.0207%
6	20/01/2021	SIM	NÃO	SIM	4.1990%
7	20/02/2021	SIM	NÃO	SIM	4.2585%
8	20/03/2021	SIM	NÃO	SIM	4.4347%
9	20/04/2021	SIM	NÃO	SIM	4.5392%
10	20/05/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6214%
11	20/06/2021	SIM	NÃO	SIM	4.7240%
12	20/07/2021	SIM	NÃO	SIM	4.8344%
13	20/08/2021	SIM	NÃO	SIM	4.6893%
14	20/09/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9485%
15	20/10/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9305%
16	20/11/2021	SIM	NÃO	SIM	4.9996%
17	20/12/2021	SIM	NÃO	SIM	5.1624%
18	20/01/2022	SIM	NÃO	SIM	5.1270%
19	20/02/2022	SIM	NÃO	SIM	5.2584%
20	20/03/2022	SIM	NÃO	SIM	5.5523%
21	20/04/2022	SIM	NÃO	SIM	5.4689%
22	20/05/2022	SIM	NÃO	SIM	5.6214%
23	20/06/2022	SIM	NÃO	SIM	5.7745%
24	20/07/2022	SIM	NÃO	SIM	5.9868%
25	20/08/2022	SIM	NÃO	SIM	6.2354%
26	20/09/2022	SIM	NÃO	SIM	6.8212%
27	20/10/2022	SIM	NÃO	SIM	6.9679%
28	20/11/2022	SIM	NÃO	SIM	7.3775%
29	20/12/2022	SIM	NÃO	SIM	7.6894%
30	20/01/2023	SIM	NÃO	SIM	8.0724%
31	20/02/2023	SIM	NÃO	SIM	8.7663%
32	20/03/2023	SIM	NÃO	SIM	9.5038%
33	20/04/2023	SIM	NÃO	SIM	10.0095%
34	20/05/2023	SIM	NÃO	SIM	10.9858%
35	20/06/2023	SIM	NÃO	SIM	11.8498%
36	20/07/2023	SIM	NÃO	SIM	12.0418%
37	20/08/2023	SIM	NÃO	SIM	12.3868%
38	20/09/2023	SIM	NÃO	SIM	13.0232%
39	20/10/2023	SIM	NÃO	SIM	13.6894%
40	20/11/2023	SIM	NÃO	SIM	15.2812%

41	20/12/2023	SIM	NÃO	SIM	16.8289%
42	20/01/2024	SIM	NÃO	SIM	18.6003%
43	20/02/2024	SIM	NÃO	SIM	19.3544%
44	20/03/2024	SIM	NÃO	SIM	21.9256%
45	20/04/2024	SIM	NÃO	SIM	25.0100%
46	20/05/2024	SIM	NÃO	SIM	33.7400%
47	20/06/2024	SIM	NÃO	SIM	50.1770%
48	20/07/2024	SIM	NÃO	SIM	100.0000%

### ANEXO III DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

A **ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME nº 13.293.225/0001-25, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, 18º andar, CEP 22250-906, instituição devidamente autorizada pela CVM a prestar o serviço de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de instituição intermediária da distribuição pública com esforços restritos de certificados de recebíveis imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Emissora"), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora, o Agente Fiduciário e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no termo de securitização de créditos imobiliários que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

#### ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DocuSigned by:  
Marcos Paulo G. Vianna  
Assinado por: MARCOS PAULO GONCALVES VIANNA.09083652769  
CPF: 09083652769  
Data/Hora de Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 14:52 BRT  
  
453AF973778B485E8DF3ECF5D018AB3B

Nome:  
Cargo:

DocuSigned by:  
Roberto Campos Rocha  
Assinado por: ROBERTO CAMPOS ROCHA.79246044720  
CPF: 79246044720  
Hora de assinatura: 07 de agosto de 2020 | 13:47 BRT  
  
453AF973778B485E8DF3ECF5D018AB3B

Nome:  
Cargo:

## ANEXO IV DECLARAÇÃO DA EMISSORA

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de emissora de certificados de recebíveis imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão ("Emissão"), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Fiduciário e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no termo de securitização de créditos imobiliários que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

### FORTE SECURITIZADORA S.A.

DocuSigned by:  
Ubirajara Pedra  
Assinado por: UBIRAJARA CARDOSO DA ROCHA NETO 30920487840  
CPF: 30920487840  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 10:14 BRT  


Nome:

Cargo:

DocuSigned by:  
Felipe Daniel Cescato Biscuola  
Assinado por: FELIPE DANIEL CESCATO BISCUOLA 33529377880  
CPF: 33529377880  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 09:45 BRT  


Nome:

Cargo:

## ANEXO V DECLARAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002, neste ato representado na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), para fins de atendimento ao previsto pelo item 15 do anexo III da Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, na qualidade de agente fiduciário do Patrimônio Separado constituído em âmbito da emissão de certificados de recebíveis imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70 ("Emissora", **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que verificou, em conjunto com a Emissora, o Coordenador Líder e os respectivos assessores legais contratados no âmbito da Emissão, a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas no termo de securitização de créditos imobiliários que regula a Emissão.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

### SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DocuSigned by:  
Matheus Gomes Faria  
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA-05813311769  
CPF: 05813311769  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 13:00 BRT  
  
0A576BEE0FA2469880042F40805450F

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

## ANEXO VI DECLARAÇÃO DO CUSTODIANTE

A **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, atuando por sua filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco B, conj. 1401, CEP 04534-002, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante designada apenas "Custodiante", por seu representante legal abaixo assinado, na qualidade de custodiante, **(i)** do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Forte Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização"); e **(ii)** das Escrituras de Emissão de CCI ("CCI"), que servirão de lastro aos CRI; DECLARA à Emissora, para os fins do artigo 23 da Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei 10.931"), que foi entregue a esta instituição custodiante para custódia, **(i)** via original das Escrituras de Emissão de CCI; e **(ii)** via original do Termo de Securitização dos CRI, que se encontram devidamente registrados nesta instituição custodiante, sendo nesta hipótese tal registro considerado para fins do parágrafo único do artigo 23, da Lei 10.931, na forma do regime fiduciário instituído pela Emissora, conforme declarado no Termo de Securitização.

As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

### SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DocuSigned by:  
Matheus Gomes Faria  
Assinado por: MATHEUS GOMES FARIA-05813311769  
CPF: 05813311769  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 13:00 BRT  
  
3A570DEECFA2430B88042F4C305495F

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

## ANEXO VII EMPREENDIMENTOS ALVO E CRONOGRAMA INDICATIVO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Empreendimento	Localização	Matrícula	Cartório de Registro de Imóveis	Tipo	Valor a ser destinado
BARRETOS	Barretos/SP	72.142 – 72.141 – 72.140 – 23.909 – 73.150 – 73.630 – 73.149 – 73.629 – 73.628 – 73.627 – 73.148 – 34.303 – 73.625 – 73.626 – 56.976 – 56975 – 56.974	Registro de Imóveis de Barretos/SP	Empreendimento Hoteleiro	R\$6.956.282,82
WGR – OLÍMPIA	Olímpia/SP	51.591	Registro de Imóveis de Olímpia/SP	Empreendimento Hoteleiro	R\$10.000.000,00

### CRONOGRAMA INDICATIVO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Período	Empreendimento	
	Barretos	WGR - Olimpia
1 Semestre 2021	R\$ -	R\$ -
2 Semestre 2021	R\$ 550.000,00	R\$ -
1 Semestre 2022	R\$ 2.450.000,00	R\$ 1.391.252,56
2 Semestre 2022	R\$ 2.100.000,00	R\$ 1.321.689,94
1 Semestre 2023	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.460.815,19
2 Semestre 2023	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.530.377,82
1 Semestre 2024	R\$ 200.000,00	R\$ 486.938,40
2 Semestre 2024	R\$ -	R\$ 765.188,91
1 Semestre 2025	R\$ -	R\$ -
2 Semestre 2025	R\$ -	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000.000,00</b>	<b>R\$ 6.956.262,82</b>

**ANEXO VIII  
DESCRITIVO DAS DESPESAS OBJETO DE REEMBOLSO**

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
4M SAS DISTRIBUIDORA EIRELI	5.128	R\$ 47.216,76	10/02/2020
AC MATERIAIS ELETRICOS LTDA	16.762	R\$ 3.322,45	27/01/2020
Acmav - Caldeiraria Montagens Industriais e Locacao de Guindastes LTDA	1229	R\$ 1.760,00	03/10/2018
ACOS GOLDONI LTDA	92885	R\$ 14.423,13	25/04/2019
ACOS GOLDONI LTDA	98963	R\$ 17.809,41	02/10/2019
ADOGOMAR APARECIDO DOS SANTOS 29364665805	201952	R\$ 3.000,00	28/05/2019
AF FORTALEZA FERRO E ACO LTDA	65022	R\$ 5.813,60	27/08/2018
AF FORTALEZA FERRO E ACO LTDA	66398	R\$ 3.303,00	20/12/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	65359	R\$ 2.515,54	28/09/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	66684	R\$ 2.064,59	13/10/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	66705	R\$ 1.479,33	15/10/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	71394	R\$ 175,00	05/12/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	71544	R\$ 273,66	06/12/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	71638	R\$ 64,62	07/12/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	72139	R\$ 510,00	13/12/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	73943	R\$ 1.851,85	21/01/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	73984	R\$ 616,06	11/01/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	73987	R\$ 83,36	21/01/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	74015	R\$ 35,85	21/01/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	74274	R\$ 938,30	15/01/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	77511	R\$ 874,00	20/02/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	92876	R\$ 1.482,50	02/08/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	92997	R\$ 1.542,50	03/08/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	102273	R\$ 1.839,00	04/11/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	103011	R\$ 3.600,00	11/11/2019
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	109129	R\$ 582,00	16/01/2020
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	109141	R\$ 2.255,25	01/03/2020
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	110767	R\$ 522,37	03/02/2020
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	653558	R\$ 116,94	28/09/2018
AGROMETAL COMERCIAL DE FERRAGENS LTDA	733939	R\$ 503,73	11/01/2019
ALAIR MUNIZ DUTRA E FILHOS EXTRACAO LTDA	14279	R\$ 880,00	13/08/2019
ALAIR MUNIZ DUTRA E FILHOS EXTRACAO LTDA	17447	R\$ 300,00	19/02/2020
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	89	R\$ 3.820,00	29/04/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	130	R\$ 29.953,00	25/06/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	132	R\$ 5.034,00	25/06/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	139	R\$ 23.414,00	05/07/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	158	R\$ 1.920,00	22/07/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	188	R\$ 17.920,00	16/08/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	189	R\$ 1.308,00	16/08/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	191	R\$ 1.540,00	21/08/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	209	R\$ 6.750,00	12/09/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	211	R\$ 3.460,00	20/09/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	261	R\$ 1.860,40	18/11/2019
ANA PAULA EDUARTE - EIRELI	275	R\$ 1.750,00	21/11/2019
ANTONIO CARLOS FERREIRA VARES	000.003.404	R\$ 500,00	26/02/2020
ANTONIO CARLOS FERREIRA VARES	000.003.455	R\$ 210,00	16/03/2020
ANTONIO CARLOS FERREIRA VARES	000.003.467	R\$ 380,00	18/03/2020
ANTONIO FERNANDO BARBOSA JODAS 32764753837	66	R\$ 300,00	03/08/2018
ANTONIO FERNANDO BARBOSA JODAS 32764753837	67	R\$ 2.600,00	13/12/2018
AQUALAX COMERCIO DE BANHEIRAS LTDA	3059	R\$ 14.000,00	05/09/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
AQUALAX COMERCIO DE BANHEIRAS LTDA	4204	R\$ 14.500,00	13/02/2020
ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	273390	R\$ 120.109,50	29/03/2019
ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	273457	R\$ 22.288,83	29/03/2019
ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	274194	R\$ 2.314,00	16/04/2019
ARCELORMITTAL BRASIL S.A.	2744193	R\$ 1.112,50	16/04/2019
ARIVALDO ZOCAL - EIRELI	98	R\$ 1.680,00	05/12/2018
ARIVALDO ZOCAL - EIRELI	120	R\$ 3.500,00	01/07/2019
ARIVALDO ZOCAL - EIRELI	2401	R\$ 32.285,00	05/12/2018
ARIVALDO ZOCAL - EIRELI	2432	R\$ 15.000,00	01/07/2019
ARTIMAGE INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	58577	R\$ 12.672,20	09/10/2018
ASTEQUE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	9521	R\$ 1.696,00	21/02/2019
BAKOF PLASTICOS LTDA	303845	R\$ 18.550,00	26/04/2019
BASE FUNDACOES E INFRA ESTRUTURAS LTDA	1782	R\$ 48.500,00	14/02/2019
BENEDITO JOSE AISSA CALHAS	98	R\$ 3.500,00	19/10/2018
BENEDITO PIANTA - CIMENTOS	544	R\$ 2.199,60	18/09/2018
Benitez & Ramos Comercio de Parafusos e Ferragens LTDA	137992	R\$ 427,00	09/10/2018
BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	10095	R\$ 788,15	07/06/2019
BERGAMO EXTRACAO DE AREIA E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	10096	R\$ 808,50	07/06/2019
BLB BLOCOS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	3357	R\$ 160.000,00	28/03/2019
Blometal Industria e Comercio de Artefatos de Cimento LTDA	3514	R\$ 735,00	14/09/2018
BUSCARIOLI COMERCIO E OFICINA DE MOTORES ELETRICOS LTDA.	000.099.373	R\$ 4.908,00	23/01/2020
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	4	R\$ 10.000,00	11/10/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	5	R\$ 33.682,94	11/10/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	6	R\$ 3.000,00	11/10/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	12	R\$ 67.365,88	18/11/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	13	R\$ 13.494,56	18/11/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	14	R\$ 2.400,00	18/11/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	16	R\$ 33.682,94	02/12/2019
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	19	R\$ 40.418,22	27/01/2020
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	20	R\$ 18.220,80	27/01/2020
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	25	R\$ 20.753,72	19/02/2020
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	26	R\$ 1.000,00	13/03/2020
CALIXTO SERVICOS EM GESSO EIRELI	28	R\$ 24.331,80	23/03/2020
CAMPOS ARTIGOS DE DECORACAO LTDA	270	R\$ 5.000,00	22/11/2018
CARLOS R. PIMENTA	791	R\$ 4.500,00	24/05/2019
CARLOS R. PIMENTA	821	R\$ 1.000,00	26/06/2019
CARLOS R. PIMENTA	871	R\$ 11.000,00	29/07/2019
CASA DO EPI COMERCIO VAREJISTA BARRETOS LTDA	00000.3841	R\$ 180,00	23/01/2020
CASA DO VIDRO ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA	278	R\$ 2.560,00	29/11/2018
CASA TOGNINI MATERIAIS HIDRAULICOS E SANITARIOS LTDA	330658	R\$ 5.198,36	31/08/2018
CASA TOGNINI MATERIAIS HIDRAULICOS E SANITARIOS LTDA	397638	R\$ 4.927,20	23/01/2020
CASA TOGNINI MATERIAIS HIDRAULICOS E SANITARIOS LTDA	397639	R\$ 4.028,91	23/01/2020
CASA TOGNINI MATERIAIS HIDRAULICOS E SANITARIOS LTDA	397640	R\$ 10.232,86	23/01/2020
CB DESIGN INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	5453	R\$ 33.422,38	04/10/2018
CB DESIGN INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI	5612	R\$ 205,52	20/12/2018
CECRISA REVEST. CERAMICO S.A	19012	R\$ 3.757,44	19/03/2020
CENTRO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS E JANELAS LTDA.	2798	R\$ 49.313,60	01/08/2018
CENTRO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS E JANELAS LTDA.	2907	R\$ 3.463,42	28/09/2018
CENTRO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS E JANELAS LTDA.	3339	R\$ 3.049,74	03/05/2019
CENTRO SUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS E JANELAS LTDA.	3340	R\$ 1.010,24	03/05/2019
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2181	R\$ 5.832,60	18/04/2019
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2411	R\$ 6.804,70	24/06/2019
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2521	R\$ 7.096,33	22/07/2019
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2671	R\$ 7.096,33	16/08/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2831	R\$ 7.096,33	16/09/2019
CLEITON JANOTA DE FREITAS 31142367827	2981	R\$ 1.749,78	28/10/2019
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	41141	R\$ 65,14	10/08/2018
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	41423	R\$ 47,35	29/08/2018
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	41500	R\$ 60,20	03/09/2018
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	41720	R\$ 183,61	18/09/2018
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	45660	R\$ 244,20	25/06/2019
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	45661	R\$ 905,64	25/06/2019
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	45662	R\$ 1.164,25	25/06/2019
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	49194	R\$ 2.120,90	07/02/2020
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	49719	R\$ 622,00	11/03/2020
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	49720	R\$ 82,42	11/03/2020
COMAP MATERIAIS PARA CONSTRUÇOES LTDA	49728	R\$ 1.837,37	11/03/2020
COMERCIAL DE MADEIRAS PANTANAL DA AMAZONIA LTDA	18641	R\$ 3.962,20	06/12/2018
COMERCIAL ESTEVES LTDA	114607	R\$ 540,00	02/10/2018
COMERCIAL ESTEVES LTDA	119358	R\$ 115,00	02/01/2019
COMERCIAL GOLDONI PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA	234026	R\$ 15.310,16	01/10/2019
CONDUMAX - ELETRO METALURGICA CIAFUNDI LTDA	23127	R\$ 21.567,91	31/01/2020
CONDUMAX - ELETRO METALURGICA CIAFUNDI LTDA	197860	R\$ 9.845,82	15/08/2018
CONDUMAX - ELETRO METALURGICA CIAFUNDI LTDA	224255	R\$ 25.366,04	02/10/2019
CONDUMAX - ELETRO METALURGICA CIAFUNDI LTDA	231188	R\$ 4.981,59	31/01/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	4530	R\$ 11.180,07	21/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	4558	R\$ 13.212,81	24/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	12191	R\$ 325,62	17/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	45451	R\$ 3.274,97	22/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	45501	R\$ 5.646,50	23/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	45681	R\$ 10.728,35	25/01/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	45751	R\$ 7.227,52	28/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	46011	R\$ 14.680,90	31/01/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	46191	R\$ 14.455,04	04/02/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	46311	R\$ 4.291,34	06/02/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	46461	R\$ 12.648,16	08/02/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	47451	R\$ 1.473,00	25/02/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	47621	R\$ 551,88	27/02/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	48491	R\$ 16.244,64	13/03/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	48501	R\$ 13.633,89	13/03/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	49361	R\$ 1.040,92	28/03/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	49451	R\$ 1.040,92	29/03/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50371	R\$ 1.821,61	08/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50611	R\$ 780,69	11/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50711	R\$ 520,46	15/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50821	R\$ 650,57	16/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50921	R\$ 3.085,93	17/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	50991	R\$ 240,59	18/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	51051	R\$ 601,47	23/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	51131	R\$ 859,25	29/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	51251	R\$ 17.259,63	25/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	51261	R\$ 1.659,58	25/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	51431	R\$ 859,25	29/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	52331	R\$ 1.924,72	07/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	52551	R\$ 1.237,32	10/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	52651	R\$ 274,96	13/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53101	R\$ 9.400,80	17/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53211	R\$ 785,60	20/05/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53221	R\$ 999,28	20/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53371	R\$ 549,92	21/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53431	R\$ 859,25	29/04/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53551	R\$ 10.409,20	23/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53561	R\$ 982,00	23/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53661	R\$ 8.067,13	27/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	53671	R\$ 761,05	27/05/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	54421	R\$ 1.787,24	04/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	54671	R\$ 842,06	07/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	55141	R\$ 1.374,80	14/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	55301	R\$ 687,40	17/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	55501	R\$ 549,92	19/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	55641	R\$ 687,40	21/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	55651	R\$ 687,40	21/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	56001	R\$ 18.892,70	27/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	56011	R\$ 1.730,77	27/06/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	56871	R\$ 1.099,84	08/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57181	R\$ 1.924,72	12/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57671	R\$ 824,88	18/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57751	R\$ 10.013,65	19/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57761	R\$ 925,00	19/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57971	R\$ 16.508,99	23/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	57981	R\$ 1.497,55	23/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	58111	R\$ 811,92	24/07/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	58791	R\$ 780,69	06/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	58991	R\$ 520,46	06/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	59271	R\$ 1.171,03	07/08/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	59471	R\$ 1.040,92	09/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	59791	R\$ 650,57	14/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	60271	R\$ 17.050,27	21/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	60281	R\$ 1.546,65	21/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	60421	R\$ 947,24	23/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	60431	R\$ 491,00	23/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	60791	R\$ 1.561,38	30/08/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	61701	R\$ 910,80	13/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	62131	R\$ 16.324,73	19/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	62311	R\$ 8.335,61	25/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	62321	R\$ 736,50	25/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	62621	R\$ 1.623,84	27/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	62631	R\$ 491,00	27/09/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	63191	R\$ 520,46	07/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	63291	R\$ 650,57	08/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	64061	R\$ 910,80	18/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	64321	R\$ 260,23	24/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	64441	R\$ 485,00	28/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	64451	R\$ 4.059,59	28/10/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	65131	R\$ 780,69	06/11/2019
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	69691	R\$ 1.335,52	03/02/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	69991	R\$ 500,82	06/02/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	71631	R\$ 942,72	04/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	71851	R\$ 471,36	09/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	71901	R\$ 2.700,50	09/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	71981	R\$ 2.700,50	09/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	72271	R\$ 628,48	12/03/2020

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	72821	R\$ 628,48	17/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	73191	R\$ 628,48	20/03/2020
CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPACOES LTDA	73311	R\$ 962,36	24/03/2020
CONSTRU RIBEIRO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	280437	R\$ 202,30	27/07/2018
CONSTRUCAFEL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	4103	R\$ 2.170,00	22/11/2018
CONSTRULOG BARRETOS LTDA	630	R\$ 1.050,00	05/11/2018
CONSTRULOG BARRETOS LTDA	1861	R\$ 80,00	14/01/2020
CONSTRULOG BARRETOS LTDA	1898	R\$ 1.720,00	28/02/2020
CONSTRULOG BARRETOS LTDA	1901	R\$ 907,00	14/01/2020
COVILAR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA	118	R\$ 4.000,00	04/06/2019
CS INDUSTRIA DE KIT PORTA PRONTA LTDA	119	R\$ 11.357,96	05/10/2018
D. L. OLIVEIRA PRODUTOS & SERVICOS	4216	R\$ 1.100,00	19/12/2018
D. L. OLIVEIRA PRODUTOS & SERVICOS	4300	R\$ 2.400,00	08/01/2019
DALLA COSTA & HORIQUERI SILVA LTDA	7974	R\$ 27,00	10/09/2018
DALLA COSTA & HORIQUERI SILVA LTDA	7984	R\$ 171,00	12/09/2018
DECON CONSTRUTORA LTDA	1761	R\$ 28.350,00	17/10/2018
DURATEX S.A.	1190817	R\$ 3.319,33	21/01/2020
DURATEX S.A.	1193764	R\$ 11.178,00	27/01/2020
DURATEX S.A.	2731714	R\$ 32.452,71	21/01/2020
E. LOPES DA SILVA MONTAGENS INDUSTRIAIS	125	R\$ 3.510,00	22/01/2019
E. LOPES DA SILVA MONTAGENS INDUSTRIAIS	126	R\$ 18.978,26	23/01/2019
E. LOPES DA SILVA MONTAGENS INDUSTRIAIS	147	R\$ 4.712,50	11/07/2019
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA	22	R\$ 3.730,30	05/10/2018
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA	2874	R\$ 1.616,18	05/10/2018
ELETRO CIDADE DE BARRETOS - EIRELI	11041	R\$ 3.341,80	05/06/2019
ELETRO CIDADE DE BARRETOS - EIRELI	17592	R\$ 13.000,00	05/06/2019
ELETRO CIDADE DE BARRETOS - EIRELI	17598	R\$ 7.120,00	07/06/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
ELETRO REDE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	7075	R\$ 19.880,00	05/10/2018
ELETRO REDE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	7090	R\$ 3.726,10	05/10/2018
ELETRO TRANSOL IND E COMERCIO MAT ELETRICOS LTDA	208069	R\$ 1.947,78	21/05/2019
ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	285978	R\$ 1.168,42	29/11/2018
ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	517573	R\$ 3.657,64	21/09/2018
ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	517574	R\$ 1.345,73	21/09/2018
ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA	943983	R\$ 11.804,80	16/08/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	9	R\$ 2.500,00	05/09/2018
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	10	R\$ 2.770,00	29/11/2018
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	31	R\$ 5.000,00	11/06/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	39	R\$ 11.000,00	03/07/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	40	R\$ 2.500,00	05/09/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	50	R\$ 3.500,00	05/09/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	57	R\$ 1.300,00	19/09/2019
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	75	R\$ 2.500,00	06/03/2020
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	76	R\$ 2.500,00	09/04/2020
ELIAS GARCIA DE SOUZA 85195057168	80	R\$ 5.000,00	11/06/2020
EMPORIO DO VIDRO VIDRACARIA COMERCIAL LTDA.	14	R\$ 15.678,73	17/08/2018
EMPORIO DO VIDRO VIDRACARIA COMERCIAL LTDA.	16	R\$ 22.000,00	07/12/2018
ENFIX COMERCIAL LTDA	17841	R\$ 10.300,00	07/11/2019
ENGVISTA ENGENHARIA LTDA	2211	R\$ 3.754,00	19/02/2019
ERIVELTO DOS SANTOS FONSECA TERRAPLANAGEM	101	R\$ 2.156,00	14/06/2019
ERIVELTO DOS SANTOS FONSECA TERRAPLANAGEM	131	R\$ 5.772,20	17/07/2019
EXPANDIR CONSTRUTORA	161	R\$ 10.000,00	31/01/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	171	R\$ 8.500,00	10/02/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	191	R\$ 9.220,00	27/02/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	221	R\$ 10.000,00	09/03/2020

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
EXPANDIR CONSTRUTORA	231	R\$ 12.908,00	09/03/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	251	R\$ 3.872,40	20/05/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	261	R\$ 3.872,40	26/05/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	271	R\$ 3.872,40	02/06/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	291	R\$ 3.872,40	17/06/2020
EXPANDIR CONSTRUTORA	311	R\$ 22.128,00	24/06/2020
FERNANDO CORREIA DA CRUZ	337	R\$ 5.000,00	29/09/2018
FERNANDO CORREIA DA CRUZ	338	R\$ 20.000,00	06/10/2018
FERNANDO CORREIA DA CRUZ	353	R\$ 4.500,00	11/12/2018
FERRAMENTAS GERAIS COMERCIO E IMPORTACAO DE FERRAMENTAS E MAQUINAS LTDA	1661911	R\$ 2.739,90	19/03/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	126	R\$ 13.000,00	01/08/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	130	R\$ 13.000,00	03/09/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	131	R\$ 2.469,80	29/08/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	132	R\$ 13.000,00	01/10/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	135	R\$ 13.000,00	02/11/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	139	R\$ 13.000,00	03/12/2018
FERRARE ASSESSORIA LTDA	142	R\$ 11.690,00	03/01/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	150	R\$ 10.000,00	02/05/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	151	R\$ 10.000,00	05/06/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	155	R\$ 11.000,00	08/07/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	157	R\$ 11.000,00	02/08/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	160	R\$ 11.000,00	04/09/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	163	R\$ 11.000,00	01/10/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	178	R\$ 11.000,00	10/01/2019
FERRARE ASSESSORIA LTDA	181	R\$ 11.000,00	05/02/2020
FERRARE ASSESSORIA LTDA	184	R\$ 11.000,00	04/03/2020
FERRARE ASSESSORIA LTDA	187	R\$ 7.700,00	01/04/2020

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
FERRARE ASSESSORIA LTDA	190	R\$ 7.700,00	04/05/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4549	R\$ 5.037,25	18/08/2018
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4574	R\$ 5.981,15	22/09/2018
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4726	R\$ 3.701,25	12/03/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4761	R\$ 2.679,80	12/04/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4767	R\$ 1.232,50	08/05/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4798	R\$ 1.112,80	21/05/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4850	R\$ 1.519,00	10/07/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4851	R\$ 1.272,00	10/07/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4852	R\$ 1.343,00	10/07/2019
FERREIRA & FERNANDES DOS SANTOS LTDA	4925	R\$ 1.354,90	22/10/2019
FERREIRA AYUB COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	6294	R\$ 532,72	10/09/2018
FERREIRA AYUB COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	8512	R\$ 3.922,80	20/12/2019
FERREIRA AYUB COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	8513	R\$ 2.400,00	20/12/2019
FERREIRA AYUB COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	8625	R\$ 603,50	20/01/2020
FORT LUZ MATERIAIS ELETRICOS LTDA	126034	R\$ 1.699,00	26/11/2018
FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	416892	R\$ 2.310,63	02/12/2019
FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	416892	R\$ 9.242,52	02/12/2019
FRIGELAR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	417505	R\$ 2.769,85	04/12/2019
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	3310	R\$ 10.000,00	13/08/2018
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	3445	R\$ 11.170,00	11/10/2018
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	3473	R\$ 1.248,23	23/10/2018
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	3481	R\$ 14.500,00	05/10/2018
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	4162	R\$ 18.681,00	23/09/2019
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	12864	R\$ 1.600,00	01/10/2019
FRIGO & CARDOSO EXTINTORES LTDA	12957	R\$ 10.000,00	11/10/2019
FULLMETAL INDUSTRIA E COMERCIO S/A	11572	R\$ 3.644,80	02/08/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
G.B PROJETOS - EIRELI	333	R\$ 3.600,00	12/02/2019
G.B PROJETOS - EIRELI	334	R\$ 3.600,00	14/03/2019
G.B PROJETOS - EIRELI	336	R\$ 3.600,00	01/04/2019
GERDAU ACOS LONGOS S.A.	66723	R\$ 23.632,95	29/03/2019
GISSO NORTE LTDA	67	R\$ 20.000,00	24/08/2018
GISSO NORTE LTDA	72	R\$ 12.904,00	05/09/2018
GISSO NORTE LTDA	78	R\$ 10.875,00	23/05/2019
GISSO NORTE LTDA	156	R\$ 30.000,00	27/07/2018
GISSO NORTE LTDA	164	R\$ 27.946,15	04/10/2018
GISSO NORTE LTDA	180	R\$ 30.000,00	10/06/2019
GISSO NORTE LTDA	185	R\$ 17.286,36	23/07/2019
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	101	R\$ 646,80	11/07/2019
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	111	R\$ 1.509,20	11/07/2019
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	401	R\$ 2.587,20	02/10/2019
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	641	R\$ 6.252,40	24/12/2019
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	681	R\$ 1.980,00	15/01/2020
GOL BARRETOS CONSTRUCOES - EIRELI	801	R\$ 3.234,00	06/03/2020
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	335	R\$ 2.116,80	29/08/2018
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	3861	R\$ 2.469,60	06/11/2018
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	3921	R\$ 3.351,60	27/11/2018
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	4191	R\$ 2.646,00	10/01/2019
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	4561	R\$ 431,20	13/03/2019
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	5061	R\$ 862,40	28/05/2019
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	5071	R\$ 646,80	28/05/2019
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	5081	R\$ 431,20	28/05/2019
GOL CACAMBA & TERRAPLENAGEM BARRETOS - EIRELI	5091	R\$ 431,20	28/05/2019
GRANDMIX CONCRETO LTDA	59731	R\$ 7.457,94	14/09/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
GRANDMIX CONCRETO LTDA	62621	R\$ 3.699,37	08/11/2018
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	168	R\$ 1.846,28	22/11/2018
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	287	R\$ 1.593,91	07/12/2018
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	457	R\$ 332,00	02/01/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	458	R\$ 403,00	02/01/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	1724	R\$ 930,00	03/07/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	2766	R\$ 973,94	18/11/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	3004	R\$ 1.488,00	19/12/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	3006	R\$ 4.975,56	19/12/2019
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	3243	R\$ 3.906,00	24/01/2020
GUAIRA COMERCIO DE TINTAS LTDA	3438	R\$ 4.466,00	18/02/2020
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	23374	R\$ 836,91	04/10/2018
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	23375	R\$ 836,91	04/10/2018
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	31405	R\$ 3.392,91	19/04/2019
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	41930	R\$ 622,46	16/10/2019
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	45639	R\$ 622,46	27/11/2019
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	45646	R\$ 622,46	27/11/2019
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	45647	R\$ 497,96	27/11/2019
HAUS TINTAS E TEXTURAS LTDA	46645	R\$ 622,46	27/11/2019
HERCILIA RIBEIRINHO BIANCHI	575	R\$ 2.400,00	25/06/2019
HERVAL INDUSTRIA DE MOVEIS, COLCHOES E ESPUMAS LTDA.	673921	R\$ 89.639,81	08/10/2018
HERVAL INDUSTRIA DE MOVEIS, COLCHOES E ESPUMAS LTDA.	731195	R\$ 5.550,01	03/05/2019
HIPOLITO ELETRICA COMERCIO E SERVICOS DE GUINCHO LTDA	3007	R\$ 350,00	02/08/2018
HIPOLITO ELETRICA COMERCIO E SERVICOS DE GUINCHO LTDA	3058	R\$ 240,00	12/09/2018
HIPOLITO ELETRICA COMERCIO E SERVICOS DE GUINCHO LTDA	5401	R\$ 3.339,00	07/06/2019
HIPOLITO ELETRICA COMERCIO E SERVICOS DE GUINCHO LTDA	5496	R\$ 488,86	08/07/2019
IGM PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	1280	R\$ 6.000,00	01/08/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
IGM PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	1281	R\$ 1.788,48	01/08/2018
IGM PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	1282	R\$ 8.480,31	01/08/2018
IGM PRESTACAO DE SERVICOS LTDA	2282	R\$ 17.247,80	07/02/2020
IMI HYDRONIC ENGENHARIA LTDA.	20520	R\$ 5.912,91	20/02/2020
IMPERMAXX IMPERMEABILIZACAO - EIRELI	133	R\$ 22.005,87	27/08/2018
IMPERMAXX IMPERMEABILIZACAO - EIRELI	228	R\$ 30.000,20	16/01/2020
INDFOL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	8595	R\$ 940,80	31/08/2018
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	13775	R\$ 7.965,00	09/08/2018
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	13804	R\$ 825,00	16/08/2018
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	13837	R\$ 33.941,00	22/08/2019
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	13916	R\$ 5.640,00	06/09/2018
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	14125	R\$ 5.086,00	19/10/2018
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	16370	R\$ 5.414,00	14/02/2020
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	16394	R\$ 1.396,00	19/02/2020
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	16750	R\$ 1.377,94	07/05/2020
INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS ROMA LTDA	16823	R\$ 145,09	20/05/2020
INTERBRAS MATERIAIS DE ACABAMENTO LTDA	198	R\$ 10.383,40	22/05/2019
IZIDIO FAUSTINO DA SILVA BARRETOS	435	R\$ 3.500,00	17/06/2019
J. BELOTI GRANITOS E MARMORES EIRELI	183	R\$ 18.000,00	16/01/2020
J. C. M. NITEROI REFRIGERACAO LTDA	34752	R\$ 9.958,54	11/09/2019
JB FIRE COMERCIAL EIRELI	2162	R\$ 36.147,47	15/01/2020
JB FIRE COMERCIAL EIRELI	2309	R\$ 2.589,54	16/03/2020
JOAO APARECIDO PADILHA JUNIOR	22	R\$ 4.274,16	31/05/2019
JONE ANDERSON LIMA 35113280801	4	R\$ 9.725,22	25/06/2019
JORDIVINO FRANCISCO VARGAS 46430580130	21	R\$ 8.000,00	04/12/2018
JOSE ELIAS MORAIS	2021	R\$ 20.000,00	03/10/2018
JOSE ELIAS MORAIS	2066	R\$ 20.000,00	11/12/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
JOSE ELIAS MORAIS	2253	R\$ 21.636,72	27/02/2020
JULIANE CRISTINA FONSECA 09120794959	6	R\$ 4.500,00	28/11/2018
KRARO TINTAS BARRETOS LTDA	5261	R\$ 60,00	19/09/2018
LAERCIO CARLOS MARCHIONI FABRICA DE MOVEIS DE MADEIRA	14908	R\$ 8.064,00	08/05/2019
LAURO CESAR FERRAZ REVESTIMENTOS - EIRELI	4326	R\$ 35.458,80	28/11/2019
LAURO CESAR FERRAZ REVESTIMENTOS - EIRELI	4327	R\$ 5.212,00	28/11/2019
LAURO CESAR FERRAZ REVESTIMENTOS - EIRELI	4328	R\$ 6.630,00	28/11/2019
LEDZS ILUMINACAO LTDA	269	R\$ 693,33	10/12/2018
LEDZS ILUMINACAO LTDA	273	R\$ 4.000,00	18/12/2018
LEDZS ILUMINACAO LTDA	400	R\$ 22.808,29	22/11/2019
LEO MADEIRAS, MAQUINAS E FERRAGENS S.A.	210106	R\$ 328,92	12/12/2018
LIDER INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	11462	R\$ 5.902,36	11/09/2018
LINCIONE METAIS EIRELI	10774	R\$ 8.258,72	23/10/2018
LOJAS CEM S.A	13742696	R\$ 6.124,35	08/11/2019
LOJAS CEM S.A	14487922	R\$ 1.880,00	19/01/2020
M. A. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	22412	R\$ 918,00	28/02/2019
M. A. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	22666	R\$ 1.000,00	08/05/2019
M. A. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	22686	R\$ 250,00	14/05/2019
M. MOLETA COMPENSADOS - EIRELI	1638	R\$ 5.372,00	01/03/2019
M.C.M CONSTRUCOES METALICAS	47	R\$ 31.987,81	26/10/2018
M.F. DE OLIVEIRA	431	R\$ 2.807,04	11/03/2020
M.W. INDUSTRIA E COMERCIO DE PORTAS CORTA-FOGO LTDA	61	R\$ 11.500,00	28/10/2019
MA STEEL INDUSTRIA DE ESTRUTURA METALICA EIRELI	914	R\$ 52.513,36	12/06/2019
MANETONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS SIDERURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	589007	R\$ 5.959,70	28/08/2018
MANETONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS SIDERURGICOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	643886	R\$ 6.934,37	06/03/2019
MANFRIN , CASSEB & CIA LTDA	44272	R\$ 2.427,60	08/08/2018
MANFRIN , CASSEB & CIA LTDA	44569	R\$ 1.440,00	14/08/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
MANFRIN , CASSEB & CIA LTDA	55164	R\$ 1.858,00	30/04/2019
MANFRIN , CASSEB & CIA LTDA	56818	R\$ 1.420,00	11/06/2019
MASTER HIGIENE PROFISSIONAL LTDA	811	R\$ 18.742,50	04/12/2018
MAURICIO DIAVEIRO CONSTANTINO	16	R\$ 26.473,41	27/07/2018
MEBRAS METAIS DO BRASIL EIRELI	76326	R\$ 31.055,22	03/12/2019
MECASPE METALURGICA E CALDEIRARIA SAO PEDRO LTDA	2166	R\$ 50.000,00	01/08/2018
MERCADO DO ALUMINIO EIRELI	416892	R\$ 12.075,00	05/03/2020
MGM DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PISOS EIRELI	1080	R\$ 1.448,94	20/04/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24447854	R\$ 7.140,00	28/05/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24447918	R\$ 6.260,00	28/05/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24651930	R\$ 7.924,49	11/06/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24652337	R\$ 7.924,49	11/06/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24652590	R\$ 7.978,55	11/06/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24652833	R\$ 5.662,20	11/06/2019
MICHEL GUERRA CARVALHO 01186251018	24652962	R\$ 5.995,27	11/06/2019
MILIMETRO COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA	3153	R\$ 1.000,60	26/11/2018
MILIMETRO COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA	3471	R\$ 28.390,60	14/06/2019
MILIMETRO COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA	3504	R\$ 2.910,00	05/07/2019
MILIMETRO COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA	3505	R\$ 2.560,00	05/07/2019
MILIMETRO COMERCIO DE FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA	4057	R\$ 2.940,75	08/05/2020
MILTON CARLOS FRIGO	1147	R\$ 13.277,40	14/02/2020
MLS GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA	300	R\$ 54.908,11	11/11/2018
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	1761	R\$ 5.000,00	16/11/2018
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	1938	R\$ 5.000,00	17/12/2018
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	2069	R\$ 5.000,00	17/01/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	2434	R\$ 2.916,67	16/04/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	2531	R\$ 2.916,67	16/05/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	2670	R\$ 2.916,66	18/06/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	2782	R\$ 2.916,66	17/07/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	3047	R\$ 2.916,66	16/09/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	3209	R\$ 2.916,66	17/10/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	3456	R\$ 2.916,66	10/12/2019
MORADA LAR E CONSTRUCAO LTDA	3595	R\$ 2.916,66	15/01/2019
MPLAN INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA	6149	R\$ 2.013,00	15/03/2019
MULTISHINE ATELIE QUIMICO EIRELI	8179	R\$ 240,45	10/03/2020
MULTISHINE ATELIE QUIMICO EIRELI	8209	R\$ 60,20	12/03/2020
NEOTERMICA ISOLANTES TERMICOS E REVESTIMENTOS METALICOS LTDA.	59009	R\$ 1.185,58	04/09/2018
NEOTERMICA ISOLANTES TERMICOS E REVESTIMENTOS METALICOS LTDA.	70848	R\$ 3.218,61	27/01/2020
NOGUEIRA & NOGUEIRA OLIMPIA LTDA	23014	R\$ 407,60	13/08/2018
NOROESTE - COMERCIO DE FERRO E ACO EIRELI	83657	R\$ 10.508,12	03/04/2019
NORTEL SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	846336	R\$ 3.270,34	06/09/2018
OFFICE DECOR MOVEIS EIRELI	139	R\$ 10.700,00	12/12/2018
ONITY LTDA.	61	R\$ 5.760,00	20/02/2020
PASSALACQUA & CIA LTDA	169927	R\$ 1.570,00	24/05/2019
PAULO RADAMES BELCARI DE MELO	37	R\$ 20.394,20	01/10/2018
PAULO RADAMES BELCARI DE MELO	38	R\$ 10.870,08	11/10/2018
PAULO RADAMES BELCARI DE MELO	45	R\$ 6.615,00	06/11/2018
PRO TEMPER VIDROS EIRELI	19385	R\$ 761,94	28/11/2018
R&JR ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME	649	R\$ 3.000,00	06/05/2020
R. L. P. MILANES	1893	R\$ 7.480,00	05/10/2018
R. L. P. MILANES	1894	R\$ 2.115,04	04/10/2018
R. L. P. MILANES	1895	R\$ 12.400,00	05/10/2018
R. L. P. MILANES	1896	R\$ 11.760,40	05/10/2018
R. L. P. MILANES	2134	R\$ 31.882,79	30/11/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
R. L. P. MILANES	2175	R\$ 22.500,00	18/09/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	781	R\$ 24.640,00	04/03/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	798	R\$ 17.853,08	18/04/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	813	R\$ 5.447,80	22/05/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	815	R\$ 18.020,42	28/05/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	824	R\$ 18.682,31	27/06/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	844	R\$ 16.855,82	23/07/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	867	R\$ 18.755,92	26/08/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	892	R\$ 9.864,10	16/10/2019
R. P. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	962	R\$ 200,00	03/03/2020
R.A. ENGENHARIA DE FUNDACOES RIO PRETO LTDA.	1074	R\$ 4.500,00	14/02/2019
RAFAEL ROSA TERRAPLENAGEM	12	R\$ 2.340,00	09/10/2018
RAFAEL ROSA TERRAPLENAGEM	171	R\$ 2.685,00	29/11/2018
RAFAEL ROSA TERRAPLENAGEM	191	R\$ 6.000,00	21/12/2018
RAFAEL ROSA TERRAPLENAGEM	301	R\$ 2.792,71	20/02/2019
RAFAEL ROSA TERRAPLENAGEM	321	R\$ 2.204,77	27/02/2019
REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	251133	R\$ 143.690,81	12/10/2018
REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	407511	R\$ 11.980,00	14/04/2019
REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	412382	R\$ 11.313,50	30/04/2019
REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	424923	R\$ 5.656,75	14/05/2019
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	5320	R\$ 140,00	27/01/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	5331	R\$ 140,00	26/02/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	7265	R\$ 5.965,00	28/01/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	8296	R\$ 5.325,00	06/03/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	8845	R\$ 5.106,96	30/03/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	9000	R\$ 5.325,00	06/04/2020
RENTSERVICE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA	9434	R\$ 5.106,96	27/04/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
RENTSERVICE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	9663	R\$ 5.325,00	05/05/2020
RIACO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	148408	R\$ 1.150,00	31/05/2019
RIACO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	184023	R\$ 1.372,11	25/05/2019
RIACO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	185021	R\$ 500,00	08/06/2019
RIACO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	186729	R\$ 2.679,57	10/07/2019
RIBEIRO & PERUCHE LTDA	12244	R\$ 6.755,00	06/03/2019
RIBEIRO & PERUCHE LTDA	12270	R\$ 5.725,04	12/03/2019
RINNAI BRASIL TECNOLOGIA DE AQUECIMENTO LTDA.	280111	R\$ 28.317,00	17/08/2018
RIO LIXAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ABRASIVOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	28780	R\$ 450,00	20/09/2018
ROCHFORT LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	47496	R\$ 350,00	22/08/2018
ROCHFORT LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	47899	R\$ 480,00	03/09/2018
ROCHFORT LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	48517	R\$ 350,00	19/09/2018
ROCHFORT LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	48894	R\$ 480,00	01/10/2018
SANDRO DA SILVA RODA	781	R\$ 560,00	29/08/2018
SANDRO DA SILVA RODA	801	R\$ 80,00	31/08/2018
SANDRO DA SILVA RODA	871	R\$ 1.400,00	08/11/2018
SERRALHERIA JB LTDA	1432	R\$ 20.000,00	19/11/2019
SERRALHERIA JB LTDA	1441	R\$ 20.000,00	13/01/2019
SERRALHERIA JB LTDA	1442	R\$ 1.980,00	13/01/2020
SERRALHERIA JB LTDA	1449	R\$ 10.000,00	24/03/2020
SETE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA LTDA	3857	R\$ 3.000,00	10/10/2018
SFERA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA	129726	R\$ 1.567,28	04/09/2018
SOARES CATANDUVA ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS E MAQUINAS LTDA	3623	R\$ 902,66	24/10/2018
TECNO FLUIDOS SISTEMAS DE CONDUÇÃO EIRELI	88151	R\$ 5.340,44	31/08/2018
TEKHTON SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA	211	R\$ 18.208,07	01/10/2018
TERMOCOP INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA	1467	R\$ 14.300,00	20/02/2020
TERMOCOP INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA	1468	R\$ 6.499,20	20/02/2020

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
TERRENO MUMORI	Matrícula 72.141/72.142	R\$ 5.950.000,00	07/07/2019
TOPPING FORROS - EIRELI	12744	R\$ 47.151,00	17/04/2019
TOPPING FORROS - EIRELI	12877	R\$ 6.157,00	24/05/2019
TOPPING FORROS - EIRELI	14194	R\$ 6.246,00	14/02/2020
TRANSVOLT'S - MOTORES E TRANSFORMADORES LTDA	14442	R\$ 12.388,19	13/09/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	92706	R\$ 500,00	29/08/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94288	R\$ 326,81	03/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94329	R\$ 478,82	05/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94345	R\$ 126,00	05/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94352	R\$ 161,46	16/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94407	R\$ 134,55	10/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94410	R\$ 1.135,35	10/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	94441	R\$ 121,94	12/12/2018
TREVAO HOME CENTER LTDA	96502	R\$ 817,90	15/04/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	96504	R\$ 905,58	15/04/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	96505	R\$ 1.861,64	15/04/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	97446	R\$ 2.957,11	03/06/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	97488	R\$ 1.510,97	05/06/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	98341	R\$ 2.400,00	17/07/2019
TREVAO HOME CENTER LTDA	102828	R\$ 901,00	13/03/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	109737	R\$ 74.139,12	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	110484	R\$ 570,00	30/07/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	110485	R\$ 2.362,13	30/07/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	110647	R\$ 1.400,00	02/08/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	111158	R\$ 2.899,97	17/08/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	111162	R\$ 6.104,78	18/08/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	111865	R\$ 18.765,19	01/09/2018

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	111996	R\$ 8.000,00	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	111997	R\$ 10.000,00	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112011	R\$ 129,40	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112012	R\$ 692,69	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112013	R\$ 260,52	05/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112149	R\$ 553,49	11/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112157	R\$ 164,00	11/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	112158	R\$ 225,00	11/09/2018
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	121566	R\$ 3.000,00	25/04/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	122678	R\$ 40.852,37	24/05/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	124858	R\$ 4.848,40	04/07/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	125040	R\$ 2.021,03	11/07/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	126096	R\$ 1.150,00	29/07/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	126687	R\$ 1.174,85	10/08/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	127710	R\$ 26.778,69	29/08/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	127889	R\$ 2.638,60	03/09/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	128431	R\$ 4.643,93	12/09/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	129438	R\$ 8.894,00	04/10/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	129439	R\$ 10.080,00	04/10/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	129879	R\$ 20.340,60	11/10/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	131206	R\$ 1.508,97	11/11/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	131454	R\$ 5.900,00	13/11/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	133110	R\$ 1.536,37	14/12/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	133635	R\$ 387,30	23/12/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	134066	R\$ 10.000,00	13/01/2019
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135062	R\$ 10.755,83	28/01/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135074	R\$ 9.887,41	29/01/2020

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135378	R\$ 455,55	04/02/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135382	R\$ 2.012,59	04/02/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135388	R\$ 1.520,00	05/02/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	135900	R\$ 2.476,11	13/02/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	136627	R\$ 278,95	27/02/2020
TUDO D'AGUA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	1193764	R\$ 2.012,59	04/02/2020
TULIO BERTONCELLO MONTEIRO	307	R\$ 4.370,00	19/06/2019
TULIO BERTONCELLO MONTEIRO	308	R\$ 3.923,57	19/06/2019
TULIO BERTONCELLO MONTEIRO	320	R\$ 1.681,54	04/07/2019
UBERDECOR MOVEIS E DECORACOES EIRELI	571	R\$ 168.000,00	05/10/2018
UNISOL AQUECEDORES SOLARES LTDA	43423	R\$ 38.659,63	28/08/2019
VANGUARDA COMERCIAL HIDRO ELETRICA - EIRELI	39482	R\$ 3.700,00	31/08/2018
VIDRACARIA CAIEL EIRELI	3931	R\$ 1.750,00	11/06/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	462739	R\$ 5.042,82	12/12/2018
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	474683	R\$ 2.013,77	04/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	474686	R\$ 1.347,26	04/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	475054	R\$ 643,60	09/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	475063	R\$ 1.424,36	09/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	475066	R\$ 457,26	09/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	475084	R\$ 499,07	09/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	477000	R\$ 2.031,36	29/04/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	478159	R\$ 458,85	09/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	478168	R\$ 2.317,73	09/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	478285	R\$ 1.118,39	10/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	478849	R\$ 3.192,14	16/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	479793	R\$ 188,21	24/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	479806	R\$ 893,70	24/05/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	480373	R\$ 1.163,82	29/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	480561	R\$ 669,47	31/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	480563	R\$ 558,10	31/05/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	480981	R\$ 854,97	04/06/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	481145	R\$ 3.217,18	05/06/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	481284	R\$ 3.182,64	06/06/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	481957	R\$ 2.503,46	12/06/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	495389	R\$ 74.361,34	01/10/2019
VITRAL VIDROS PLANOS LTDA	499936	R\$ 1.167,80	06/11/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	196557	R\$ 5.266,80	03/08/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	197986	R\$ 1.718,01	22/08/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	197987	R\$ 1.818,01	22/08/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	199152	R\$ 5.341,04	06/09/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	199845	R\$ 5.253,77	18/09/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	200139	R\$ 590,01	20/09/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	200241	R\$ 590,01	21/09/2018
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	211688	R\$ 5.070,80	18/02/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	219729	R\$ 5.070,80	10/05/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	222297	R\$ 5.350,80	07/06/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	225820	R\$ 4.947,60	18/07/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	228232	R\$ 4.947,60	13/08/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	229623	R\$ 4.947,60	28/08/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	229938	R\$ 924,80	30/08/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	231212	R\$ 4.947,60	16/09/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	232515	R\$ 4.947,60	01/10/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	233607	R\$ 4.947,60	15/10/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	234260	R\$ 4.947,60	23/10/2019

FORNECEDOR	NOTA FISCAL	VALOR	DATA
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	235593	R\$ 4.947,60	07/11/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	235734	R\$ 3.754,01	08/11/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	236723	R\$ 5.504,60	22/11/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	237431	R\$ 4.947,60	02/12/2019
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	240604	R\$ 4.930,00	20/01/2020
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	241977	R\$ 4.930,80	06/02/2020
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	242027	R\$ 4.361,50	06/02/2020
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	243890	R\$ 5.542,20	02/03/2020
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	244510	R\$ 4.930,80	10/03/2020
VOTORANTIM CIMENTOS S.A.	250193	R\$ 5.026,00	15/05/2020
WE CONSTRUTORA DE BARRETOS LTDA	13	R\$ 2.494,80	29/08/2018
WE CONSTRUTORA DE BARRETOS LTDA	19	R\$ 8.618,40	28/09/2018
WGR CONSTRUTORA E INCORPORADORA - SPE 02 OLIMPIA LTDA	55	R\$ 6.282,60	30/11/2018
WGR CONSTRUTORA E INCORPORADORA - SPE 02 OLIMPIA LTDA	57	R\$ 595,48	16/01/2019
WGR CONSTRUTORA E INCORPORADORA - SPE 02 OLIMPIA LTDA	60	R\$ 1.659,16	22/04/2019
WGR CONSTRUTORA E INCORPORADORA - SPE 02 OLIMPIA LTDA	61	R\$ 2.502,40	02/07/2019
WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA	166	R\$ 3.360,00	29/04/2019
WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA	188	R\$ 3.840,00	24/05/2019
WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA	269	R\$ 3.141,60	28/08/2019
WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA	294	R\$ 1.814,13	16/09/2019
WN ARGILAS E CERAMICAS LTDA	300	R\$ 2.010,13	24/09/2019

## ANEXO IX DECLARAÇÃO DA EMISSORA RELATIVA AS DESPESAS OBJETO DE REEMBOLSO

A **FORTE SECURITIZADORA S.A.**, companhia securitizadora, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conjunto 41, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.979.898/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de companhia emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries de sua 1ª Emissão (“CRI” e “Emissão”, respectivamente), que serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, conforme alterada, declara, para todos os fins e efeitos, que as despesas a serem objeto de reembolso no âmbito dos CRI não estão vinculadas a qualquer outra emissão de certificados de recebíveis imobiliários lastreado em crédito imobiliários.

As palavra e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração terão o significado previsto no “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 389ª, 390ª, 391ª, 392ª, 393ª e 394ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora”, celebrado na presente data, entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

São Paulo, 07 de agosto de 2020.

DocuSigned by:  
Ubirajara Fedda  
Assinado por: UBIRAJARA CARDOSO DA ROCHA NETO 30920487840  
CPF: 30920487840  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 10:14 BRT  
  
A5D02068BD3E49B680D65C164B837CD5

Nome:  
Cargo:

**FORTE SECURITIZADORA S.A.**

DocuSigned by:  
Felipe Daniel Cecato Biscola  
Assinado por: FELIPE DANIEL CECATO BISCUOLA 33529377880  
CPF: 33529377880  
Data/Hora da Assinatura: 07 de agosto de 2020 | 09:45 BRT  
  
6C13764DF44D4AC2D165B491790424DA

Nome:  
Cargo:

## ANEXO X

### EMISSÕES DE TÍTULOS E/OU VALORES MOBILIÁRIOS DA EMISSORA DE ATUAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 387ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – CIDADE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

**Valor:** R\$ 3.955.000,00

**Quantidade:** 3.955

**Taxa:** 7,86% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de junho de 2029

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança; Fundo de Obras

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 388ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – CIDADE INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

**Valor:** R\$ 1.695.000,00

**Quantidade:** 1.695

**Taxa:** 15,00% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de junho de 2029

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança; Fundo de Obras

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 395ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 74.690.000,00

**Quantidade:** 74.690

**Taxa:** 7,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 396ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 16.005.000,00

**Quantidade:** 16.005

**Taxa:** 10,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 397ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 16.005.000,00

**Quantidade:** 16.005

**Taxa:** 14,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 398ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 30.310.000,00

**Quantidade:** 30.310

**Taxa:** 7,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 399ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 6.495.000,00

**Quantidade:** 6.495

**Taxa:** 10,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 400ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 6.495.000,00

**Quantidade:** 6.495

**Taxa:** 14,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 401ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 4.200.000,00

**Quantidade:** 4.200

**Taxa:** 7,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 402ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 900.000,00

**Quantidade:** 900

**Taxa:** 10,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 403ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 900.000,00

**Quantidade:** 900

**Taxa:** 14,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 404ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 4.200.000,00

**Quantidade:** 4.200

**Taxa:** 7,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 405ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 900.000,00

**Quantidade:** 900

**Taxa:** 10,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 406ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Grupo Cem 23

**Valor:** R\$ 900.000,00

**Quantidade:** 900

**Taxa:** 14,50% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 29 de abril de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Aval, Alienação Fiduciária de Quotas, Regime Fiduciário, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Coobrigação e Fiança

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 407ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 6.750.000,00

**Quantidade:** 6.750

**Taxa:** 7,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 408ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 2.250.000,00

**Quantidade:** 2.250

**Taxa:** 13,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 409ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 5.250.000,00

**Quantidade:** 5.250

**Taxa:** 7,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 410ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 1.750.000,00

**Quantidade:** 1.750

**Taxa:** 13,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 411ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 4.500.000,00

**Quantidade:** 4.500

**Taxa:** 7,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 412ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – Vivejo Atibaia

**Valor:** R\$ 1.500.000,00

**Quantidade:** 1.500

**Taxa:** 13,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 22 de maio de 2020

**Vencimento:** 20 de maio de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Fundo de Obras, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 417ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – A&C LIMA II

**Valor:** R\$ 1.968.000,00

**Quantidade:** 1.968

**Taxa:** 10,00% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 05 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de julho de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 418ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – A&C LIMA II

**Valor:** R\$ 1.312.000,00

**Quantidade:** 1.312

**Taxa:** 16,25% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 05 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de julho de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 419ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – A&C LIMA II

**Valor:** R\$ 156.000,00

**Quantidade:** 156

**Taxa:** 10,00% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 05 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de julho de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 420ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – A&C LIMA II

**Valor:** R\$ 104.000,00

**Quantidade:** 104

**Taxa:** 16,25% ao ano

**Indexador:** IPCA

**Emissão:** 05 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de julho de 2030

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Fiança e Coobrigação, Fundo de Reserva, Cessão Fiduciária, Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão de Créditos Imobiliários de Cessão Fiduciária

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 421ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS

**Valor:** R\$ 33.900.000,00

**Quantidade:** 33.900

**Taxa:** 9,25% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 23 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 422ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS

**Valor:** R\$ 22.600.000,00

**Quantidade:** 22.600

**Taxa:** 13,00% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 23 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 423ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS

**Valor:** R\$ 15.050.000,00

**Quantidade:** 15.050

**Taxa:** 19,50% ao ano

**Indexador:** IGPM

**Emissão:** 23 de junho de 2020

**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032

**Inadimplemento:** Adimplente

**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.

**Tipo:** CRI

**Operação:** 424ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS

**Valor:** R\$ 9.720.000,00

**Quantidade:** 9.720  
**Taxa:** 9,25% ao ano  
**Indexador:** IGPM  
**Emissão:** 23 de junho de 2020  
**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032  
**Inadimplemento:** Adimplente  
**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.  
**Tipo:** CRI  
**Operação:** 425ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS  
**Valor:** R\$ 6.480.000,00  
**Quantidade:** 6.480  
**Taxa:** 13,00% ao ano  
**Indexador:** IGPM  
**Emissão:** 23 de junho de 2020  
**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032  
**Inadimplemento:** Adimplente  
**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.  
**Tipo:** CRI  
**Operação:** 426ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS  
**Valor:** R\$ 8.130.000,00  
**Quantidade:** 8.130  
**Taxa:** 9,25% ao ano  
**Indexador:** IGPM  
**Emissão:** 23 de junho de 2020  
**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032  
**Inadimplemento:** Adimplente  
**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora

**Emissora:** Forte Securitizadora S.A.  
**Tipo:** CRI  
**Operação:** 427ª Série da 1ª Emissão de CRI da Emissora – INLOT GOIAS  
**Valor:** R\$ 5.420.000,00  
**Quantidade:** 5.420  
**Taxa:** 13,00% ao ano  
**Indexador:** IGPM  
**Emissão:** 23 de junho de 2020  
**Vencimento:** 20 de dezembro de 2032  
**Inadimplemento:** Adimplente  
**Garantias:** Não há, ou seja, não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Emissora